

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

TATIANA SALVIANO DE FIGUEIREDO

**I CONFECOM: ATORES E DISCURSOS NA LUTA PELA
DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA**

Rio de Janeiro
2016

TATIANA SALVIANO DE FIGUEIREDO

**I CONFECOM: ATORES E DISCURSOS NA LUTA PELA
DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. MARCOS DANTAS LOUREIRO

Rio de Janeiro
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

FIGUEIREDO, Tatiana Salviano.

I Confecom: Atores e discursos na luta pela democratização da mídia.

Tatiana Salviano de Figueiredo. Rio de Janeiro, 2016.

100f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de Comunicação - ECO, 2016.

Orientador: Marcos Dantas.

1. Políticas públicas 2. Democratização da comunicação 3. Direito à comunicação; 4. Regulação da mídia 5. Economia política da comunicação 6. Comunicação Pública I. Marcos Dantas (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

TATIANA SALVIANO DE FIGUEIREDO

I CONFECOM: ATORES E DISCURSOS NA LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

APROVADA EM: 21/ 06/ 2016

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Marcos Dantas - UFRJ (Orientador)

Professor Dr. Adilson Cabral - UFF (Examinador)

Professora Dr.^a Suzy dos Santos - UFRJ (Examinadora)

DEDICATÓRIA

Ao meu marido e minha família por todo carinho e dedicação.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus pais, avós e irmãos, com quem sempre posso contar. Principalmente, a minha mãe que me ensinou o real valor do estudo na minha vida.

Ao meu marido, Luiz Marcelo Fiuza, meu companheiro incondicional, por todo apoio, dedicação e estímulo.

A minha grande amiga, Marcella Coviello, por me ajudar a revisar meu projeto de pesquisa, logo no início, e pela força e incentivo de sempre.

Ao meu orientador, Marcos Dantas, pela oportunidade e por todo apoio oferecido a mim. Aos demais mestres do Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação da UFRJ pelos ensinamentos.

Aos professores que formaram a banca de qualificação desta dissertação, Suzy dos Santos e Adilson Cabral, pelas contribuições e correções sugeridas. E também à professora Chalini Barros por ter contribuído com a banca se disponibilizando como suplente.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação até hoje: muito obrigada!

Aos colegas do Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da UFRJ, especialmente, aos colegas do PEIC, aos do LECC, que conheci antes da minha aprovação no mestrado, especialmente, a Dérika Virgulino que esteve presente em momentos importantes e me auxiliou com sua experiência sempre que eu precisei.

À coordenação e aos funcionários da secretaria, principalmente, ao Thiago Couto, por resolver com eficiência as questões administrativas.

Aos entrevistados Oona Castro, Roseli Goffman, Orlando Guilhon e Álvaro Britto que gentilmente participaram das entrevistas dedicando horas do dia para responderem às perguntas sobre as questões trabalhadas nesta dissertação.

A Capes pelo financiamento da pesquisa.

LISTA DE QUADROS

- 1.** Frequência de e-mails dos participantes da lista de e-mails “Rio Pro Conferência”, referente à categoria “Administração” – Julho – 2009;
- 2.** Frequência de e-mails trocados na lista “Rio Pro Conferência” referente à categoria “Administração” –2009;
- 3.** Frequência de e-mails trocados na lista “Rio Pro Conferência” referente à categoria “Informativo” – 2009;
- 4.** Frequência de e-mails trocados na lista “Rio Pro Conferência” referente à categoria “Discussão” – 2009.

FIGUEIREDO, Tatiana Salviano de. I Confecom: Atores e discursos na lupa pela democratização da mídia. Orientador: Marcos Dantas. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RESUMO

Esta pesquisa se dedica a entender o processo de construção da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), ocorrida em 2009, através da participação da sociedade civil não empresarial carioca a partir da análise da lista de e-mails organizada por eles, a “Rio Pró Conferência”, e de entrevistas com quatro representantes deste grupo. A Confecom representou um momento importante para a luta pela democratização da comunicação no Brasil, pois pela primeira vez reuniu representantes do governo, da sociedade civil empresarial e da sociedade civil não empresarial para discutir sobre a comunicação no país. Mas após seis anos desta conferência o Brasil não conseguiu avanços na regulamentação da comunicação, conforme o movimento “Pró Confecom” esperava. Por isso, com o apoio teórico-metodológico da Economia Política da Comunicação, buscamos analisar o movimento pela democratização da comunicação do Rio de Janeiro entendendo de que forma a comissão Rio Pró Conferência se organizou e discutiu na lista de e-mail e como o momento político que a comissão viveu nesta época se refletiu neste ambiente virtual.

Palavras-chave

Economia política da comunicação; Democratização da Comunicação; I Confecom; Políticas Públicas de Comunicação; Sociedade civil; Comissão Pró Conferência

FIGUEIREDO, Tatiana Salviano de. I Confecom: Atores e discursos na lupa pela democratização da mídia. Orientador: Marcos Dantas. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ABSTRACT

This research is dedicated to understanding the participation of Rio's non-business civil society in the construction of the First National Communication Conference process (Confecom), held in 2009, from the analysis of the e-mails list organized by them, "Rio Pro Conference" and interviews with four representatives of this group. The Confecom represented an important moment in the struggle for democratization of communication in Brazil, for the first time brought together representatives of government, business and civil society non-business civil society to discuss the communication in the country. But after six years of this conference Brazil failed to advances in the regulation of communication, as the pro Confecom commission expected. With the theoretical and methodological support of the Political Economy of Communication, we analyze the movement for democratization of communication of Rio de Janeiro understanding how the Rio Pro Conference committee was organized and discussed in the e-mail list and how the political moment that commission lived at this time reflected in this virtual environment.

Keywords

Political Economy of Communication; Democratization of Communication; I Confecom; Public policy communication; Civil society; Pro Confecom Commission

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA.....	16
1.1 A Comunicação na América Latina e o Relatório de MacBride.....	16
1.2 A relação entre democracia e comunicação	19
1.3 Gramsci e a sociedade civil.....	21
1.4 Sobre a política e o desenvolvimento da comunicação	22
1.5 O direito à comunicação	29
1.6 História da comunicação, democracia e capitalismo	30
1.7 Imperialismo e o desenvolvimento da comunicação no terceiro mundo	35
2. PARA QUE UMA LEGISLAÇÃO PARA A COMUNICAÇÃO NO BRASIL?	38
2.1 A luta pela “democratização da comunicação” no país.....	42
2.1.1 O Marco legal da comunicação	45
3. OS BASTIDORES DA I CONFECOM	48
3.1 Metodologia	48
3.2 A sociedade civil e a organização da I Confecom através da lista de e-mails	53
3.3 A comissão pró-conferência de comunicação do Rio de Janeiro.....	56
3.3.1 Principais problemas	57
3.4 Resultados da I Confecom.....	59
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
Referências Bibliográficas	67
ANEXO 1: Entrevista Orlando Guilhon	70
ANEXO 2: Entrevista Oona Castro	79
ANEXO 3: Entrevista Roseli Goffman	87
ANEXO 4: Entrevista Álvaro Britto.....	98

INTRODUÇÃO

Imediatamente após a sua reeleição, em 2014, a Presidente Dilma Rousseff se posicionou publicamente a respeito da regulação dos meios de comunicação no Brasil. Ela declarou que o país precisa da regulação econômica dos meios de comunicação e que pretendia dar atenção a este tema em 2015, prometendo não controlar o conteúdo e nem prejudicar a liberdade de expressão¹. Porém, mesmo após a divulgação dessas afirmações durante uma conversa com jornalistas², no dia 6 de novembro de 2014, os veículos de comunicação privados continuaram a produzir matérias confundindo a notícia a uma tentativa de o governo censurar a imprensa.

Na entrevista prestada pela presidente e divulgada no mesmo dia no site do jornal Folha de São Paulo, por exemplo, é possível identificar a seguinte afirmação da presidente: “Ela voltou a negar qualquer ideia de regulação de conteúdo, conforme já havia dito em ocasiões anteriores, em conversa nesta quinta (6) com jornalistas. ‘A liberdade de expressão é uma grande conquista’”, destaca o veículo de comunicação. Apesar do site da Revista Veja³ também ter reproduzido algumas falas da presidente – inclusive a frase citada neste parágrafo - no texto interpretativo do colunista Reinaldo Azevedo, no parágrafo seguinte o veículo de comunicação expôs uma interpretação completamente contrária sobre o que a presidente defendeu na entrevista:

Assim como o controle de conteúdo, o fim do que o PT classifica como “monopólio dos meios de comunicação” sempre foi bandeira defendida nos projetos do partido para regulação da imprensa. Ou seja, além de voltar sua artilharia contra os grandes grupos de comunicação, sempre alvo dos irados discursos petistas contra a imprensa, o partido busca golpear a receita publicitária dos veículos de informação – o que poderia redundar, no futuro, no controle indireto do conteúdo pelo governo (AZEVEDO, 2014).

É possível compreender através dessas passagens que as grandes empresas de comunicação alegam ser contra políticas públicas de comunicação por defenderem a liberdade de imprensa. Sendo assim, comunicam ao seu público que a regulação da comunicação tem

¹ Esta promessa não foi cumprida e no primeiro semestre de 2016 a presidente foi afastada do governo.

² Notícia sobre a conversa de Dilma com jornalistas: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1544287-regulacao-da-midia-passa-por-monopolios-diz-dilma.shtml>, Acessado em: 16/12/2014.

³ Este trecho reirado da Revista Veja, trabalhado na pesquisa, estava localizado na página de política como uma matéria, apesar da interpretação que o texto apresenta. Ele podia ser lido no link: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dilma-admite-discutira-regulacao-economica-da-imprensa>, Acessado em: 16/12/2014. Posteriormente, após uma revisão do texto, ao voltar no link percebemos que havia saído do ar e achamos o texto como sendo do colunista Reinaldo Azevedo, através do link: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/dilma-encampa-projeto-petista-de-regular-a-imprensa/>, Acessado em: 06/10/2016.

como objetivo principal censurar a imprensa. Contrário a este argumento, leis similares, já aprovadas em outros países, como Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, provam que a liberdade de imprensa não foi prejudicada.

Representantes de movimentos sociais e pesquisadores (Brites, 2012) afirmam que a tentativa dos veículos de comunicação privados de deslegitimar a luta por políticas públicas de comunicação é antiga e citam exemplos – internacionais e nacionais - como: 1) Nos anos 1980, a UNESCO que através do Relatório de Mc Bride tentou promover uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic) foi divulgada na imprensa mundial como uma ação que servia a propósitos do comunismo (Brittes, 2012) e; 2) Durante a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), organizada no final do governo Lula, em 2009, algumas empresas de comunicação se retiraram do evento “por considerar que a conferência teria caráter de cerceamento da liberdade de imprensa e da livre iniciativa no setor”⁴. Nesses dois casos, as notícias sobre a tentativa de estimular a formulação de políticas públicas de comunicação foram veiculadas de forma superficial, distorcida e sem provas das acusações que foram feitas. E tratava-se de duas iniciativas que discutiram problemas como este, retratados a cima.

A deformação das notícias, em sentido estrito, produz-se quando algumas inexatidões ou informações falsas substituem os fatos autênticos, ou quando se incorpora uma interpretação parcial à difusão das notícias, por exemplo, por meio da utilização de adjetivos pejorativos e de estereótipos (UNESCO, 1980, p.262).

Esta citação está presente no Relatório de Mc Bride e os exemplos mencionados anteriormente – relacionados à divulgação da imprensa sobre o próprio relatório de Mc Bride e, recentemente, sobre a Confecom, no Brasil – podem representar algumas deformidades das notícias. O relatório também afirma que existem outras maneiras de deformar os acontecimentos, entre elas estão: dar ênfase a fatos ou acontecimentos sem importância ou superficial; assim como quando silenciam fatos ou acontecimentos; quando se descrevem acontecimentos que provocam dúvidas ou temores exagerados ou sem fundamentos; quando passa a verdade parcial como se fosse a verdade completa.

⁴ Conforme a notícia do dia 17/12/2009, veiculada no site do Jornal Extra, explica que a Abert e grande parte das empresas de comunicação decidiram não participar do evento quatro meses antes da sua realização. O texto pode ser lido no link: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/confecom-aprova-propostas-restritivas-ao-jornalismo-213758.html>, Acessado em: 01/05/2016.

Diante das dificuldades para se discutir o tema e a importância que ele tem para a democracia do país, o objetivo deste estudo é começar a analisar o processo de construção da I Confecom através da comissão da sociedade civil não empresarial do Rio de Janeiro que representou um dos marcos importante para a formulação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica apresentado por movimentos sociais, em 2013, e que se encontra em fase de coleta de assinaturas e do apoio para que possa ser votado no Congresso Nacional. Ou seja, entrar nos bastidores desta luta. Desta forma, além da análise teórica da Economia Política da Comunicação e das Políticas de Comunicação, a pesquisa empírica contará com a análise de conteúdo de mensagens trocadas através do grupo de e-mails “Rio Pró Conferência” durante os seis meses que antecederam a I Confecom, em dezembro de 2009. Além de entrevistas em profundidade com atores locais que participaram deste processo e do grupo de e-mails, como: Oona Castro, Intervezes; Orlando Guilhon, Arpub; Roseli Goffman, Conselho Federal de Psicologia. E, a partir das análises das entrevistas e e-mails, refletir até que ponto a discussão aconteceu na lista de e-mails como ela se desenvolveu; se ela reflete o momento político que a comissão “Rio Pró Conferência” viveu neste período?

O primeiro capítulo desta dissertação apresenta um estudo crítico sobre comunicação e democracia, na visão da economia política da comunicação. Inicia-se o estudo analisando a importância das comunicações para a democracia e a necessidade do direito à comunicação. Sendo assim, são apresentados importantes resultados do Relatório de Mc Bride, desenvolvido pela Unesco (1980), que analisou inúmeros problemas da comunicação e propôs uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC). Inclusive estão presentes neste trabalho a definição de democracia e as versões desenvolvidas por Barros (2014); o conceito de sociedade civil para Ramos (2007); do espaço público midiático para Bolaño e Brittos (2002); as discussões sobre o direito à comunicação, por Fischer (1982) e pela Unesco (1980). E, finalmente, uma breve análise sobre o cenário brasileiro das políticas públicas de comunicação, por meio da análise de, principalmente, Santos e Silveira (2007) e Ramos (2007). Em seguida, através da história do desenvolvimento das comunicações, é possível perceber a evolução dos meios de comunicação de acordo com o interesse do capital, como começa a se organizar como negócio e as consequências para a sociedade. Para isso, é utilizado, principalmente, o estudo de Giovannini (1987) e Dantas (2002). Foi realizada também uma breve apresentação sobre o imperialismo dos países centrais no desenvolvimento das comunicações dos países periféricos, por meio do estudo de Mattelart (1976), Beltrán e Cardona (1982) e Fischer (1982).

O segundo capítulo apresenta o aprofundamento sobre a questão da regulação da comunicação no Brasil explicando a necessidade de regulamentar os artigos da Constituição Federal sobre o direito à comunicação, a análise sobre a importância da Constituição Federal para contar a história sobre a I Confecom e uma breve análise sobre a luta de movimentos sociais pela a democratização da comunicação, a partir das análises de autores brasileiros, como: Ramos (2007); Jambeiro (2007); Santos e Silveira (2007).

Por fim, o terceiro capítulo apresenta a pesquisa empírica, a partir do cruzamento e interpretação dos dados coletados no grupo de e-mails “Rio Pró Conferência”, entre julho e dezembro de 2009, período que antecede a I Conferência Nacional de Comunicação e entrevistas com representantes de entidades que participaram da lista e da comissão pró conferência. Os testemunhos dos entrevistados contribuíram para interpretar os dados coletados nos e-mails e para compreender os bastidores da sociedade civil não empresarial e o desenvolvimento do debate antes, durante e depois da Confecom que culminou na formulação do Projeto de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica.

Este estudo problematiza a extensão e profundidade dos debates políticos no que podiam interessar a agenda da Confecom entre os diversos atores e segmentos da Conferência, conforme foi possível extrair das listas de e-mails e de entrevistas. Além de promover a discussão sobre a iniciativa popular e a análise detalhada sobre a ação da comissão pró-conferência do estado Rio de Janeiro no grupo que contribui para a realização deste evento nacional.

1. COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA

1.1 A Comunicação na América Latina e o Relatório de MacBride

Sem dúvidas a evolução da tecnologia possibilitou que a informação chegasse para mais pessoas mais rapidamente. Mas e quanto à qualidade desta informação? Esta foi uma pergunta que chamou a atenção, principalmente, dos países em desenvolvimento na década de 1970. Na América Latina, o início do processo de tomada de consciência sobre os problemas da comunicação. Políticas de comunicação nacionais e regionais começaram a ser aplicadas no continente a fim de enfrentar a dominação estrangeira na área da comunicação. No Peru, por exemplo, foi instaurado o Estatuto da Imprensa, em 1968, que reservava o direito de propriedade e administração dos meios de comunicação exclusivamente aos peruanos e, posteriormente, a *Ley General de Telecomunicaciones*, em 1970, que determinava que toda publicidade deveria ser produzida no país e que pelo menos 60% da produção do rádio e da televisão deveria ser nacional.

Como políticas regionais, por exemplo, foi instaurado o Código de Investimentos Estrangeiros do Pacto Andino entre Peru, Colômbia, Equador, Bolívia, Venezuela e Chile (posteriormente, Venezuela e Chile saíram do bloco econômico) que funcionava como regulador dos investimentos estrangeiros na área a fim de ter maior controle sobre as economias dos países membros e reduzir a dominação econômica externa. Neste Código, uma das decisões que afetavam diretamente os meios de comunicação estava presente no Artigo 43 que não admitia novos investimentos estrangeiros em empresas de transporte doméstico, publicidade e emissoras comerciais. A partir deste artigo as agências de publicidade e outras empresas de serviços deveriam ter pelo menos 80% do capital sob controle dos cidadãos dos países.

Além disso, o Convênio de Andrés Bello⁵ foi reconhecido como órgão do Pacto Andino, em 1970, com a finalidade da integração cultural, científica e educativa da região. Faziam parte dele os mesmos países do Pacto Andino e, posteriormente, aderiram: Espanha, México, Cuba, Paraguai, República Dominicana e Panamá. Este convênio implantou políticas de comunicação especialmente no campo das transmissões diretas via satélites. Para isso, foram realizadas reuniões entre os países membros que discutiram, durante os primeiros anos,

⁵ No site da Organização, o texto que apresenta o Convênio de Andrés Bello informa que ele foi criado em 1970 e substituído em Madrid, em 1990.

sobre os perigos que sofreriam os valores e culturas dos países receptores de transmissões unilaterais via satélite, sobre a criação de conselhos regionais para estudar a questão do satélite regional, sobre a necessidade de cada país determinar o conteúdo dos programas para preservar os valores e a cultura de cada um e implementar regras, até chegarem numa sugestão para que cada país desenvolvesse um plano nacional de televisão e, por último, a criação de um conselho regional para a troca de conhecimento sobre tecnologia educativa.

Outro problema bastante discutido pelos países em desenvolvimento foi o predomínio das agências noticiosas ocidentais na região. Após uma reunião com especialistas em Paris, em 1972, a UNESCO resolveu dar um enfoque regional do problema iniciando pela América Latina. Sendo assim, foi convocada uma reunião com especialistas da América Latina e Caribe, em Bogotá, em 1974. Neste encontro houve um consenso. “A situação da comunicação externa foi caracterizada como de uma indevida submissão à influência dominante de interesses econômicos e políticos extra-regionais, geralmente ligados aos Estados Unidos” (BELTRÁN e CARDONA, 1982, p.124). Assim, concluíram que as políticas nacionais de comunicação seriam instrumento importante para a superação deste problema. As reuniões seguintes, especialmente a realizada em Costa Rica em 1976, também discutiram a necessidade de melhoria do intercâmbio de notícias entre a América Latina e os demais países, considerados centrais que até então dominavam através de suas agências noticiosas. Naturalmente, a difusão de agências nacionais e regionais de notícias colaboraria com o desenvolvimento da identidade nacional, aumentaria o número de fontes, o fluxo de notícias e a liberdade na circulação das notícias. Medidas como a criação de um projeto elaborado pela UNESCO que foi apresentado em reunião com consultores sobre a Criação de um Sistema de Intercâmbio de Informação na América Latina (San José, Costa Rica, em 1979) foram tomadas e nesta mesma reunião aprovaram a criação da Agência Latino-Americana de Serviços Especiais de Informação (ALASEI).

Todo este movimento na América Latina veio acompanhado dos amplos debates que a UNESCO passou a promover, nos anos 1970, entre especialistas, pesquisadores, políticos em busca de políticas nacionais de comunicação (Beltrán e Cardona, 1982). Com a intenção de estudar especificamente os “problemas da comunicação”, a UNESCO formou uma comissão após a Conferência Geral de Nairobi, no Quênia, em 1976, a fim de aprofundar a análise sobre o tema que teve como resultado o Relatório de MacBride com o título “Um mundo e muitas vozes”, finalizado em 1980, com a proposta de uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação (NOMIC). Este documento foi o resultado do esforço da organização de 16

membros de diversos países da América Latina que se uniram para buscar o estabelecimento de políticas de comunicação de massas com alcance geral. O relatório recebeu o sobrenome do presidente desta comissão, o irlandês Sean MacBride, vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1974, justamente devido a sua dedicação aos direitos humanos.

O Relatório de MacBride tratou sobre os diversos obstáculos, como as deformidades presentes nas notícias, que demonstram falhas nas relações democráticas no mundo das comunicações. Além disso, se tornou um documento importante e um marco para a luta por uma comunicação mais democrática. Por isso, o relatório foi condenado pelas grandes potências capitalistas, Estados Unidos e Reino Unido, como um ataque à liberdade de imprensa e à doutrina do livre fluxo de informação. Logo após a sua divulgação, ambos os países se retiraram da UNESCO. É importante lembrar que a decisão, tomada pelos governos neoliberais do presidente americano, Ronald Reagan (1981 – 1989) e da primeira-ministra inglesa, Margareth Thatcher (1979 – 1990), ocorreu no período da Guerra Fria⁶. Segundo José Marques de Melo (2008), o relatório continha um farto diagnóstico sobre os problemas da comunicação e soluções utópicas para reduzir as desigualdades. O autor ainda complementa que o documento se tornou um símbolo da Guerra Fria e, por isso, havia a expectativa de se perder e ser “condenado ao limbo histórico” junto com o fim da União Soviética que demonstrou apoio ao relatório. (MARQUES DE MELO, 2008, p.43). Mas ao contrário disso, atualmente ele vem sendo revisitado para discutir a sociedade da informação.

Na verdade, as ideias contidas no documento produzido por Sean MacBride nunca foram combatidas na essência. (...) A conjuntura política foi-lhe desfavorável. Nos estertores da guerra fria, as grandes potências ocidentais ditaram sua sentença de morte. (...) MacBride tinha consciência de que a NOMIC não se esgota num conjunto de preceitos mágicos, correspondendo efetivamente a um processo histórico (MARQUES DE MELO In GOICOCHEA, 1991).

Ainda segundo Marques de Melo, a recepção da NOMIC na América Latina foi positiva e também cruelmente denegrada por uma parte da população. Principalmente, devido ao momento de esgotamento dos regimes militares, logo após a Revolução Cubana, e a divisão do mundo entre União Soviética e Estados Unidos.

A verdade, nua e crua, é que a UNESCO foi desqualificada como fórum competente para sinalizar os problemas mundiais da comunicação. Mais do que isso: viu-se desprovida de recursos suficientes para implementar as metas prioritárias da NOMIC. Com o rompimento dos EUA e da Inglaterra,

⁶ Período histórico entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética, em 1991, que ocorreram disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética (URSS).

seu todo-poderoso secretário-geral, o senegalês M'Bow⁷, foi convenientemente removido de cena, acusado de favorecer o radicalismo terceiro-mundista. Na gestão conciliatória do espanhol Federico Mayor Saragosa⁸, a própria NOMIC converteu-se em peça histórica. Em seu lugar foi entronizado um programa de fomento às telecomunicações nos países em desenvolvimento. (MARQUES DE MELO, 2008, p. 46).

A redução do relatório a peça histórica pode ter sido a atitude mais conveniente para agradar às grandes potências naquele momento. Mesmo assim, defensores do movimento pela democratização da comunicação continuaram preservando e utilizando o documento, ignorado pela maioria, com a devida importância para embasar a luta.

1.2 A relação entre democracia e comunicação

Sendo assim, ao revisitar os principais conceitos trabalhados no Relatório de MacBride e buscar a definição de democratização contida no texto, é possível constatar que está definido como um processo pelo qual: “a) o indivíduo passa a ser um elemento ativo, e não um simples objeto da comunicação; b) aumenta constantemente a variedade de mensagens intercambiadas; c) aumenta também o grau e a qualidade da representação social na comunicação e na participação” (Ibidem, p.277). Por isso a democracia necessita da comunicação para progredir. Ou seja, “a prestação de um serviço ao povo e a satisfação das suas necessidades. A democratização deve progredir precisamente ajustando-se a essa perspectiva” (Idem, Ibidem). A sociedade precisa ser ativa no processo de comunicação, desenvolver seres pensantes com capacidade de questionar e participar desta produção de conteúdo.

Ao contrário disso, estudos analisados pelo relatório confirmaram que o público, em geral, não está bem informado, principalmente, devido a inexatidões e lacunas que deformam o conteúdo das notícias.

“Para que os indivíduos possam desempenhar papel de cidadãos responsáveis na sociedade, nos planos local, nacional e internacional, é preciso que estejam adequadamente informados e que conheçam fatos suficientes para poder tomar decisões fundamentadamente racionais e escolher uma linha de conduta” (UNESCO, 1980, p.260).

Por outro lado, conforme Barros (2014), numa definição mínima de democracia, Norberto Bobbio, considera:

⁷ Amadou-Mahtar M'Bow foi diretor-geral da UNESCO entre 1974 até 1987.

⁸ Político espanhol que foi diretor-geral da UNESCO entre 1987 e 1999.

a) atribuição a um número elevado de cidadãos o direito de participar (direta ou indiretamente) das decisões coletivas; b) a existência de regras de procedimento (como a regra da maioria); c) a necessidade de que aqueles chamados a decidir ou eleger sejam colocados diante de alternativas reais e sejam dotados de poder efetivo de escolha, ou seja, amparados por direitos de liberdade, de opinião, de expressão, de reunião, associação etc (fundamento de base do Estado liberal e de direito) (BOBBIO apud BARROS, 2014, p.31).

Ao refletir sobre esta análise, Chalini Barros ainda afirma que esta visão reduz o entendimento sobre a democracia explicando apenas aspectos relacionados ao funcionamento do regime: “a percepção minimalista reduz à única condição da democracia a existência ou não de eleições” (Idem, Ibidem). Uma visão opositiva a esta, segundo a autora, seria “a democracia enquanto substância, associando-a com o alcance de ideias e de valores essenciais para o desenvolvimento moral do sujeito, dotando-o de racionalidade e ampliando suas capacidades humanas para a determinação de suas condições de existência” (BARROS, 2014, p.31).

Para que isso ocorra efetivamente é preciso perceber que a democracia e a comunicação andam juntas. Afinal, quanto mais informação clara e com qualidade um número maior de cidadãos receberem e absorverem, entende-se que mais a democracia vai amadurecer. “A evolução gradual da democracia faz um paralelo, e discutivelmente é na essência o resultado de, a desmistificação do processo de comunicação e a consequente disseminação mais ampla do poder conferido pela posse da informação e dos meios de comunicá-la” (FISHER, 1982, p.19).

A partir desta reflexão torna-se claro que a democracia precisa da comunicação clara, diversa e de fácil acesso para evoluir. Segundo Barros, muitos autores apontam fragilidades do sistema democrático, mas poucos dão a devida importância ao papel dos meios de comunicação neste processo.

A maior parte desses estudos aponta a necessidade de reformas estruturantes da sociedade civil e nos modelos de Estado. Poucos deles, entretanto, de fato se dedicaram a elucidar, com a devida importância, o papel que os meios de comunicação exercem neste processo, seja em sua interferência negativa, seja pela possibilidade de construir instrumentos capazes de auxiliar na constituição desta cidadania, ou no aperfeiçoamento da democracia (BARROS, 2014, p. 39).

Esta afirmação explicita a necessidade de meios de comunicação mais diversos, com a participação popular, regulados por uma legislação que atenda aos artigos referentes ao

capítulo da comunicação da Constituição Federal e devidamente fiscalizados. Além disso, mostra a emergência da inclusão do debate sobre os problemas referentes à comunicação nos estudos sobre a democracia.

1.3 Gramsci e a sociedade civil

Antonio Gramsci, um dos pensadores italianos mais influentes no pensamento social brasileiro, segundo Carlos Nelson Coutinho, desenvolveu conceitos - como: sociedade civil, Estado ampliado, hegemonia, entre outros – que podem nos auxiliar a entender algumas particularidades da história política do nosso país. Ainda jovem acreditava na importância da batalha das ideias, na luta cultural, ou seja, nas condições subjetivas da ação revolucionária.

Gramsci defende que dentro do complexo conjunto da sociedade capitalista existem os aparelhos executivos (civis e militares) do Estado, a “sociedade política” e o mundo das relações sociais de produção, a “sociedade econômica”. Além disso, ele afirma que entre eles desenvolveu-se uma rede de organizações que apresenta um papel efetivo na vida política e nos mecanismos de reprodução da sociedade, a “sociedade civil”, esta seria a esfera do ser social. Para ele, a “sociedade civil” é responsável pela elaboração e difusão das ideologias. Ela é composta pelo sistema escolar, parlamentos, igrejas, partidos políticos, organizações profissionais, sindicatos, meios de comunicação, instituições científicas e artísticas, entre outros. É importante salientar que, para Gramsci, a sociedade civil não é uma “zona neutra situada para além do Estado e do mercado”, mas sim uma parte do Estado “como uma decisiva arena da luta de classes, na qual os diferentes grupos sociais lutam para conservar ou conquistar hegemonia” (COUTINHO, 2011, p.25).

A “sociedade política”, para o pensador italiano, seria o Estado no sentido estrito – o que é chamado de governo - através do conjunto de mecanismos que a classe dominante exerce monopólio legal de coerção por meio da burocracia ligada às forças armadas e aplicação das leis. Já a “sociedade civil” surge da socialização da política, como a nova esfera do ser social. Na opinião de Gramsci, a formação de uma sociedade civil autônoma e forte é essencial para a tomada de poder.

Para o pensador italiano, o Estado ampliado ou integral é formado pela “sociedade política” mais a “sociedade civil” e ambas funcionam para conservar ou promover a base econômica conforme os interesses da classe social fundamental. Sendo que a sociedade política exerce dominação através da coerção, de deveres que o cidadão precisa cumprir. E no

âmbito da sociedade civil é preciso aderir de forma voluntária a determinado organismo (partido político, igreja, sindicato etc), sendo assim as classes buscam exercer hegemonia através do consenso ou direção político-intelectual.

Na teoria da transição para o socialismo, Gramsci defende que nos países em que as formações sociais não desenvolveram uma sociedade civil forte e articulada - o que ele chama de sociedades “orientais” -, a luta de classes deve acontecer em torno da conquista e manutenção do Estado. Isto aconteceria através da estratégia que ele intitula de “guerra de movimento”, que se concentra no choque frontal para a conquista do Estado. Neste caso, torna-se preciso chegar ao poder. Já nas sociedades “ocidentais”, o autor defende que as batalhas devem ser travadas no âmbito da sociedade civil – que já é forte e articulada -, buscando a direção político-ideológica e a conquista do consenso através dos grupos subalternos. O centro da luta estaria no que ele denominou de “guerra de posições”, ou seja, na conquista de espaços no seio e através da sociedade civil. Pois, “A extinção do Estado significa para ele [Gramsci] o desaparecimento progressivo da “sociedade política”, dos aparelhos de coerção e das burocracias, absorvidos pela “sociedade civil” e seus organismos próprios” (GRAMSCI In COUTINHO, 2011, p. 272). Ou seja, seriam as funções sociais da “sociedade política” da dominação e da coerção sendo substituídas progressivamente pela hegemonia e consenso da “sociedade civil”. Sendo assim: “Quando um país possui uma sociedade rica e pluralista, a obtenção da hegemonia deve preceder a tomada do poder; a classe revolucionária já deve ser dirigente antes de ser dominante” (COUTINHO, 2011, p. 28).

1.4 Sobre a política e o desenvolvimento da comunicação

Ao analisar um cenário anterior e a intensa presença da mídia na sociedade, Murilo Ramos afirma que até o início do século XIX as pessoas se reuniam em espaços públicos ou em locais específicos para debater e se informar sobre política, cultura, economia. Destas reuniões circulavam as ideias para produção de livros, jornais e panfletos. Ou seja, para a comunicação acontecer não era preciso um meio de comunicação específico, era necessário apenas do ar, de ser livre e não sofrer repressão do Estado.

Assim funcionava isto que Habermas – o primeiro – veio a designar *esfera pública burguesa*. Tratava-se de um espaço social livremente aberto à intervenção dialógica, não intermediada, dos cidadãos, nas atividades políticas e culturais. Ocupada e desenvolvida, nos séculos XVIII e XIX, pela burguesia em ascensão, poderia evoluir para uma *esfera pública*

democrática, ou *cidadã*, na medida em que os trabalhadores (“proletários”) nela também ingressassem, no bojo das suas lutas, ao longo do século XIX e XX. Este seria, no fundo, o projeto de Marx, sustenta Habermas. Entretanto, a evolução das sociedades capitalistas levou à *dissolução* da esfera pública burguesa numa *esfera social semi-pública*, expressa por *aparelhos de representação* organizados não somente pelo Estado, mas também por entidades político-partidárias, pelas grandes empresas, pelos aparelhos sindicais etc. (DANTAS in BRITTOS, 2002b, 104 – grifos do autor).

O autor explica através desta análise que ao invés do amadurecimento da esfera pública em esfera pública democrática com a participação intensa do proletariado para resistir à transformação da sociedade e organizar uma contra corrente, como havia sido o projeto de Marx, a evolução da sociedade capitalista ocasionou a modificação da participação pública e a transformou em “esfera social semi-pública”. Este nome significa que a esfera pública burguesa foi substituída por aparelhos de representação – Estado, grandes empresas, entidades político partidárias, sindicatos etc – que deveriam representar as opiniões e necessidades dos cidadãos.

Além disso, a própria tendência do capitalismo buscar a anulação do espaço pelo tempo tornava a existência da esfera pública impossível. Segundo Hage (2002), Habermas levanta a possibilidade do público passar a fazer parte de um processo crítico de comunicação pública. Para isso, a sua teoria da ação comunicativa tentou mostrar o potencial político nas práticas comunicativas cotidianas e sugere a construção de uma barreira democrática contra a colonização do “mundo da vida” – lugar das normatizações, dos costumes, das práticas cotidianas e familiares – pelos imperativos do “sistema” – lugar da produção, da geração de excedentes e moedas. Esta colonização, para ele, é uma das patologias fruto da evolução da sociedade capitalista (HAGE, 2002).

Pode-se entender esta relação também a partir da análise de Murilo Ramos (2007) sobre a política – terreno dos homens - e a técnica – campo mais propício dos deuses, do conhecimento, próximos da perfeição -, ele explica que a partir da técnica foi possível a evolução do mundo, inclusive a possibilidade da destruição nuclear em massa e o desenvolvimento da ciência econômica que se transformou na doutrina política global.

A partir desta reflexão, o autor afirma através de Bobbio que desde o início da democracia na Grécia Antiga iniciou-se o questionamento sobre como poderia existir uma boa prática da política se os políticos, através do poder de governar tendem a pensar mais neles próprios do que no bem comum. Utiliza, posteriormente, a passagem de Marco Aurélio Nogueira para realçar esta questão. E inicia uma crítica sobre a política em si.

A política solicita uma concessão difícil de ser feita: ela pede que os indivíduos e os grupos saiam de si mesmos, moderem-se, ultrapassem-se, ponham-se na perspectiva dos demais. Seu grande desafio é criar as condições para que se passe da defesa dos interesses particulares para a construção e a defesa do interesse geral (NOGUEIRA apud RAMOS In: RAMOS E SANTOS, 2007, p.24).

Ramos cita novamente Nogueira para explicar que a principal função da política é representar as pessoas e despertar a autoconsciência de uma comunidade. E que a especialidade técnica é contrária à política. Ele afirma ainda que os técnicos colocam os cidadãos nos bastidores da decisão política e enfraquece a democracia. Entretanto, defende que eles são importantes para pensar nos problemas cada vez mais complexos da sociedade. “Se não podemos nem devemos querer dispensar os especialistas, temos de saber como impedir que eles se substituam a todos os demais e colonizem o espaço da política” (NOGUEIRA apud RAMOS, 2007, p.25).

No texto “O príncipe eletrônico”, Otavio Ianni explica sobre as modificações ocorridas na teoria e prática da política, a partir da globalização. Diferentemente de “O príncipe”, de Maquiavel e do “Moderno Príncipe”, de Gramsci, “O príncipe eletrônico” tem como objetivo recriar e/ou ultrapassar os anteriores. Este conceito, desenvolvido por Ianni, detalha o esvaziamento da política e da sociedade moderna, a partir da alteração dos modos de produção e processo civilizatório provocado pela globalização do capitalismo que propicia a dominação política e a adaptação da economia mundial. “Alteram-se as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais, no âmbito de uma vasta, complexa e contraditória sociedade civil mundial em formação” (IANNI, 1999, p.11). Este estudo apresenta parte dos problemas atuais que precisam ser combatidos para que o direito à comunicação seja preservado e a democracia defendida.

Para refletir sobre o assunto torna-se importante voltar nos pensamentos de Nicolau Maquiavel que já descreve que para os governantes eram estabelecidas duas características fundamentais: a *virtú* – qualidades pessoais do governante, entre elas as qualidades morais e éticas - e a *fortuna* – diz respeito mais a conjuntura da época e a realidade material que dispõe (sorte). Ramos alerta que o primeiro teórico sobre homens de governo, Maquiavel, não chama atenção para as qualidades técnicas específicas para o exercício do poder. Mas chama atenção para as qualidades morais e éticas. Otavio Ianni, por sua vez, complementa que “O príncipe”, para Maquiavel, é um líder político que precisa articular as suas virtudes e liderança (*virtù*) e as condições sociopolíticas (*fortuna*) da realidade em que precisa atuar. Segundo o autor, este equilíbrio é a grande dificuldade, pois a *fortuna* é bastante adversa e o confronto com a *virtù*

tem grandes possibilidades de existir. “Concluo, por conseguinte, que os homens prosperam quando a sua imutável maneira de proceder e as variações da fortuna se harmonizam, e caem quando ambas as coisas divergem” (IANNI, 1999, p.19).

Para Gramsci (apud COUTINHO, 2011), a inovação que a *filosofia da práxis* introduziu na ciência da política e da história é a convicção de que não existe uma “natureza humana” abstrata, fixa e imutável e sim que “a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com os métodos da filosofia e da crítica”. E conclui que se trata de uma ciência que precisa ser analisada a partir do conteúdo concreto, “como um organismo ainda em movimento” (COUTINHO, 2011, p.232).

Quando cita Maquiavel, Gramsci afirma que ele escreveu livros de “ação política imediata”, uma crítica do presente, uma concepção do mundo original que pode ser considerada *filosofia da práxis*, pois “baseia-se inteiramente na ação concreta do homem que, por suas necessidades históricas, opera e transforma a realidade” (Ibid., p. 234). Esta sim representa uma interpretação correta da obra. Segundo ele, Maquiavel remete (corretamente) tudo à política, ou seja, a busca por conquistar o consenso permanente dos governados. Já o “Príncipe eletrônico”, de Otavio Ianni, são os meios de comunicação que mostram a visão de mundo de quem está no poder e de quem exerce a dominação (de quem busca o consenso).

“é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, nos âmbitos local, nacional, regional e mundial. É o intelectual coletivo e orgânico das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo” (IANNI, 1999, p.14)

Para Gramsci, os “intelectuais orgânicos” - conceito citado por Ianni neste trecho - são organicamente ligados à vida do povo – aproximação ao grupo social. Estes intelectuais representam uma forma dos governados se organizarem através de uma liderança com a intenção de formar uma hegemonia dos subalternos. Por isso, entende-se que atualmente, os intelectuais orgânicos são constantemente convidados para atuarem nos meios de comunicação, justamente com a justificativa de eles serem a representação do povo na mídia hegemônica. Por outro lado, na maioria das vezes, estes representantes deixam de ser os “intelectuais orgânicos” (conceito desenvolvido por Gramsci), pois passam a seguir a lógica da dominação hegemônica ao aceitar e naturalizar as regras destes veículos. Desta forma, o

povo acredita e legitima esta falsa representação. Esta interpretação vai de encontro à interpretação de Otavio Ianni que classifica, através de outro ponto de vista, o “príncipe eletrônico” em si como o intelectual orgânico do poder dominante, como se ele substituísse a figura do intelectual orgânico original.

Ao contrário da *virtú*, valorizada por Maquiavel, Murilo Ramos chama atenção ainda para a valorização da técnica e uma crescente desvalorização da política na sociedade capitalista atual. A democracia política foi se tornando uma força hegemônica impulsionada pelo liberalismo dos países centrais capitalistas. Porém, Ramos afirma que a democracia começou nos países centrais há pouco mais de 200 anos e sempre conviveu com profundos paradoxos, como a escravidão, a exclusão das mulheres e dos analfabetos que foram superados com o tempo e deram bases de participação social nos processos eleitorais dos poderes executivo e legislativo. Mas o autor alerta que um paradoxo continua: “Em palavras mais simples e diretas: a democracia politicamente liberal e economicamente capitalista é uma democracia que exclui sistematicamente os pobres em favor dos ricos” (RAMOS, 2007, p.33).

Além disso, Marcos Dantas (2002b) afirma que os meios de comunicação, em geral, se organizaram para servir à lógica da acumulação não se importando com a necessidade do aprofundamento da esfera pública democrática e acredita que os meios digitais continuam dando suporte ao poder político da lógica da acumulação. Ele conclui que, assim como a proposta de mobilização de Habermas – citada por Hage -, é preciso lutar, principalmente por meios de comunicação comprometidos com a democracia. “Se a sociedade ainda espera construir algum futuro alternativo para todos e cada um dos seus membros, tal dependerá de vir a também controlar as redes e seus conteúdos” (DANTAS in BRITTOS, 2002b, p.105).

Ou seja, Empresa e Mídia são os principais aparelhos privados de hegemonia; este, a Mídia, uma forma singular daquela, a Empresa. Mas uma forma muito mais poderosa justamente pela sua singularidade: a de produtora e disseminadora de conteúdos jornalísticos, informativos em geral e de entretenimento, embebidos em sua virtual totalidade da lógica absoluta do consumo, que é a principal força ideologicamente reprodutora do capitalismo. Em outras palavras, a Mídia é no sentido gramsciano que aqui se aplica a análise de suas funções socioculturais e político-econômicas, parte integrante, e fundamental, da sociedade civil. Como, então, democratizar a comunicação, ou seja, tornar democráticas as instituições de comunicação, tendo como principal elemento de luta a sociedade civil e, dentro dela, um hipotético terceiro setor? (RAMOS, 2007, p.39).

Neste caso, o autor interpreta através de Gramsci que os meios de comunicação junto com as empresas privadas (capitalistas) representam os aparelhos privados de hegemonia, parte integrante e fundamental da sociedade civil. Além disso, esta sociedade civil segue a lógica do capital que, por sua vez, enfrenta muitos problemas para amadurecer a democracia. Denis de Moraes também ressalta que em meio aos tempos da digitalização, economias globalizadas e a mercantilização generalizada, o sistema de comunicação torna-se estratégico para a política e para a economia, pois consolida ou reverte consensos. Ele também utiliza o termo “consenso” para vincular ao conceito de “hegemonia” proposto por Antonio Gramsci. “Nas batalhas pela hegemonia, a centralidade dos meios de comunicação torna-se decisiva, visto que eles elaboram e disseminam informações e ideias que concorrem para a formação do consenso em torno de determinadas concepções de vida” (de MORAES, 2011, p.47).

Murilo Ramos questiona a existência do terceiro setor devido a sua crítica a polissemia do conceito sociedade civil e o fato de mistura-lo com a esfera pública e terceiro setor.

Fala-se em sociedade civil para pausar a oposição do sistema capitalista e para delinear estratégias de convivência com o mercado, para propor programas democráticos radicais e para legitimar propostas de reforma gerencial no campo das políticas públicas. Busca-se apoio na ideia de sociedade civil tanto para projetar um Estado efetivamente democrático quanto para se atacar todo e qualquer Estado (NOGUEIRA apud RAMOS In: RAMOS E SANTOS, 2007, p. 39-40).

Ramos acredita que ao mesmo tempo que este termo é utilizado para dar ideia de autonomia do cidadão serve para justificar programas sociais e de ajuste fiscal, além das desestatização passando as responsabilidades estatais para a sociedade civil. Estes são questionamentos importantes a serem feitos dentro dos movimentos pela democratização da comunicação, visto que a sociedade civil gramsciana não se mantém fora do campo do Estado nem em oposição a ele. Segundo ele, seria um risco substituir pelo conceito de esfera pública ou terceiro setor.

Já na visão de Bolaño e Brittos, existe no capitalismo contemporâneo a intensa participação do que eles chamam de “espaço público midiático”, que colabora com a reordenação da sociedade na qual a acelerada evolução tecnológica torna-se essencial.

Trata-se de um ambiente dominado pela ação privada e sua ideologia, agindo as indústrias culturais como reais impedimentos à interação da sociedade com ela própria e com os poderes constituídos, bloqueando debates, reivindicações, encaminhamentos, posicionamentos, encontros, resgates identitários e proposições estéticas (BOLAÑO; BRITTOS In RAMOS e SANTOS, 2007, p.83).

O autor explica que o conceito “espaço público midiático” trabalhado no texto dialoga com a ideia de esfera pública de Habermas e é situado no capitalismo contemporâneo, com a atuação das indústrias culturais. Para Bolaño e Brittos, o caráter público deste novo espaço público, assim como na esfera pública burguesa, precisam ser questionados, não apenas pela exclusão existente que já descaracteriza o termo, mas também pelo fato de se tratar de consumidores que precisam aderir ao conteúdo oferecido pelas empresas midiáticas.

O traço público desse espaço é enfaticamente prejudicado porque a decisão sobre o que e como mediatizar acontece a partir de interesses empresariais que reagem violentamente diante de qualquer iniciativa de regulamentação, como se pode observar ao longo de toda a história das políticas de comunicação no Brasil (Ibidem, p.92).

A propósito, para Habermas, existe uma tendência da razão instrumental sufocar a razão comunicativa na vida moderna. Que seria a constante necessidade da sociedade dar mais importância ao progresso das questões econômicas. Por este lado, a autora defende que a esfera pública política seria apropriada como uma categoria analítica.

A esfera pública seria a arena de formação da vontade coletiva, do embate dos diversos atores da sociedade. O conceito seria fundamental para a teoria da democracia de intento normativo, na qual o conceito de democracia seria centrado no discurso. Uma democracia que coloca seu destino na utilização da força comunicativa de participantes de um debate público. (HAGE in RAMOS E SANTOS, 2007, 131).

A fim de problematizar o tema, Venício de Lima destaca como questão síntese: o que deve ser feito para “democratizar as comunicações”? E analisa sobre o termo destacado.

“Democratizar as comunicações” tem sido o principal paradigma conceitual, uma espécie de bandeira a nortear boa parte dos segmentos organizados da sociedade civil comprometidos com o avanço na área de comunicação. E não só no Brasil. Todavia, uma das falácias deste norte é que ele pressupõe a possibilidade de que a grande mídia dominante, privada e comercial, seria passível de ser democratizada. Vale dizer, em termos da teoria liberal da liberdade de imprensa, trazer para dentro de si mesma “o mercado livre de ideias” (the market place of ideas) – representativo do conjunto da sociedade, isto é, plural e diverso (LIMA, 2012, p.223)

Ainda segundo Lima, toda a discussão sobre a democratização da comunicação precisa ser reenquadrada dentro do conceito “direito à comunicação”, entendendo a mídia como um poder e a comunicação como um direito à informação, ao conhecimento e à liberdade de expressão. Sendo assim, esta luta passa a englobar diversas outras reivindicações de grupos que também precisam do reconhecimento deste direito.

O direito à comunicação não alcançou ainda o *status* de direito positivado nem mesmo em nível dos organismos multilaterais que têm a capacidade de

provocar o reconhecimento internacional do conceito – como, por exemplo, a Unesco. Esse fato faz com que, simultaneamente à articulação política de ações específicas, desenvolva-se também a luta pelo reconhecimento formal do direito (Ibidem, p.224).

Sendo assim, há de se diferenciar questões ligadas ao termo “direito à comunicação” que demonstram novamente a estreita relação entre comunicação e democracia, a partir da análise do termo.

Aprimorar o fluxo de informação não significava apenas ampliar a quantidade de itens transferidos, o volume de tecnologia de comunicação disponível ou o conteúdo da comunicação. Viu-se que o acesso e a participação eram os fatores-chave no uso adequado das comunicações, com vistas à promoção da cultura, do desenvolvimento e do avanço humano. O aspecto de ‘mão dupla’, interativo, da comunicação começou a ser reconhecido e a necessidade de liberdades de comunicação – o direito de comunicar – gradualmente emergido (FISCHER, 1982, p.24).

1.5 O direito à comunicação

Conforme o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em Assembleia Geral, em 10 de dezembro de 1948: todos possuem o direito à liberdade de opinião e expressão. O artigo também afirma que é direito de todos receberem e transmitirem informações por qualquer meio de comunicação.

Complementando esta linha de pensamento, Desmond Fisher (1982) explica que existem direitos fundamentais, como o direito à vida; ao alimento e ao abrigo, afinal sem isso não há vida. Outros, segundo ele não tão evidentes, foram incluídos na lista de direitos humanos e a liberdades fundamentais da Carta das Nações Unidas, pois foram considerados importantes para o desenvolvimento dos seres humanos, como: a liberdade da pessoa, a liberdade de religião e discriminação em função de raças e origem. Por outro lado, ele afirma ainda que, atualmente, o direito à comunicação torna-se mais relevante. Afinal, “Quanto mais elevado o lugar ocupado por algum ser vivo na escala evolucionária, maiores são suas necessidades e seus poderes de comunicação” (FISCHER, 1982, p.18).

Além disso, o autor lembra que quando a UNESCO começou a enfatizar a relação entre desenvolvimento e comunicação, em 1960, estabeleceu padrões mínimos de quantidade de veículos de comunicação para cada 100 pessoas de uma determinada população. Porém, mais tarde, ele ressalta que os estudos revelaram que mais importante do que a quantidade seria o conteúdo e o direito do povo de usar os sistemas de comunicação.

O debate sobre a liberdade de informação, pelo fato de se concentrar mais na mensuração quantitativa dos recursos de comunicação do que no conteúdo da mensagem e no processo de comunicação propriamente dito, estava fadado a se politizar e a se paralisar. Talvez a abordagem do direito de comunicar ofereça um novo ponto de partida e uma nova oportunidade. (Ibidem, p.20)

A pesquisa realizada pelo Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social entre 2006 e 2007 e publicada em 2009 com o nome “Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação” - apresentou referências qualitativas e quantitativas de mensuração do direito à comunicação no Brasil a fim de construir base teórica e ferramentas práticas para subsidiar esta luta. Nesta publicação o Intervezes lembra que o conceito é referência para as lutas pela democratização do setor desde a década de 1960, através do diretor de meios visuais da ONU, Jean D’Arcy e difundido através da Nova Ordem Mundial para Informação e Comunicação (NOMIC).

Embora seja bem desenvolvido como conceito e tenha surgido em textos constitucionais recentemente aprovados, sua definição em termos práticos tem fronteiras turvas e nunca houve uma experiência de desenvolvimento e aplicação de políticas públicas totalmente baseada nesta referência (INTERVOZES, 2010, p. 15).

Portanto, o debate sobre o direito à comunicação e a relação entre comunicação e democracia complexificam o debate sobre as comunicações na sociedade capitalista atual, justamente porque os conceitos democracia e comunicação foram perdidos e não evoluíram. Além disso, ratifica a necessidade de se olhar para este campo de estudo com a devida atenção para entender a intensa relação entre os direitos humanos, a realidade política e econômica atual e onde eles se confundem.

1.6 História da comunicação, democracia e capitalismo

Ao analisar brevemente a história da comunicação é possível constatar, já no século XIII, que os banqueiros e grandes comerciantes pagavam para que redatores de grandes capitais da Europa enviassem informações políticas, bélicas ou comerciais. Esta seria, para Dantas (2002), a possível origem do jornalismo moderno. Posteriormente, no século XIX, o capital passa a dar grande impulso às comunicações. A partir daí, eclodiram nos países centrais (Europa e Estados Unidos) diversos inventos, frutos do intenso desenvolvimento científico que ocorria naquele período e que serviram como base para o desenvolvimento tecnológico, como: a teoria moderna do eletromagnetismo, de Maxwell (1860) e a descoberta

das ondas eletromagnéticas (hertzianas), por Heinrich Hertz (1887), que foram extremamente importantes para a transmissão do rádio, da televisão e da telefonia móvel; a telegrafia sem fio, de Marconi; o telefone, por Graham Bell (1876); entre outros. Naturalmente, estes nomes tornaram-se muito conhecidos e marcaram a história da evolução da tecnologia e da comunicação.

A propósito, Desmond Fisher (1982) afirma que a história da civilização é também a história da comunicação. Desde a invenção da fala e da escrita até a “explosão da comunicação dos dias atuais” representam fases do desenvolvimento da sociedade. Fisher explicita ainda que a informação é poder e que a transferência de informação pode ser utilizada positivamente ou negativamente. “A onisciência é o equivalente a onipotência: aquele que Tudo Sabe é também o Todo-Poderoso. Fortes são aqueles que possuem a informação e controlam os mecanismos pelos quais a informação é transferida, os canais de comunicação” (FISHER, 1982, p.19).

Conforme o desenvolvimento científico e tecnológico - e a capacidade que eles têm de comprimir tempo e espaço – chamava a atenção do capital, banqueiros e empresas investiram e colaboraram com a evolução da comunicação. Para Dantas, Karl Marx chegou a englobar o transporte de informação no ciclo do capital, mas não se aprofunda na análise – naquela época o telégrafo estava começando a modificar as relações comerciais. Este meio de comunicação, por sua vez, seria um grande exemplo para ilustrar como se deu a intensificação do desenvolvimento da comunicação. “O capital financeiro, adiante, na fase imperialista do capitalismo, seria o grande responsável pelo financiamento das pesquisas científicas e técnicas que impulsionaram definitivamente o desenvolvimento das tecnologias da informação” (DANTAS, 2002, p.108). E assim, o telégrafo elétrico se desenvolveu e atendeu, principalmente, à Bolsa, ao comércio e aos meios de comunicação. Através dele ficou mais fácil disseminar informação num curto espaço de tempo e a grandes distâncias.

O telégrafo tinha aberto uma nova e florescente oportunidade para o mundo das comunicações. A notícia, transformada em mercadoria interessante para jornais e leitores, tinha encontrado os canais de transmissão e de difusão adequados a um sistema de mídia que se encaminhava para a idade madura (GIOVANNINI, 1987, P.161).

As parcerias entre investidores e inventores possibilitaram a criação de laboratórios próprios de pesquisas com o apoio do trabalho de cientistas assalariados para produzirem novas patentes. Dessa forma, as oportunidades de inventos tornaram-se fontes de acumulação e garantiam a exploração comercial monopolista, como: a compra das patentes de Bell por um

grupo de financistas que fundaram a famosa empresa de telefonia americana AT&T e que rapidamente universalizou o serviço e obteve o monopólio do serviço nos Estados Unidos. O governo norte americano aceitou o monopólio, em troca AT&T passou a prestar um serviço de natureza pública e o Estado passou a controlar as tarifas relativas a este serviço. Através deste processo, o telefone ultrapassou a esfera dos negócios e passou a estar presente nos lares, ou seja, no ambiente familiar e de lazer estadunidenses. Isto representou uma grande mudança na cultura das famílias (Dantas, 2002).

Entretanto, é possível afirmar que enquanto o meio de comunicação não apresenta uma utilidade para o capital ele não se desenvolve na sociedade capitalista: esta foi a dificuldade do rádio para se firmar como um meio de comunicação de massa. Nas décadas de 1910 e 1920, milhares de pessoas, principalmente, nos Estados Unidos trocavam mensagens por ondas hertzianas, através de equipamentos de radiotransmissão, montados por eles próprios. Esta liberdade de acesso chegou a estimular o dramaturgo marxista alemão, Bertolt Brecht, a propor a “teoria do rádio” que defendia a necessidade de todas as residências terem um aparelho emissor-receptor para estimular as trocas de informações e discussões culturais e políticas entre os cidadãos.

Brecht vislumbrou aí a possibilidade de se instaurar uma *esfera pública cidadã*, conforme o conceito posterior de Habermas (1986). Seria um espaço, sustentado numa infra-estrutura técnica, no qual os indivíduos-cidadãos poderiam intervir na condição de produtores diretos e autônomos de cultura. Seria o alargamento e a consumação do ideal iluminista da esfera pública burguesa, agora expandida para toda a sociedade (DANTAS, 2002, p.103).

E foi justamente devido ao fato das emissões das mensagens se dispersarem na atmosfera que o rádio foi visto como um meio de comunicação não confiável e demorou a ser utilizado comercialmente. O que era visto por Brecht como qualidade de uma possível esfera pública cidadã era visto como “um grave defeito do rádio” pela sociedade capitalista.

Durante todo aquele tempo, portanto, os estudos não visavam à busca de um método para a utilização do rádio como instrumento de comunicação coletiva; pelo contrário, cientistas, técnicos e estudiosos do assunto se desdobravam na vã tentativa de descobrir alguma coisa que, canalizando por vias obrigatórias a propagação das ondas eletromagnéticas, garantissem a reserva e o sigilo das transmissões (GIOVANNINI, 1987, p.183).

Por outro lado, a Westinghouse, percebendo que os aparelhos de rádio eram utilizados com entusiasmo por um grupo de pessoas, começa a fabricar e vender equipamentos receptores domésticos capazes de receber programas noticiosos e culturais que também eram

produzidos pela empresa ou por outras que quisessem produzir conteúdo. Para financiar estes programas radiofônicos, colocava a venda tempos de transmissão para empresas de bens e serviços se comunicarem com os seus consumidores. Inclusive muitos programas eram feitos pelos anunciantes, através das agências de publicidade e apresentavam o nome da marca nos próprios nomes. “Descobriu-se assim a utilidade comercial do rádio: transportar informação sobre mercadorias, atraindo o consumidor para mais perto delas e encurtando ainda mais o tempo de circulação” (DANTAS, 2002, p.124).

Assim como a AT&T na telefonia, a Westinghouse almejava a universalidade do transporte da radiodifusão, para isso, em 1926, cria a National Broadcasting Co. (NBC) que por meio da Radio Corporation of America (RCA) e com o auxílio da AT&T possibilitam a expansão da programação para todo país, através de linhas telefônicas interurbanas. Mas o monopólio não foi possível devido à natureza concorrencial do espectro eletromagnético, pois duas emissoras não podem ocupar ao mesmo tempo a mesma faixa de onda. Sendo assim, mostrou-se necessário a existência de regulação para garantir o acesso exclusivo a uma frequência disponível, assegurando que a mensagem chegaria aos destinatários sem ruídos e, conseqüentemente, a limitação do acesso ao espectro ao sistema comercial de radiodifusão. “A livre utilização do espectro não poderia interessar à indústria, seus financiadores e anunciantes” (Ibidem, p.125). Desta forma, os Estados Unidos, em 1927, aprovou a Lei do Rádio que limitou a utilização das faixas de ondas mediante concessão do governo. Posteriormente, foi criada a Comissão Federal de Comunicação (FCC) que passou a regular e fiscalizar os serviços de radiodifusão e telecomunicações do país.

As comunicações nos Estados Unidos e países europeus, sob a herança dos telégrafos e correios estatais, também estatizaram a telefonia e a radiofonia: A diferença era que nos Estados Unidos as comunicações eram públicas, operadas por monopólios privados e fiscalizadas pelo governo. Já nos países europeus elas eram também operadas pelos governos.

A invenção da televisão, por sua vez, foi o resultado dos conhecimentos adquiridos através das pesquisas, descobertas e manifestações anteriores, como: fotografia, cinematografia e rádio. Apesar de já se saber sobre a possibilidade do desenvolvimento de aparelhos para a transmissão de imagens em movimento muitos anos antes da popularização desta tecnologia, eles não eram percebidos como nova forma social e potência comercial. Conforme as experiências foram evoluindo nos Estados Unidos o interesse do capital pela

tecnologia foi aumentando de tal forma que Giovannini afirma que a competição representava verdadeiras batalhas.

Pouco após o início dos anos 20, quando, tendo-se transformado a experiência cinematográfica (de produto marginal a produto central das formas sociais dominantes, com a explosão do primeiro estelato), tendo amadurecido o desenvolvimento do rádio (de meio avançado de telegrafia a nova forma social de grande capacidade persuasiva, tanto política como comercial), a ideia da televisão transforma-se no terceiro polo de um setor agora inconfundível com outros que lhes estão próximos (o rádio, o cinema e a nascente televisão são inteiramente diferentes da eletricidade, da telefonia, da telegrafia etc) e manifesta, no núcleo deste setor, os primeiros sintomas de uma autonomia tecnológica, econômica, cultural e social (ou seja, os precursores daquela ‘força’ que depois do pós-guerra será ratificada e reinará definitivamente) (GIOVANNINI, 1987, P.252).

Posteriormente, os primeiros computadores surgem através da preocupação com os cálculos e do trabalho com a informação durante a Segunda Guerra Mundial e se desenvolvem de forma acelerada nos anos 1980 e 1990, nas atividades das empresas, governos e, posteriormente, para o uso doméstico. O fato destas máquinas elevarem consideravelmente a produtividade do trabalho representava uma crescente necessidade do capital e foi extremamente importante para a rápida evolução desta tecnologia. Nos Estados Unidos, o desenvolvimento das TIC's foi ainda mais impulsionado após o fim da Segunda Guerra Mundial através da continuidade do investimento do governo com finalidades militares e espaciais. Em 1970, o país já era o mais avançado em tecnologias digitais; o Japão intensifica os programas de pesquisa e desenvolvimento em 1950 e os países europeus em 1970. Estes países buscavam diminuir a dependência dos Estados Unidos fabricando e comprando os seus próprios computadores.

Após a “teoria do rádio”, em 1970, os franceses Simon Nora e Alain Minc (1978) introduziram o conceito “ágora informacional” ao perceber que as redes de computadores poderiam articular pessoas, comunidades numa relação parecida com a da “ágora” grega, uma assembleia popular, sem a mediatização. “Nesse período, chama atenção, porém, a quase absoluta ausência de uma intervenção teórica-prática transformadora e democrática nesse desenvolvimento” (DANTAS, 2002, p.104).

Na visão de Dantas, independente do modelo político e econômico, os meios de comunicação “tornaram-se instrumentos de poder e de conformação ideológica dos povos”, seja através do exemplo clássico da utilização do rádio pelo nazismo, seja através das democracias ocidentais por meio dos cartéis ou monopólios das empresas que operam e

produzem conteúdo. O autor relembra a teoria defendida por Brecht e conclui: “Aquela ideia do rádio como canal de interação dialógica entre sujeitos autônomos e dotados das próprias razões desapareceu diante de outra que fez do rádio e dos demais meios instrumentos básicos de hegemonia: *aparelhos ideológicos de Estado*” (DANTAS, 2002, p.105). Ou seja, instituições (como: igreja, escola, família etc) que transmitem ideologias unificadas às ideologias das classes dominantes.

Hoje, os meios de comunicação passam por um novo período de intensas transformações tecnológicas e sociais. É mais uma oportunidade que a história oferece às forças democráticas. Porém, os modelos institucionais que emergirão dessas transformações farão das redes telemáticas novos e mais eficazes instrumentos de dominação, exceto se, aprendendo com o passado, aquelas forças resolverem, pela primeira vez, intervir – e intervir pesadamente – nesse processo, tentando mudar-lhe o curso. Assim como enviar um artefato ao espaço extraterrestre é possível apesar da lei da gravidade, mas somente se respeitadas as determinações desta e de outras leis naturais, intervir nos processos históricos também exige respeitar certas lógicas da evolução social. Se entendermos como estas estão operando não apenas em relação às comunicações, mas nas relações dessas comunicações com um mundo em mudança, estaremos certamente mais apetrechados para intervir no processo dando-lhe uma direção mais democrática. Para tanto, precisaremos voltar aos princípios” (DANTAS, 2002, p.105).

1.7 Imperialismo e o desenvolvimento da comunicação no terceiro mundo

Enquanto os países centrais desenvolviam as comunicações através de investimento em pesquisas e tecnologia que atendiam às necessidades internas, os países periféricos não incentivavam os próprios desenvolvimentos científicos e tecnológico e apresentavam-se bastante atrasados. A fim de expandir e encontrar novos mercados, os grupos capitalistas que não encontravam espaços nos próprios países centrais - devido ao monopólio dos serviços - migravam para os países periféricos, onde implantavam e operavam as redes de comunicação, por meio de fios telegráficos; cabos submarinos e bases de radiofonia que seguiam importantes rotas de navios e ferrovias. Assim, eles buscavam também manter o controle e a influência nestes países.

As infraestruturas de transporte da informação dos países periféricos serviram, basicamente, à inserção internacional de suas economias, fontes de matérias-primas e mão de obra baratas para os países centrais. Secundariamente, forneceram redes telegráficas e telefônicas para as classes ricas e remediadas. Nesses países, nunca se falou, à época, em universalizar as telecomunicações (DANTAS, 2002, p.129).

Segundo Marcos Dantas, o trabalho das agências de notícias nos países periféricos ia além das notícias jornalísticas, fornecia informações financeiras para banqueiros e comerciantes, eram utilizadas como meio de propaganda das grandes potências que auxiliaram para firmar a dependência cultural e política entre os países periféricos e centrais. Fisher (1982) afirma que pesquisas realizadas na década de 190 mostrou que grande parte da informação mundial provinha de quatro agências noticiosas ocidentais. Os autores afirmam que este fato colaborou para a internacionalização do jornalismo europeu e norte americano como um padrão a ser seguido pelos países em desenvolvimento. Este padrão valoriza a notícia imediata, o superficial, o bizarro, o “sensacional”. Além de priorizar o etnocentrismo destes países e transmitir uma interpretação racista e colonialista das informações.

Enquanto nos anos 1970 os países centrais se apresentavam no fim do fordismo e avançando o desenvolvimento das tecnologias digitais, o Brasil ainda apresentava a telefonia precária e vivendo uma ditadura militar. Principalmente porque os países imperialistas não estavam preocupados com a disseminação do conhecimento nos países periféricos e nem em contribuir para evolução destes países. Por isso, as linhas telefônicas se desenvolviam entre as áreas importantes para o comércio.

Por outro lado, nos anos 1970, os países periféricos começaram a se mobilizar para discutir e pesquisar a influência externa no conteúdo dos meios de comunicação dos países em desenvolvimento e avaliar as consequências deste processo (conforme foi citado no início deste capítulo). A partir desta mobilização, estudos detectaram uma porcentagem muito alta de conteúdo cultural vindos de um grupo pequeno de países industrializados. Este intercâmbio desigual foi sinalizado no Relatório de Mc Bride (UNESCO, 1980) como algo extremamente prejudicial, principalmente, para a cultura dos países em desenvolvimento e seus artistas nacionais.

Tendo em vista todo este processo, destaca-se outro ponto importante desta discussão: o tratamento comercial da cultura. As empresas transnacionais adotam, cada vez mais, um plano mundial de infraestruturas de comunicação, na difusão de notícias, na produção de elementos culturais, de filmes, de livros, de programas educativos. “Nessas condições, costuma-se aceitar, em geral, que os sistemas modernos de comunicação e o modo como são utilizados criam uma ameaça contra a identidade cultural da maioria dos países ou até mesmo de todos eles” (UNESCO, 1980, p.266). Lembrando que grande parte da informação do mundo era produzida basicamente por quatro agências de notícias do Ocidente, ou seja, o

olhar e a interpretação dos textos jornalísticos eram predominantemente ocidentais. “Viu-se então que a conseqüente ênfase em valores estrangeiros representava uma grave ameaça para a identidade cultural dos países em desenvolvimento” (FISHER, 1982, p.22).

As influências externas são intensificadas através dos meios de comunicação. Por isso, alguns países implementaram políticas públicas para preservar, valorizar e estimular as culturas locais. Mas elas precisam ser fortes para suportar o impacto das influências externas. Isto explica a opção de alguns países pela censura que controla a fronteira. “Uma política semelhante anula, entretanto, as vantagens potenciais dos intercâmbios interculturais, que podem facilitar um desenvolvimento cultural rico e diversificado” (UNESCO, 1980, p.268). Por outro lado, os países do terceiro mundo também reconheciam a importância de não limitarem e possibilitarem o intercâmbio cultural. Trata-se da necessidade de olhar para a questão pensando na responsabilidade da comunicação com a sociedade e não na comunicação como um mercado ou um instrumento importante para movimentar o capital.

Nos anos 1980, Luis Ramiro Beltrán e Elizabeth Cardona alertaram que enquanto houver o predomínio das relações culturais entre os Estados Unidos e América Latina a integridade cultural destes países estariam em risco e a emancipação política e econômica não aconteceria.

Em tais circunstâncias, a América Latina simplesmente não pode alcançar um desenvolvimento democrático integral. Portanto, nada mais legítimo que os dirigentes políticos, estrategistas do desenvolvimento e professores-pesquisadores se lancem na tentativa de transformar esta situação injusta e paralisante. É lógico que se unam aos esforços do restante do Terceiro Mundo em prol da criação de uma nova ordem internacional no campo da informação (BELTRÁN; CARDONA, 1982, p. 119).

O Relatório de Mc Bride ressaltou que a colaboração da elite dos países periféricos é essencial para a força da disseminação da cultura dos países centrais. “Ora, as empresas transnacionais não poderiam exercer uma influência tão grande sem a ajuda deliberada das ‘minorias seletas’ dos países em desenvolvimento” (UNESCO, 1980, p.270) e complementa: “os grupos privilegiados muitas vezes têm vínculos mais estreitos com os responsáveis pela introdução de modelos estrangeiros que com a maioria dos seus compatriotas” (Ibidem, p. 272).

2. PARA QUE UMA LEGISLAÇÃO PARA A COMUNICAÇÃO NO BRASIL?

O Brasil apresenta o sistema privado de comunicação, assim como os Estados Unidos, que representa um modelo para os grandes empresários de comunicação brasileiros. Entretanto, é importante salientar uma grande diferença apontada por Murilo Ramos (2007): diferentemente do sistema brasileiro, o americano foi resultado de um intenso debate público, seguido de um ambiente político-regulatório através do *Communications Act* de 1934 e da criação do *Federal Communications Commission* (FCC), entidade reguladora independente de empresas e governo e responsável por fiscalizar a aplicação desta lei. A FCC tem como uma de suas funções controlar o mercado para garantir a competição.

Já no Brasil, Ramos explica que apenas em 1962 foi aprovado o Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT - (Lei nº 4117) para regulamentar as telecomunicações, sem debate público. Por outro lado, Marcos Dantas afirma que o Código foi “elaborado e aprovado por iniciativa do Congresso Nacional a partir de projetos que lá tramitavam havia uma década” (DANTAS, 2013, p.148). Portanto, deixa claro que houve debate no Congresso. O autor também ressalta que a lei criou o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) que posteriormente foi substituído pelo Ministério das Comunicações. Além disso, o CBT estabeleceu regras para a concessão dos serviços e determinou a criação da empresa-tronco, que veio ser a Embratel, para construir e operar a infraestrutura de telecomunicações do país.

Dois anos depois, o regime militar assumiu o governo do país, alterou alguns artigos do código e implantou um modelo desenvolvimentista de capitalismo de estado que valorizava as telecomunicações e a radiodifusão.

Essencial para o sucesso desse modelo teria de ser, como foi, o controle dos meios de comunicação, o que aconteceu tanto pela imposição da censura quanto, principalmente, pela adesão voluntária, por afinidade ideológica, do empresariado de comunicação ao regime militar. Adesão da qual seriam ‘pontas de lança’ o jornal, o rádio e a recém-inaugurada televisão do grupo Globo, de Roberto Marinho (RAMOS, 2007, p.20).

Atualmente, diante do confuso cenário de leis que regulamentam as comunicações no Brasil e as dificuldades para colocá-las em prática na política, no mercado e nas inovações tecnológicas o campo torna-se ainda mais complexo. Sendo assim, Suzy dos Santos e Érico da Silveira realizaram uma análise a partir de “um estudo dos princípios que definem o papel das comunicações na sociedade, a natureza do serviço prestado pelas instituições de comunicação,

e o caminho escolhido parte da forma de participação do Estado, protagonista natural no processo de estudos de políticas” (SANTOS; SILVEIRA, 2007, p. 49-50).

De acordo com os autores, a discussão sobre a natureza dos serviços de comunicação existiu em vários momentos, principalmente, nos que o setor sofre inovações. Segundo eles, o rádio e a televisão foram importantes para a consolidação da Indústria Cultural e para chamar a atenção para a necessária combinação entre a eficiência tecnológica e aos valores morais destes meios de comunicação. E explicitam a dificuldade devido à dependência do poder aquisitivo para o exercício da cidadania através da comunicação, conforme o que já foi discutido ao longo desta dissertação.

É importante realçar a diferença da natureza e regulação entre os seguintes meios de comunicação: 1) a telefonia, referente à transmissão de dados, que passa a ser regulada em relação à distribuição e transporte de informação, além de se consagrar inicialmente como monopólio estatal (exceto nos Estados Unidos) e com conteúdo das mensagens privados e; 2) a radiodifusão, que se trata do provimento de conteúdo, passa a ser regulada, justamente, em relação ao conteúdo e nasce com a distribuição e conteúdo controlados pelo Estado, sendo nos modelos público/estatal ou comercial. Em suma, a telefonia precisa ter a garantia de uma comunicação sem ruídos e com bom sinal para acontecer. Já a radiodifusão precisa ter o conteúdo controlado e por isso sofre tanta pressão contra a multiplicidade de produtores de conteúdo.

“Apesar das distinções no mercado e na natureza da regulação, estes serviços usualmente estão incluídos dentro de um setor único, genericamente chamado de comunicações, no qual o Estado assume as funções de proprietário, promotor ou regulador” (SANTOS; SILVEIRA, 2007, p.52). Sendo assim, através da unificação desta infraestrutura, os autores afirmam que a regulamentação das comunicações no país buscava conquistar, basicamente, a garantia da demanda dos aparelhos eletrônicos equilibrando o mercado de tecnologia; a contribuição com a audiência massiva já tão importante para o fordismo; e o desenvolvimento de meios de comunicação importante para a mobilização política das massas e para a formação da opinião pública.

A partir de então, a importância da televisão aumentou na medida em que se tornou o único meio de comunicação nacional, aumentando consideravelmente a quantidade de verba publicitária. Conforme já mencionamos no capítulo anterior, o avanço da infraestrutura da radiodifusão no Brasil também avança, principalmente, devido ao desenvolvimento

tecnológico imperialista no Terceiro Mundo e do interesse dos empresários brasileiros servirem exclusivamente ao capital.

Na evolução do processo, as tecnologias de informação e comunicações passaram a funcionar como fatores de superação e impedimentos históricos, particularmente de tempo e espaço, para a expansão dos negócios, sem que as empresas, amparada pela desregulamentação e privatização, corresse o risco de perder o controle central do processo (JAMBEIRO, 2007, p.100).

Desta forma, os meios de comunicação passam a atender muito mais à finalidade de lucro dos empresários do que ao interesse público que, em tese, deveriam servir. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe à União, por meio do Ministério das Comunicações permitir o direito à concessão de canais de rádio e televisão a empresas privadas no Brasil. Para isso, as emissoras devem vencer um processo licitatório e cumprir princípios relacionados ao conteúdo e à programação que visam a pluralidade e a diversidade da sociedade. Mas o Ministério das Comunicações não realiza a devida fiscalização. Além disso, os artigos presentes no capítulo da Constituição Federal referente ao direito à comunicação não se tornaram lei.

Atualmente, o Brasil possui leis defasadas e fragmentadas (Dantas, 2013). O Código Brasileiro de Comunicações (1962) teve a sua importância na época, mas após mais de 50 anos não acompanhou as mudanças tecnológicas. Posteriormente, foram aprovadas a Lei da Radiodifusão Comunitária, a Lei do Cabo (1995), a Lei Geral das Telecomunicações (1997) – que privatiza o sistema brasileiro de telecomunicações -, a Lei 12.485 (2012) – que regulamenta o conjunto de serviços de TV por assinatura - e o Marco Civil da Internet (2014).

Em 2016, o ranking do relatório anual sobre a liberdade de imprensa da ONG Repórteres sem Fronteiras⁹ revelou que o Brasil caiu ainda mais de posição de nonagésimo nono para o centésimo quinto. O ranking tem como base uma avaliação do pluralismo, a independência da mídia, a qualidade do enquadramento jurídico e da segurança dos jornalistas em 180 países. Neste relatório a ONG denunciou a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias.

Pesquisas constataram, inclusive, que até mesmo a mensuração da concentração da propriedade dos meios de comunicação hegemônicos é difícil de realizar. O coletivo

⁹ O Ranking do relatório anual sobre liberdade de imprensa pode ser conferido no sitedo Repórteres sem fronteiras. <https://rsf.org/es/noticias/clasificacion-mundial-de-la-libertad-de-prensa-2016-la-paranoia-de-los-dirigentes-frente-los>, Acessado em: 13/06/2016.

Intervozes (2015) comparou os números do Atlas de Cobertura das empresas, do Anuário de Mídia 2015 e do Donos da Mídia com a finalidade de chegar a alguns números importantes para esta difícil mensuração.

“A Rede Globo engloba hoje 123 emissoras em 5.490 municípios (98,56%) e atinge 202.716.683 habitantes (99,51%). Dessas concessões apenas cinco são próprias do Grupo Globo, sendo que 118 são de outros grupos. Enquanto a rede representa 22,6% (praticamente ¼) do total de 543 outorgas no Brasil, as 5 pertencentes ao Grupo Globo representam 0,009% (cerca de 1/100).” (INTERVOZES, 2015, p.9).

Através destes números analisados pelo Intervozes, é possível constatar que as redes conseguem disfarçar o oligopólio nacional, parecendo estar de acordo com a lei (nº. 236/67) em relação ao número de propriedade direta. Mas, segundo material de divulgação da campanha “Para expressar a liberdade”, organizado pelo FNDC, que tem a função de esclarecer sobre o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, menos de dez grupos empresariais controlam 70% da mídia no país. Este estudo afirma ainda que, a família Marinho (Rede Globo) tem 38,7% do mercado; o bispo da Igreja Universal, Edir Macedo (maior acionista da Rede Record) tem 16,2% e Silvio Santos (SBT) 13,4%. Estas informações também confirmam o descumprimento de artigos do capítulo V da Constituição Federal de 1988 que declara, por exemplo, que os meios de comunicação não podem ser objeto de monopólio e oligopólio. Além disso, a família Marinho também é proprietária de emissoras de rádios, jornais e revistas que indica a obtenção de propriedade cruzada, caso debatido e combatido em muitos países, e que aqui no Brasil não existem regras que regulem ou limitem esta prática. Ainda sobre a propriedade dessas empresas, um estudo realizado entre 1987 e 2008, divulgado no site “Donos da Mídia”, afirma que 271 políticos são sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação.

Uns dos principais problemas da concentração da propriedade dos meios de comunicação é o poder que esses poucos grupos empresariais tem ao assumir o controle da informação e a falta da diversidade que a comunicação pública e comunitária, por exemplo. Jambeiro chama atenção para a importância das pessoas de baixa renda se inserirem nos novos fluxos de informação e comunicação, principalmente por representarem uma grande massa populacional e que este representa um caminho para um mundo mais igualitário.

“Se as grandes massas ficaram economicamente excluídas nos séculos XIX e XX, cabe agora criar caminhos e estratégias que permitam sua inclusão na economia global, pela via do domínio das comunicações, no século XXI. Políticas de comunicações que não levem em conta esta perspectiva poderão

estar contribuindo para projetar no futuro os atuais malefícios da ideologia do mercado livre e sem controle social” (JAMBEIRO, 2007, p.101).

2.1 A luta pela “democratização da comunicação” no país

O movimento pela democratização da comunicação no Brasil nasceu a partir das lutas pela redemocratização do país protagonizado por entidades da sociedade civil. No auge da campanha por eleições diretas se formou a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC), em 1984. O movimento foi consolidado na preparação da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, durante a formulação do capítulo dedicado à Comunicação da Constituição Federal. Logo depois, em 1991, a entidade mudou o nome para Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Luiz Felipe Stevanim separa o desenvolvimento do FNDC em fases que se relacionam com o momento político do país.

É possível compreender a história desse movimento em quatro fases de atuação, tomando o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), criado em 1991, como ator central e *locus* de agregação de diferentes projetos e mobilizações. A primeira delas abrange o período de 1984 a 1991, considerado como a gênese política do movimento, que se constitui por meio de uma frente nacional de lutas, mas que depois da Constituinte passa por um processo de dispersão. A segunda fase (1991-1995) inicia-se com a fundação do FNDC, que representa a formalização do projeto de luta, e caracteriza-se por intensa articulação pela via institucional, por meio de negociações com o Estado e o setor empresarial. O movimento passa a buscar a regulamentação dos artigos da Constituição Federal de 1988 que fazem referência à comunicação, tomando como linhas de ação: a implantação do Conselho de Comunicação Social, a disputa pela regulamentação da TV a Cabo, a proposta de uma nova Lei de Imprensa (chamada de projeto da Lei da Informação Democrática) e a luta pelos direitos dos trabalhadores da Rede Manchete, grupo de mídia privado em crise (...) o FNDC passa por um processo de dispersão e recuo em suas frentes de ação durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o que caracteriza a terceira fase do movimento. A quarta fase (2003 até o presente) abrange a reestruturação dos projetos e a proliferação de novas demandas, com a emergência de questões relacionadas à convergência tecnológica. A partir de então, a entidade retoma seu papel relevante nas discussões do setor, tais como a política de radiodifusão pública, participando dos dois Fóruns de TVs Públicas (em 2007 e 2009), e o movimento em torno da I Conferência Nacional de Comunicação (2009), entre outros momentos estratégicos (STEVANIM, 2014, p.10-11).

Posteriormente, o FNDC liderou grande parte do processo de organização da I Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), realizada em 2009, além de lançar a campanha “Para expressar a liberdade”, em 2013, com a finalidade de colher assinaturas para

que o projeto de lei de iniciativa popular da comunicação social eletrônica seja debatida no Congresso Nacional.

Neste contexto, o movimento pela democratização da comunicação se organizou no país: composto por sindicatos, associação estudantil e profissional, partido político e liderança individual geralmente identificada por posições de esquerda, centro-esquerda, social democrata, correntes socialistas moderadas e comunistas. Murilo Ramos explica que o movimento social integrado, que tinha a Globo como alvo político principal, nasceu entre as décadas 1970 e 1980, no Brasil, e se identificou como movimento da sociedade civil. O nome “sociedade civil” significava que era contra sociedade militar, ou seja, que seria o seu oposto. No entanto, Ramos não concorda com este termo e frisa que o termo “civil” também abrange civis simpáticos e aliados ao regime militar. Por isso, o autor critica “o uso corrente no Brasil da ideia de *sociedade civil* como força aglutinadora e transformadora da concentração de poder nos meios de comunicação” (RAMOS, 2007, p.21). Ele afirma que existe uma associação do termo com a ideia despolitizada e acrítica do terceiro setor instrumental que favorece a manutenção da hegemonia e expansão da lógica neoliberal. Essas ideias foram absorvidas pelo ideário capitalista conservador. Considerando o conceito da sociedade civil, segundo Gramsci - exposto no capítulo anterior desta dissertação – é possível entender a crítica de Murilo Ramos a esta “sociedade civil” que visava se distinguir da sociedade militar e seus apoiadores. Pois, para o pensador, a sociedade civil faz parte do Estado, é mais abrangente do que este grupo “anti-ditadura” citado por Ramos.

Ao expor os dois processos comunicacionais atuais que fazem parte do movimento pela democratização da comunicação, Ramos apresenta o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) que tinha como um dos principais esforços atuais o Conselho de Comunicação Social, organismo auxiliar do Congresso nacional; e o Intervozes ligado a retorno da bandeira do Direito à comunicação, defendido pela Unesco e assumida pela campanha CRIS que foge dos contornos ideológicos da Unesco e se alia a organizações com ligações a hegemonia empresarial. O autor realça que apesar das lutas contra-hegemônicas, estes movimentos possuem uma forma de luta coletiva que se assemelha a de inspiração pluralista, estruturalista, neopositivista e fragmentadora.

Na ideia de uma sociedade civil superestrutural, lugar de ideologias e de cultura, da produção de consensos e hegemonias, decisiva à constituição de um Estado ampliado que não se limite aos aparelhos de força e coerção da sociedade política, pode estar um potente caminho atual de embate contra a

doutrina neoliberal e seu apelo à pureza da técnica e de uma ciência econômica incontestável (RAMOS, 2007, p.47).

Já Venício de Lima (DE LIMA In Entrevzes, 2006, p. 12) discorda que o início do movimento da sociedade civil a favor da democratização da comunicação tenha sido, em 1984, através da fundação da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação. Ele afirma que grande parte dos registros sobre o início da luta pela democratização da comunicação no Brasil “desconsidera a discussão da década de 1970 sobre as políticas nacionais (democráticas) de comunicação, realizadas no âmbito acadêmico e também de entidades como a Abepec (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação, criada em 1972)”.

2.1.1 – A importância da Constituição Federal de 1988 como base para uma lei que nunca existiu

Entre os anos 1987 e 1988 representantes de diversos movimentos e instituições da sociedade civil povoaram os debates a respeito da constituição federal e, assim, o capítulo sobre a comunicação no país foi aprovado e tornou-se referência para os debates sobre uma comunicação mais democrática no país. Este fato ocorreu na Assembleia Nacional Constituinte de 1988 que instaurou o Estado Democrático de Direito, que estimula a coparticipação do cidadão e do governo na formação do Estado e na defesa do interesse público. Sendo assim, a formulação da Constituição Federal contou com a participação e pressão da sociedade civil para a aprovação de artigos que interessavam a diversos movimentos sociais, como foi o caso dos artigos nº 220 ao 224, inseridos num capítulo destinado a Comunicação Social. No entanto, estes artigos ainda não foram regulados e são constantemente contrariados pelos principais veículos de comunicação nacionais. Como é o caso do § 5º do artigo 220: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”; claramente ignorado por, pelo menos, seis empresas de comunicação – familiares e ligadas a grupos religiosos e/ou políticos – que controlam 70% dos meios de comunicação no país, conforme mencionamos anteriormente.

Orlando Guilhon¹⁰, um dos membros da coordenação executiva do FNDC, ressaltou a importância de falar sobre o processo de construção do capítulo referente à Comunicação da

¹⁰ Entrevista concedida por GUILHON, Orlando. Entrevista I. [jan.2016]. Entrevistadora: Tatiana Figueiredo. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo mp3. Parte da entrevista encontra-se transcrita no Anexo I desta dissertação. Naquela ocasião o entrevistado atuava na coordenação executiva do FNDC.

Constituição Federal e recuperar esta história antes de se falar sobre a luta pelo direito à comunicação nos dias de hoje.

Nesta época um grupo da sociedade civil, que grande parte, posteriormente, se tornou o FNDC - com a participação de Daniel Hertz, Peninha, Bete Rocha, entre outros - começou a se organizar para lutar pela aprovação de um capítulo dedicado à comunicação. Isto mobilizou muitas pessoas e a vitória foi nossa. Este capítulo foi aprovado, mas até hoje ele não foi regulamentado (GUILHON, 2016).

Quase vinte anos depois, em 2007, ocorreu o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas no Brasil. Segundo Venicio de Lima, este Fórum foi marcado pelo comportamento contrastante do Ministro da Comunicação da época que não compareceu ao Fórum e anunciava uma TV do Executivo, enquanto o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestava o seu desejo de implantar uma rede de comunicação pública no país e participou do Fórum demonstrando dar importância ao assunto. Um dos assuntos destacados no debate foi a necessidade de, no mínimo, uma revisão da regulação da radiodifusão no país e um marco regulatório de acordo com a Constituição de 1988, que já menciona a complementaridade de sistemas privados, públicos e estatal.

Posteriormente, a sociedade civil, o governo e os grupos empresariais finalmente se reuniram para discutir a comunicação na I Confecom, em 2009. Neste encontro, foram aprovadas 633 propostas que foram amplamente discutidas nos anos seguintes, em novos encontros e em discussões através de grupos de e-mails, por movimentos sociais e a sociedade civil que lutam pela democratização da comunicação. Em 2013, estes grupos lançaram o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) da Comunicação Social Eletrônica que precisa colher mais de um milhão de assinaturas da população para que possa ser levado a votação no Congresso Nacional.

2.1.1 O Marco legal da comunicação

Segundo Guilhon, esta luta não vai acabar se o projeto de lei for aprovado e afirma que é por isso que é chamado de “Marco Legal”, pois esta seria uma lei dentro de um conjunto de leis necessárias para regular o setor. O PLIP, por sua vez, representa uma proposta de lei focada em regulamentar os artigos da Constituição Brasileira dedicados à comunicação. Mas não dá conta da complexidade do campo. “Marco legal, porque é um

conjunto de leis que para terem coerência precisam se complementar e dialogar umas com as outras” (GUILHON, 2016, anexo 1). Compõem este Marco Legal, por exemplo: o marco civil da internet (lei nº 12.965/14), a lei nº 12.485/11 sobre comunicação audiovisual de acesso condicionado; a lei das rádios comunitárias (nº 9.612/98) que, segundo o entrevistado, precisa passar por reformulações; a lei nº 11.652/08 que institui princípios e objetivos da radiodifusão pública e que autoriza a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Entre 1991 e 2009 o FNDC trava várias dessas batalhas, como: a lei que cria um Conselho de Comunicação associado ao congresso. Ou seja, vários pedaços da construção deste mosaico que complementa este marco regulatório o país. Daí vai se montando isso no marco legal... E as propostas do PLIP? Vão dialogando o tempo todo entre estudiosos, acadêmicos, deputados, senadores, entidades nacionais dentro e fora do FNDC foram acumulando essa discussão. Ao chegar na Confecom não é a toa que aquelas propostas aparecem. Várias das nossas entidades de forma articulada se organizam para dentro da Confecom defender um conjunto de propostas que ainda não era o PLIP mas era a “ante sala” do PLIP. (GUILHON, 2016)

Em 2015, em visita ao Brasil, o Relator Especial para a Liberdade de Expressão da OEA (Organização dos Estados Americanos), o uruguaio Edison Lanza¹¹, participou de seminário na Universidade de Brasília e encontrou com os antigos Ministros: da Cultura, Juca Ferreira; da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Edinho Silva e o das Comunicações, Ricardo Berzoini. Segundo a reportagem de Bia Barbosa (Coordenadora do Intervozes) para a revista digital, Carta Capital, Lanza afirmou ter recebido denúncias da sociedade civil brasileira sobre o sistema concentrado, principalmente, da televisão aberta; rádios controladas por políticos e setor comunitário excluído. Durante o seminário, ele alertou que a liberdade de expressão é condição para o exercício de outros direitos, porém não é um direito absoluto.

Ter um sistema plural de comunicação no país é uma dessas previsões, assim como a proteção de crianças e adolescentes e a incitação ao ódio. É falso entender qualquer regulação como censura. A discussão depende de como se constrói a proposição de regulação e como se considera os padrões internacionais. (LANZA, 2015)

O relator questionou: “Este é um processo que deve ser feito com participação popular. Se o Brasil construiu de maneira tão exemplar o Marco Civil da Internet, por que não consegue fazer o mesmo para atualizar o marco da radiodifusão”?

¹¹ Reportagem sobre a visita do Relator da OEA, Edison Lanza ao Brasil, em 2015:

<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/relator-da-oea-defende-novo-marco-regulatorio-para-a-comunicacao-no-brasil-3184.html>, Acessado em 06/10/2015.

Visitas internacionais como esta, que trazem propostas e análises diretamente para o governo são importantes para estimular o debate. Um marco regulatório como este, difícil de ser debatido, precisa do envolvimento da sociedade civil, além do comprometimento do Estado. Para o Coletivo Intervozes deve haver uma mudança na postura do Estado e a garantia do que será legislado e, por outro lado, a pressão da sociedade e seu controle social participativo.

Cabe ao Estado, em diálogo com a sociedade civil (e não só com o empresariado), estabelecer projetos de democratização para o setor de comunicação, orientando os radiodifusores no sentido de sua adequação, legislando sobre a regulação de redes, definindo indicadores precisos de limites à concentração econômica, resguardando os veículos contra os usos da natureza prolecionista e incidindo no setor por meios diretos e indiretos, como a fiscalização, a verba publicitária oficial, o orçamento das empresas públicas e a elaboração de planos estratégicos para o médio e longo prazo (INTERVOZES, 2015, p.21-22).

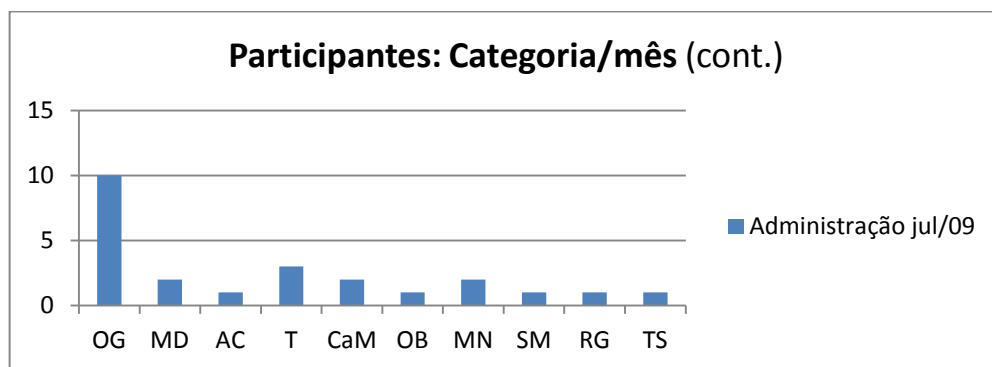
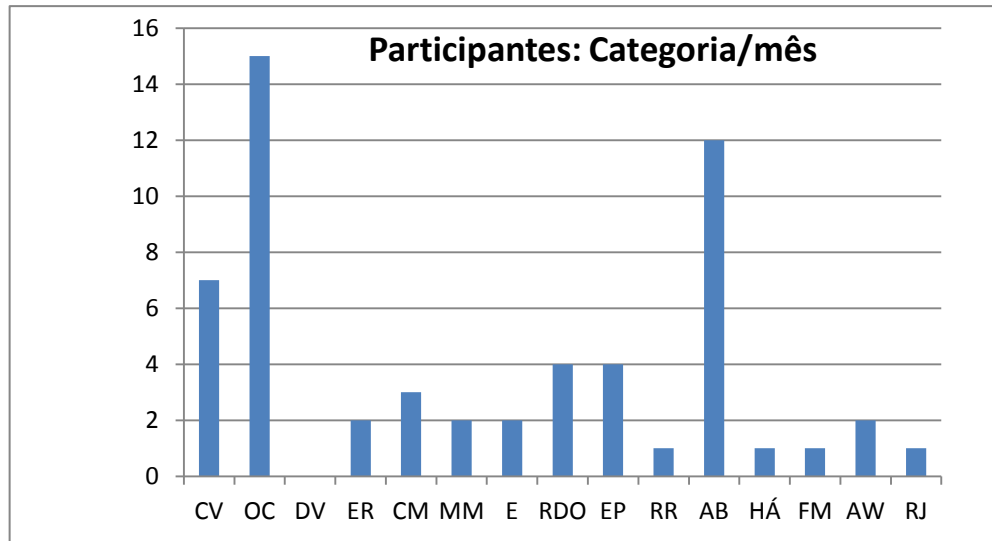
3. OS BASTIDORES DA I CONFECOM

3.1 Metodologia

A pesquisa foi realizada a partir de dados coletados da lista de e-mails “Rio Pró Conferência”, que foi organizada para a comunicação entre a sociedade civil do estado do Rio de Janeiro que estava a favor da realização da I Conferência Nacional de Comunicação. Ou seja, as informações contidas nas mensagens trocadas entre os participantes, no período entre julho e dezembro de 2009, meses que antecederam a Conferência. Os e-mails foram analisados e divididos em categorias de acordo com o conteúdo apresentado, sendo elas: Administração; Informativos; Discussão. Os participantes (autores dos e-mails trocados) foram identificados por siglas com as letras iniciais dos seus nomes e a frequência da participação de cada um foi quantificada de acordo com as categorias dos temas (Quadro 1).

Como o objetivo deste estudo é analisar os bastidores da I Confecom, a partir da “sociedade civil não empresarial” do Rio de Janeiro, a escolha desta lista de e-mails “Rio Pró Conferência”, disponível no grupo de e-mails do Google, se deu na expectativa de encontrar o conteúdo das discussões políticas realizadas na ocasião entre os participantes da comissão Pró Conferência do Rio de Janeiro e entender as principais questões debatidas pelo grupo. Após analisar e organizar os e-mails conforme o conteúdo e o emissor desde outubro de 2008 até dezembro de 2009 foi possível observar que as discussões políticas eram raras neste ambiente virtual. Portanto, a análise mais aprofundada se concentrou nos seis meses que antecederam a I Confecom. Posteriormente, foram realizadas as entrevistas com os participantes e a análise deste vasto material foi importante para dar mais profundidade a estas entrevistas.

Quadro 1 – Frequência de e-mails dos participantes da lista de e-mails “Rio Pro Conferência”, referente à categoria “Administração” – Julho - 2009.

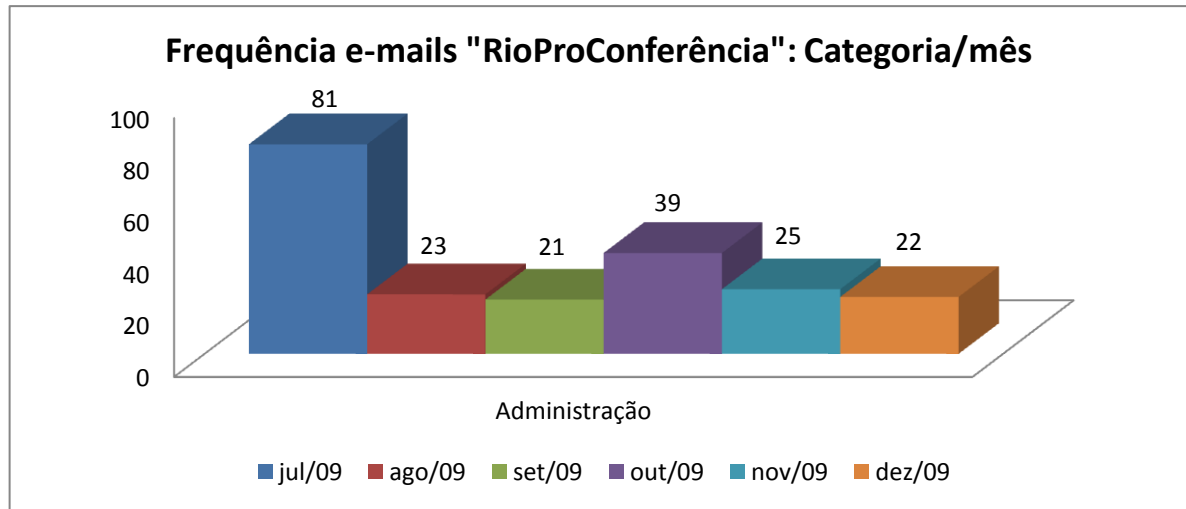


Fonte: Lista de e-mails “Rio Pro Conferencia”, 2009

O quadro 1 expõe a participação dos atores que mandaram e-mails relativos a categoria “Administração” no mês de Julho de 2009. Como podemos ver, de acordo com as iniciais, Oona Castro (OC); Álvaro Britto (AB) e Orlando Guilhon (OG), três dos nossos entrevistados, foram os que mais participaram neste mês.

A categoria “Administração” reuniu os e-mails dedicados às dúvidas sobre a organização da Confecom no âmbito nacional e regional; às marcações e aos resumos de reuniões entre membros da “Rio Pro Conferência” e videoconferências com outros estados, seminários regionais e nacionais; aos atos públicos; à inclusão de e-mails; dúvidas sobre as passagens disponibilizadas pela organização da Confecom; entre outros assuntos administrativos e burocráticos. Ao quantificar os e-mails trocados nesta categoria foi possível perceber que representavam a maioria da lista.

Quadro 2 – Frequência de e-mails trocados na lista Rio Pro Conferência na categoria “Administração” –2009

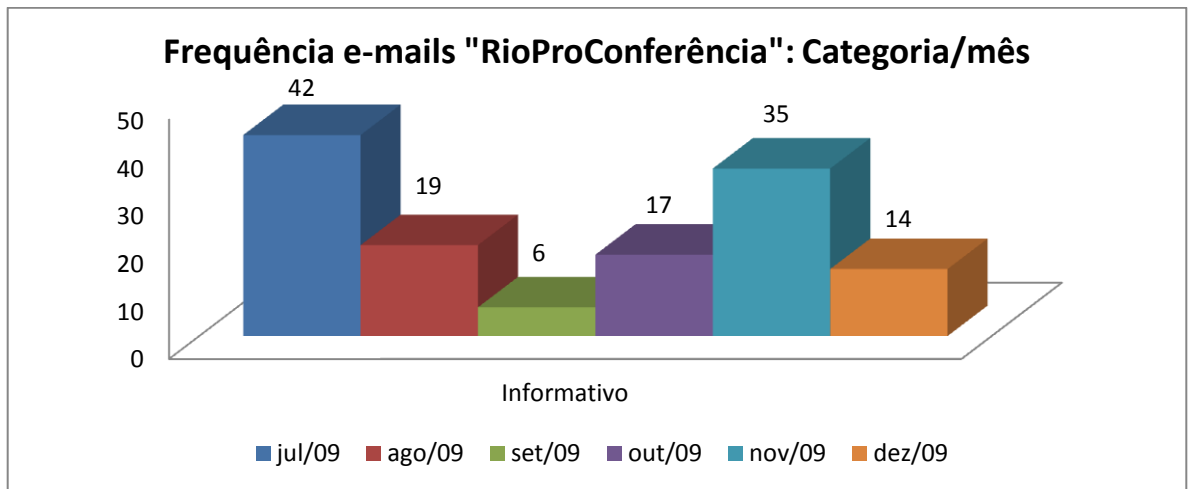


Fonte: Lista de e-mails Rio Pro Conferencia, 2009

No gráfico do quadro 2, relativo a quantidade de e-mails trocados na categoria “Administração” nos meses de Julho a Dezembro de 2009, é possível analisar a quantidade de e-mails trocados em cada mês. Nele, é possível perceber que o mês de Julho foi o mês que apresentou uma quantidade maior de e-mails e que nos outros meses esta frequência cai consideravelmente. Justamente nos meses que antecede o evento.

Em seguida, a categoria “Informativo” era utilizada com frequência para divulgar informações sobre o evento ou relacionadas às discussões e causas defendidas pelos movimentos sociais participantes da lista de e-mails difundidas por meios de comunicações hegemônicos e contra-hegemônicos. Foi possível observar que esta categoria apresentou maior participação entre as três categorias analisadas em novembro, mês que antecedeu a Confecom. Sendo assim, observa-se que neste mês os participantes divulgaram mais as informações que estavam circulando sobre o evento do que conversaram entre eles. Inclusive, a discussão política foi nula, conforme o quadro 4 mostrará mais adiante.

Quadro 3 – Frequência de e-mails trocados na lista Rio Pro Conferência na categoria “Informativo” –2009

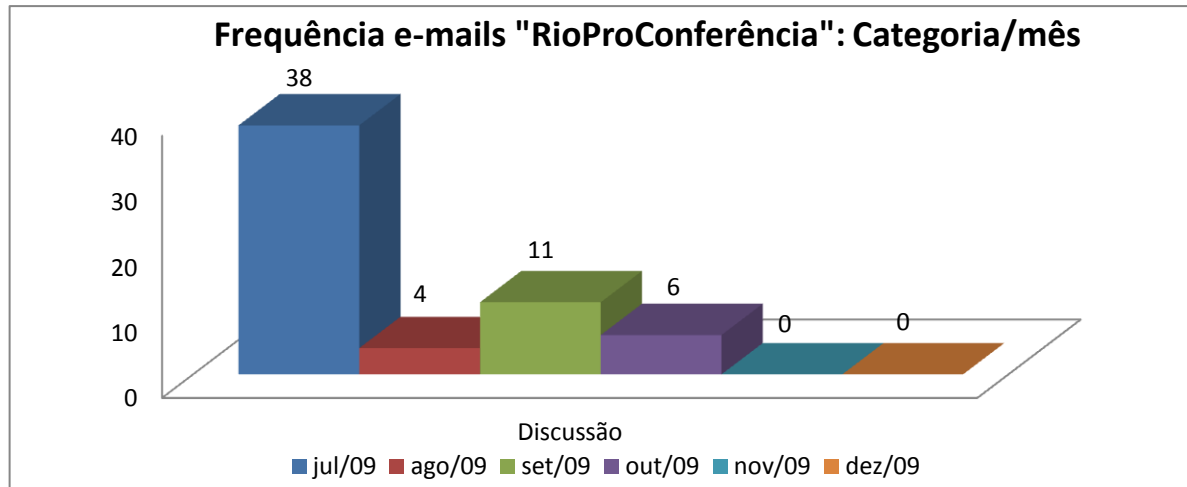


Fonte: Lista de e-mails Rio Pro Conferencia, 2009

Por fim, a categoria que agrupou os e-mails relacionados à “Discussão” reuniu os e-mails que apresentaram reflexões e debates de ideias políticas sobre determinado assuntos. Surpreendentemente este comportamento não era comum na lista de e-mails. Poucas mensagens eram trocadas para este fim. Poucas informações trocadas eram debatidas com teor político. Percebe-se que a frequência caiu drasticamente nos quatro últimos meses que antecederam a Confecom, chegando a não existir nenhum e-mail nos últimos meses (novembro e dezembro de 2009).

Esta análise explicita que o grupo de e-mail da comissão carioca pró-conferência não era utilizado para trocar um grande número de informações ou expor opiniões.

Quadro 4 – Frequência de e-mails trocados na lista Rio Pro Conferência na categoria “Discussão”
– 2009



Fonte: Lista de e-mails Rio Pro Conferencia, 2009

É visível nestes três gráficos (Quadros 2, 3 e 4), relativos às categorias que foram divididos os e-mails, uma grande participação em julho e uma queda brusca nos meses seguintes que antecederam o evento. A fim de complementar a análise sobre os e-mails, foram realizadas entrevistas em profundidade com pessoas que faziam parte da comissão e participavam com frequência da lista de e-mails. Os entrevistados foram: Roseli Goffman (RG – quadro 1), representante do Conselho Federal de Psicologia e também membro da comissão pró-conferência nacional; Oona Castro (OC – quadro 1), representante do Intervezes; Orlando Guilhon (OG – quadro 1), representante da Arpub e Álvaro Britto (AB – quadro 1), representante do sindicato dos jornalistas do estado do RJ e professor universitário do sul fluminense (Barra Mansa). Esta fase da pesquisa foi importante para interpretar os dados coletados através da análise dos e-mails.

Na ocasião, quando foi realizada a I Confecom, a psicóloga Roseli Goffman era representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), ocupou a vaga destinada a entidade no FNDC e foi integrante da comissão nacional organizadora da I Confecom. Foi possível observar que a participação que exerceu na lista era bastante direcionada aos e-mails administrativos e na organização dos debates. Na comissão pró Confecom nacional acompanhou discussões estaduais para ajudar na votação e escolha de quem iria para a conferência obedecendo ao edital. Por isso, acompanhou de perto detalhes da organização nacional de perto (Entrevista - Anexo 3).

O entrevistado, Orlando Guilhon, é presidente e fundador da Associação das Rádios Públicas do Brasil (ARPUB) e participou da Confecom como representante desta instituição. Posteriormente, Guilhon passou a fazer parte da coordenação executiva do FNDC até o dia da entrevista para esta pesquisa, em 2016. Como membro da comissão Pró Conferência do Rio de Janeiro, ele contribuiu na articulação da sociedade civil com o governo e também entre os integrantes dos movimentos da sociedade civil que assumiam posições políticas divergentes. Possui uma visão abrangente sobre a história da luta pela democratização da comunicação, a I Confecom e o sobre o PLIP da Comunicação Social Eletrônica (Entrevista - Anexo 1).

Desde o movimento estudantil, em 2003, Oona Castro começou a fazer parte do Intervozes. Durante os debates pré Confecom começou a representar o coletivo e permaneceu até o fim da conferência. Castro teve uma participação intensa nos e-mails do grupo, principalmente, na parte administrativa com a organização das pautas para as reuniões, videoconferências, reunião com o governador, comunicação com a comissão nacional. Conhecendo profundamente esta luta, desenvolveu um olhar crítico sobre a Conferência e o movimento Rio Pro Conferência ao longo dos anos (Entrevista – Anexo 2).

O entrevistado Álvaro Britto está presente na luta pela democratização da comunicação desde os anos 1980, através do movimento estudantil na faculdade de jornalismo da UFF, da igreja (pastoral da juventude) e de ONGs discutindo sobre a Nomic (UNESCO). Posteriormente, foi da primeira coordenação da Fale-Rio. Tornou-se professor universitário na região fluminense do Rio de Janeiro e na Confecom teve uma importante participação como representante da região. Na maior parte dos e-mails trocados na lista, Britto participa de discussões nas três categorias, principalmente, nas categorias “Administração” e “Informativo”.

3.2 A sociedade civil e a organização da I Confecom através da lista de e-mails

A participação da sociedade civil no período pré-Confecom, no momento em que se preparavam para o grande debate, acontecia basicamente através de seminários e eventos coordenados pelo FNDC; participação nas listas de e-mails e, na maioria das vezes, os participantes eram vinculados a movimentos sociais. “Essa discussão no Brasil de quem é a sociedade civil. Ela está organizada em diversos movimentos sociais” (GUILHON, 2016). Mas os entrevistados declararam que as listas não eram utilizadas com menos frequência para discussão sobre o conteúdo dos debates.

As listas de e-mails serviam para marcar reuniões, para combinarmos o que iríamos debater nas reuniões, era uma lista de propostas, de proposições e de agendamento de reuniões. E também esta lista de contatos ia aumentando esta base de contatos do FNDC que deve ter hoje mais de 5 mil, 7 mil pessoas cadastradas (GOFFMAN, 2016).

Os entrevistados que participaram desta pesquisa explicaram que grande parte do debate acontecia nas reuniões presenciais do grupo. Apenas Álvaro Britto declarou ter uma lembrança de e-mails trocados na lista com algum debate antes das reuniões agendadas, mas que nem todo mundo que participava bastante das discussões presenciais apresentavam o mesmo comportamento nos debates virtuais. Oona Castro acrescentou que muitas vezes também aconteciam discussões entre alguns representantes por e-mail, mas fora da lista ou quando se reuniam entre eles. Além disso, algumas diferenças políticas prejudicavam a comunicação na lista.

A Lista “Rio Pro Conferencia” foi uma junção após o racha, pois tinha uma lista mais concentrada entre o PCdoB e outra entre o PT, PSOL. Eu fui um dos que tentou costurar esta lista com delicadeza para unir e na véspera do seminário estadual houve um racha novamente. Havia muita desconfiança na troca de informação (GUILHON, 2016).

Oona Castro explicou que havia um grupo que apresentava integrantes do PSOL, a esquerda petista (menos alinhada com o PMDB) – “na época, quem integrava os altos cargos do PT e do PCdoB conseguiam dialogar bem com o PMDB, por serem alinhados a nível nacional e quem não era não conseguia, principalmente por representar uma disputa com o PCdoB” (CASTRO, 2016). Sendo assim, Castro explica que os integrantes do PCdoB – que representava o outro grupo da comissão - demonstravam interpretar que a sociedade civil poderia ser dividida entre quem pertencia ao partido PCdoB e quem não pertencia. Por isso, algumas pessoas não conseguiam dialogar com este grupo. Apesar das pessoas que já estavam articuladas com o movimento pró-democratização das comunicações não entenderem a sociedade civil a partir desta separação, tiveram que assistir e sofrer a divisão do grupo entre PT, PSOL e apartidários e o PCdo B do outro lado. O FNDC, por sua vez, se comunicava com o governo do PT com facilidade. A representante do Intervezes relatou ainda que isto representou um problema no momento da divisão da participação dos delegados na conferência que acabou não sendo proporcional a expressão daquelas pessoas no debate.

Por outro lado, pessoas que estavam ligadas a uma estrutura maior, como um partido político, ganhavam poder de fala e de articulação com o governo, como a escolha do número de delegados para a conferência. Acho que houve

um rebaixamento do debate político e a Confecom saiu perdendo com isso (CASTRO¹², 2016).

Guilhon comentou ainda que a lista era confusa, pois era muito fácil criá-la, mas a gestão era difícil. Segundo ele, mesmo com o *mailing* desatualizado e mal organizado, o FNDC contribuiu para a criação das listas, inclusive da lista nacional, “conferecia.comunicacao”, administrada pelo Intervozes.

Segundo Álvaro Britto¹³, a participação da sociedade civil era a grande dificuldade. E este comportamento se refletiu na participação na lista de e-mails: No mês de julho/2009, por exemplo, houve uma intensa participação das pessoas (total de 161 e-mails nas três categorias) caindo nos meses seguintes (em agosto: 46 e-mails; em setembro: 38 e-mails; em outubro: 62 e-mails; em novembro: 60 e-mails e em dezembro: 36 e-mails). Em geral, segundo Britto, que atua no movimento pró democratização da comunicação desde os anos 1980, existem momentos específicos em que os diversos movimentos sociais (negro, sem terra, feministas etc) assumem esta bandeira e participam, como: no momento do escândalo da cobertura da Rede Globo diante do debate entre Lula e Collor, nas eleições de 1989; na própria época da Confecom, em 2009; nos protestos contra a Globo, em 2013. Guilhon também relata a dificuldade de coordenar um movimento social como este, que vive em “altos e baixos”, e explica que há o esvaziamento do movimento em diversos momentos, inclusive logo depois da Confecom. “Este é o clima do nosso movimento: várias pessoas com muitas desculpas de outras coisas para fazer. Há uma falta de formação política, falta de experiência, um certo amadorismo, voluntarismo, falta de consistência” (GUILHON, 2016). Porém, os próprios entrevistados Guilhon e Britto chamam atenção para a grande importância do envolvimento de várias “tribos” que defendem causas sociais diversas com a I Confecom e que eles têm percebido a dimensão da necessidade de se lutar pela democratização da comunicação. Mas, apesar de muitos fazerem parte do FNDC, Guilhon volta a afirmar que o envolvimento dos atores sociais não tem sido consistente.

¹² Entrevista concedida por CASTRO, Oona. Entrevista II. [jan.2016]. Entrevistadora: Tatiana Figueiredo. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo mp3. Parte da entrevista encontra-se transcrita no Anexo II desta dissertação.

¹³ Entrevista concedida por BRITTO, Álvaro. Entrevista IV. [fev.2016]. Entrevistadora: Tatiana Figueiredo. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo mp3. Parte da entrevista encontra-se transcrita no Anexo IV desta dissertação.

3.3 A comissão pró-conferência de comunicação do Rio de Janeiro

O movimento pró Confecom se organizou numa comissão nacional com a colaboração de representantes de cada estado; em comissões estaduais, como a do Rio de Janeiro que possui a lista de e-mails “Rio Pró Conferência” e municipais. Cada estado precisava realizar um seminário estadual e definir pautas para apresentar à comissão pró Confecom nacional que teve a responsabilidade de enviar para, finalmente, serem votadas na Confecom. Roseli Goffman, representante do Conselho Federal de Psicologia e membro da comissão do Rio de Janeiro participava da coordenação nacional do movimento e afirmou que foram quase 15 mil participantes em vários estados.

“Para fazer a Confecom tiveram discussões no âmbito municipal, estadual e, por final, a Conferência. Então, você ia discutir nos municípios. Quando ia fazer a discussão estadual tinha que ter um representante da comissão organizadora, para ajudar na votação e na escolha de quem iria para a conferência, de forma que obedecesse ao edital. Como eu estava na comissão, eu ia para alguns lugares. Daí a gente distribuía o Brasil pelas entidades. Foi muito bonito o movimento! Foi um processo legítimo e democrático, pois tínhamos um edital para obedecer” (GOFFMAN, 2016).

As reuniões municipais eram semanais, e eram onde aconteciam os debates e discussões sobre as propostas que seriam levadas para a Confecom. Quanto ao conteúdo destas propostas não havia muita discordância. Como a maioria da sociedade civil estava organizada de acordo com partidos políticos; sindicatos; conselhos profissionais; coletivos, associações; ONGs, as propostas eram bem delimitadas, defendidas por determinados grupos e, normalmente, respeitada pelos demais grupos. “Cada entidade tinha pontos prioritários que queriam defender para o marco regulatório. O nosso (CRP) era a questão da publicidade infantil como ponto mais forte” (GOFFMAN, 2016).

Era mais importante passar as pautas nacionais. Dificilmente nós discutíamos as pautas, nós tínhamos um certo acordo sobre as pautas. Talvez devido ao acúmulo dos movimentos que construíram caminhos semelhantes e chegaram num lugar mais ou menos parecido. Nós tínhamos disputas em alguns poucos pontos de conteúdo (...) Não havia tantas polêmicas, a situação era tão dramática, e ainda é, que existiam ali umas 30 prioridades que estavam uns 30 anos defasadas pelo menos. Então você defender, por exemplo, a não renovação automática das concessões era muito tranquilo. Aonde talvez haveria um pouco de polêmica seriam pontos que nem nós estávamos muito preparados para enfrentar, como, por exemplo, a internet (CASTRO, 2016).

Outra crítica importante relatada pela representante do coletivo Intervozes, Oona Castro, seria que durante as reuniões da comissão pró Confecom ficava claro para ela que muitos representantes de movimentos sociais não tinham o costume de debater sobre políticas de

comunicação e estava participando porque era importante ocupar aquele espaço. Articulando com as críticas do Orlando Guilhon e Álvaro Britto sobre a dificuldade de manter a participação da sociedade civil do Rio de Janeiro nesta luta e a falta de discussão política na lista de e-mails, durante os seis meses analisados nesta pesquisa, é possível identificar um problema presente na comissão pró Confecom do Rio de Janeiro: nota-se uma dificuldade com o comprometimento e entendimento da sociedade civil sobre o tema. “O Rio como grupo, entidade nunca existiu. Na verdade nós éramos um grupo para apoiar o movimento pró-conferência nacional. Ajudou a criar volume, massa de pressão. Apenas isso.” (CASTRO, 2016).

3.3.1 Principais problemas

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que possui como principal empresa associada a Rede Globo, se recusou a participar da Conferência Nacional de Comunicação. Por isso, em vários momentos a sociedade civil não empresarial – como eram chamados pelos organizadores os integrantes da comissão pró Confecom – ficava apreensiva com possíveis novas desistências das empresas. Isso poderia provocar o cancelamento da Confecom. É importante realçar que esta nomenclatura “sociedade civil empresarial” e “sociedade civil não empresarial” foi necessária utilizar justamente devido a participação das empresas de comunicação. Conforme o pensamento de Gramsci, citado no primeiro capítulo desta dissertação, a sociedade civil é formada por diversas instituições responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias, incluindo, assim, os meios de comunicações.

Diante das disputas de interesses entre os dois grupos da sociedade civil, houve um momento tenso durante a Confecom de quase ruptura entre os movimentos sociais do grupo pró-conferência, pois o governo (liderado pelo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, jornalista Franklin Martins) precisou renegociar com a sociedade civil não empresarial detalhes sobre o regimento - que só poderia aprovar as teses discutidas nos grupos de trabalhos por unanimidade ou por aprovação de pelo menos 2/3 - a fim de atrair a sociedade civil empresarial, que ameaçavam o tempo todo a não participar para o debate. Apesar de uma parte dos delegados do movimento pró Confecom continuar contra a decisão, os movimentos sociais aceitaram a mudança do regimento garantindo que uma proposta (tese) deveria apresentar 60% dos votos mais um para passar, a fim de garantir a participação das empresas. Segundo Dantas, a organização da votação obedeceu a regras de um jogo político.

O empresariado temia ser “esmagado” por uma suposta maioria dos movimentos populares e exigiu que as plenárias e GTs fossem proporcionalmente divididos em 40% de delegados empresariais, 40% de delegados não-empresariais e 20% de delegados do governo. Além disso, na votação de questões consideradas “sensíveis”, a aprovação exigiria 60% mais um de todos os votos, com pelo menos um voto em cada um dos três segmentos. Qualquer questão poderia ser considerada “sensível”, desde que um segmento o exigisse com apoio de 50% dos seus membros. Mesmo com todas essas “salvaguardas”, a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), liderada pela Rede Globo, e a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), da qual fazem parte os principais diários brasileiros, retiraram-se do processo. Permaneceram e viriam a ter decisiva participação, a Associação Brasileira de Radiodifusão (Abra), capitaneada pela Rede Bandeirantes, e a Telebrasil, entidade que congrega diversas empresas e associações do segmento de telecomunicações, inclusive as dominantes Oi, Telefônica e Embratel (DANTAS, 2010, p. 1- 2).

Além disso, a distribuição do número de delegados entre sociedade civil não empresarial, sociedade civil empresarial e governo já tinha sido uma grande discussão entre os grupos antes da I Confecom. O que tornou a negociação ainda mais tensa nos instantes que antecederam o evento até o momento da sua realização.

Houve uma discussão antes da conferência sobre a divisão de 1\3 para cada. O Intervezozes defendeu 40% (sistema público- participação social – não separava governamental do público), 40% (sistema privado), 20% (governo). O FNDC defendia 33, 33,33. Esta foi uma disputa nacional que refletiu aqui no Rio. A gente não achava justo a mesma proporção dos empresários e da sociedade civil. (...) O ambiente, na época, era um ambiente de disputa no nosso campo, mas a gente conseguiu sim superar uma série de dificuldades no campo da sociedade civil para construir uma conferência menos submetida aos interesses empresariais do que poderia ter sido se a gente não tivesse conseguido se articular (CASTRO, 2016).

Segundo Guilhon, quem participou da Conferência sabe que ela quase não aconteceu: “Na noite de abertura houve um movimento de rebeldia contra os regimentos internos do FNDC que tivemos que fazer uma plenária para resolver”. Segundo Roseli Goffman, logo após a Confecom, a Fenaj – coordenadora executiva e geral do FNDC, desde a sua fundação - foi contra o movimento que estava acontecendo dentro do FNDC para a entrada da CUT, uma disputa interna. Guilhon afirma que os desentendimentos com a Fenaj começaram um pouco antes de a Confecom e culminaram durante o evento, finalizando com a saída da instituição da direção do FNDC logo após a Conferência. Segundo ele, após a morte de Daniel Herz¹⁴, fundador do FNDC, a Fenaj se modificou e passou a ter um quadro muito competente do ponto de vista da capacidade de elaboração teórica, mais burocrática e de negociação

¹⁴ Jornalista, fundador do FNDC, diretor da Fenaj, professor da UFSC, autor do livro “A História Secreta da Rede Globo”, Daniel Herz foi importante ativista na luta pela democratização da comunicação no Brasil. Herz morreu no dia 30 de maio de 2006, vítima de câncer.

institucional. Não tinha muito movimento sindical e a negociação com o governo acontecia de maneira mais fechada.

O FNDC já estava num período complicado e organizou o movimento pró Confecom com a ajuda do Intervozes, do Barão de Itararé e outras entidade que ainda não estavam no FNDC também. O FNDC queria ser dono deste movimento pró Confecom e a comissão que era mais ampla peitava porque eles não representavam todos e não tinham condições de negociar sozinhos com o governo. Havia um grupo de trabalho com 6 vagas para negociar com o governo, antes da Confecom ser marcada. O FNDC reservou 5 vagas para a as entidades da coordenação executiva do FNDC e apenas 1 vaga de fora que, na época, foi ocupada pelo Intervozes. Mas na executiva do FNDC já estava ruim e a CUT já enfrentava as decisões tomadas pela executiva que era composta por entidades, como: CRP, Aneart, Fenaj. Já havia este tensionamento que quase explodiu na Confecom (GUILHON, 2016).

Por outro lado, Roseli Goffman afirma que os problemas entre a Fenaj e o FNDC aconteceram logo depois da Confecom. Para ela a CUT articulou para assumir a direção executiva da Fenaj e provocou retrocessos para o movimento.

A associação brasileira de rádios públicas (Arpub), do Orlando Guilhon, se junta com a da Rosane Bertotti, a do Miro, Barão de Itararé para tirar a Fenaj – “Fenaj, você dá ou desce, nós queremos a coordenação, se você não nos der a coordenação o que você nos propõe?”. Daí a Fenaj fala “vamos sair!”. E essa briga está até hoje. E isso enfraquece o movimento. Na verdade se juntam não para tirar a Fenaj, mas para ganhar mais força dentro do FNDC. Daí a Fenaj diz “Não. Esta é uma entidade que nós criamos e se vocês desejam se juntar com a CUT nós estamos fora”. O FNDC está mais fraco do que na época da Confecom. Continuam com o informativo, mas eu não vejo eles fazendo eventos de muita repercussão. Acho que perdeu muita força com a saída da Fenaj.

A saída da Fenaj do FNDC aconteceu logo após a Confecom, depois que foi realizada a eleição para escolher um novo coordenador executivo que elegeu a representante da CUT, Rosane Bertotti. Isso provocou mudanças internas, como a saída e a entrada de algumas entidades no Fórum. Segundo os entrevistados, isso mexeu com o movimento pela democratização da comunicação no Rio de Janeiro, pois nem todos os integrantes das instituições eram a favor das decisões tomadas pelos seus representantes.

3.4 Resultados da I Confecom

Os contratemplos relativos à alteração do regimento interno e entre os delegados da sociedade civil durante a Confecom não prejudicaram o seu bom andamento. “Por um lado, o resultado da Confecom foi muito bom, acima das expectativas, pois chegamos com uma certa desconfiança, com medo do governo vacilar. Por outro lado, percebemos a responsabilidade

pós Confecom” (GUILHON). Dantas também afirma que o resultado foi positivo e expressa o que a maioria esperava para o futuro.

Entender esses meios como ferramentas do desenvolvimento econômico, cultural e político brasileiro, logo, sujeitos a políticas públicas conforme estas sejam definidas pelo debate democrático, tal qual se deu na Confecom, apenas expressará a nossa compreensão do próprio avanço e amadurecimento da nossa democracia ((DANTAS, 2010, p.15).

Dantas (2010) faz uma análise sobre a I Conferência Nacional da Comunicação (Confecom), realizada em Brasília, nos dias 15 a 17 de dezembro de 2009. Ele registrou em neste artigo, publicado logo após a conferência, que foram cerca de 1600 delegados pertencentes a movimentos sociais, empresas de comunicação e governo e que foram discutidas 1.422 teses sobre a política e a economia dos meios de comunicação. O debate envolveu diversos segmentos da sociedade e representou um grande marco principalmente para movimentos populares que lutam pela democratização da comunicação desde os anos 1970 e 1980. A maior expectativa deste grupo era a concretização de resultados efetivos especialmente legais e normativos do campo.

Conforme foi observado ao longo de nossa pesquisa, composta pela a análise do grupo de e-mails Rio Pro Conferência e entrevistas com representantes de entidades ligadas a estes movimentos, esta sensação de esperança permaneceu durante pouco tempo. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que já estava no seu último ano, não trabalhou para transformar as propostas aprovadas na Confecom e os artigos do capítulo sobre a Comunicação da Constituição Federal em lei. “A Confecom aconteceu no fim de 2009 e Lula sai em 2010. O Franklin Martins chegou a fazer um projeto do marco regulatório e quando a Dilma assumiu ela engavetou” (BRITTO, 2016).

Havia uma expectativa enorme de que o presidente Lula conseguiria implementar algumas das pautas ali discutidas antes do término do seu governo. A gente sabia que não daria tempo para implementar tudo... mas as pautas que foram consensuais pelos três grupos seguiram como um projeto de marco regulatório pelo FNDC, através do abaixo assinado. Quem fez uma conferência que envolveu 15 mil pessoas no Brasil inteiro não merece um abaixo assinado! É muito pouco avanço! (GOFFMAN,¹⁵ 2016)

Nesta passagem, Roseli Goffman expressa que o sentimento de esperança imperava no grupo. Esperavam alguma iniciativa do governo. Depois, ao falar sobre o “projeto do marco

¹⁵ Entrevista concedida por GOFFMAN, Roseli. Entrevista III. [jan.2016]. Entrevistadora: Tatiana Figueiredo. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo mp3. Parte da entrevista encontra-se transcrita no Anexo III desta dissertação.

civil”, ela já está se referindo ao projeto criado pelos movimentos sociais após um tempo de espera e explicita que foi contra a escolha do grupo de colher assinaturas para levar ao Congresso, o que ela chama de “abaixo assinado”.

Foram aprovadas mais de 600 propostas. A partir destas propostas foram reunidos os 20 pontos imprescindíveis em reuniões e discussões posteriores por parte da sociedade civil e, assim, foi possível desenvolver o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica.

As reuniões eram públicas e as entidades ligadas ao FNDC participaram. A partir do caderno com as propostas aprovadas na Confecom nós apontávamos as propostas que eram inegociáveis. Discutiam entre a coordenação e depois levávamos para plenária e lá eram discutidas (GOFFMAN).

Apesar do governo não ter levado adiante a transformação dessas propostas em lei, o ministro-chefe da secretaria de comunicação, Franklin Martins, que não conseguiu dar continuidade a este processo, pois saiu do governo no fim do governo Lula, em 2010, é citado pelos entrevistados como alguém que contribuiu de forma positiva para a formulação deste projeto de lei. Segundo Guilhon, o ministro Paulo Bernardo, que o sucedeu não deu sequência ao trabalho. “Todo debate que o Franklin Martins participava ele defendia a regulação dos artigos da constituição e nós seguimos a orientação dele. Lógico que nós queremos mais e já estamos conseguindo através de outras leis, como o marco civil da internet, por exemplo” (GUILHON). O projeto regulamenta os Arts. 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal.

Foi necessário um grande esforço do movimento nacional pró Confecom para discutir e formular um projeto de lei que também atendesse as diversas lutas sociais. “foi importante para o Intervozes estar dentro do FNDC para ajudar na formulação em algumas coisas. Nós fizemos os 30 pontos prioritários, material para debater, quais as teclas deveríamos bater, quais eram as prioridades” (CASTRO). Para Oona Castro, a Confecom ajudou, integrou, reacendeu o movimento a nível nacional, mas ela afirmou que não aconteceu o mesmo entre os integrantes da sociedade civil do Rio de Janeiro. Neste caso, ela disse que aconteceu o contrário: as reuniões esvaziaram e o Rio não teve influência nenhuma.

Porém, o Presidente da Federação dos Jornalistas (Fenaj), Celso Schröder¹⁶, afirma que é obrigação dos movimentos sociais e partidos políticos exigir do governo a construção de um novo marco regulatório das comunicações tendo como base as diretrizes apontadas na Confecom e os 20 pontos sintetizados pelo FNDC. Para ele, a regulação não pode abranger apenas o que está na Constituição Brasileira. Além disso, ele afirma que a amplitude e o conteúdo do marco regulatório já foram previstas na Confecom. “Ele deve organizar todo o sistema convergente da comunicação e não apenas a radiodifusão” (SCHRÖDER, 2013). Por isso a Fenaj foi contra a formulação do projeto de lei e se manteve afastada durante a formulação. Além disso, a entidade havia rachado com o FNDC um pouco antes de todo este processo acontecer.

Segundo Guilhon, as mais de 600 propostas discutidas na Confecom foram organizadas e traduzidas por um grupo de trabalho com entidades, entre elas o FNDC; foi realizado também um seminário no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, com convidados da Argentina para discutir as experiências latino americanas (Uruguai, Equador...). Com isso, foram realizados estudos comparativos e grupos de trabalhos foram organizados para começar a redigir com muito esforço o “projeto de lei da mídia democrática”, conforme os movimentos o denominaram posteriormente. Este grupo passou meses discutindo, recolhendo sugestões, críticas, opiniões. E, finalmente, lançou a campanha “Para expressar a liberdade”. Com a campanha outras entidades se aproximaram e foram realizados vários fóruns para dialogar. Desta forma, começaram a discutir uma estratégia. Segundo Guilhon, a deputada Luisa Erundina (SP) deu a ideia da construção de um projeto de lei de iniciativa popular que não foi aprovado inicialmente, mas um grupo de trabalho se debruçou sobre isso e construiu com algumas consultas públicas. E assim, o PLIP foi lançado no dia 01 de maio de 2013. “Como resultado deste longo processo, o PLIP dialoga com a constituição, dialoga com a história do FNDC e todo seu debate sobre a regulamentação, sobre o marco regulatório, com a Confecom. Veja como há um fio condutor que vai levando a discussão desta lei” (GUILHON).

Os vinte pontos para democratizar a comunicação são: Arquitetura institucional democrática; Participação social; Garantia de redes abertas e neutras; Universalização dos serviços essenciais; Adoção de padrões abertos e interoperáveis e apoio à tecnologia nacional; Regulamentação da complementaridade dos sistemas e fortalecimento do sistema público de

¹⁶ Texto de Celso Schröder sobre o Marco Regulatório das Comunicações:
<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/ed749-marco-regulatorio-das-comunicacoes-ja/>,
Acessado em 07/02/2016.

comunicação; Fortalecimento das rádios e TVs comunitárias; Democracia, transparência e pluralidade nas outorgas; Limite à concentração nas comunicações; Proibição de outorgas para políticos; Garantia da produção e veiculação de conteúdo nacional e regional e estímulo à programação independente; Promoção da diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de classes sociais e de crença; Criação de mecanismos de responsabilização das mídias por violações de direitos humanos; Aprimoramento de mecanismos de proteção às crianças e aos adolescentes; Estabelecimento de normas e códigos que objetivem a diversidade de pontos de vista e o tratamento equilibrado do conteúdo jornalístico; Regulamentação da publicidade; Definição de critérios legais e de mecanismos de transparência para a publicidade oficial; Leitura e prática críticas para a mídia e Acessibilidade comunicacional.

Foram consideradas “Diretrizes fundamentais – 20 pontos para democratizar as comunicações no Brasil”:

- Arquitetura institucional democrática;
- Participação social;
- Separação de infraestrutura e conteúdo;
- Garantia de redes abertas e neutras;
- Universalização dos serviços essenciais;
- Adoção de padrões abertos e interoperáveis e apoio à tecnologia nacional;
- Regulamentação de complementaridade dos sistemas e fortalecimento do sistema público de comunicação;
- Fortalecimento das rádios e TVs comunitárias;
- Democracia, transparência e pluralidade nas outorgas;
- Limite à concentração nas comunicações;
- Proibição de outorgas para políticos;
- Garantia da produção e veiculação de conteúdo nacional e regional e estímulo à programação independente;
- Promoção da diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de classes sociais e de crença;
- Criação de mecanismos de responsabilização das mídias por violações de direitos humanos;
- Aprimoramento de mecanismos de proteção às crianças e aos adolescentes;
- Estabelecimentos de normas e códigos que objetivem a diversidade de pontos de vista e o tratamento equilibrado do conteúdo jornalístico;

- Regulamentação da publicidade;
- Definição de critérios legais e de mecanismos de transparência para a publicidade oficial;
- Leitura e prática críticas para a mídia;
- Acessibilidade comunicacional.

Desde o lançamento do projeto de lei de iniciativa popular da comunicação social eletrônica, a proposta busca a adesão (por meio de assinaturas) de pelo menos 1% do eleitorado nacional, ou seja, mais de um milhão de pessoas para ser votado na Câmara dos Deputados. Os entrevistados comentaram sobre a dificuldade deste processo, pois muitas vezes são coletadas assinaturas durante um evento que reúne pessoas interessadas na concretização desta lei que se perdem e não chegam até a entidade responsável por organizá-las.

Poderíamos ter enviado o projeto de lei através de um senador que nos apoia para apresentar, mas a gente queria mostrar a pressão da população, mobilizar as pessoas a participarem e se informarem. Confesso que, no momento, estamos mais preocupados com o debate do que em levar estas assinaturas para o congresso do jeito que está, devido a toda crise institucional que estamos vivendo. Por outro lado, nós não conseguimos chamar o governo para a causa, para que ele estimulasse o debate. Precisamos fazer pressão no governo para isso (GUILHON).

Para Schröder, não se pode ignorar a Confecom que reuniu todos os setores a partir da lógica das políticas públicas e afirma que os movimentos sociais precisam assumir a governabilidade e exigir do parlamento, por exemplo, um “novo, amplo e democrático marco regulatório das comunicações”.

Por isso, cabe uma convocação ao movimento social para realizar aquilo que foi apontado como ação prioritária nas plenárias do FNDC: mobilização permanente e pressão inequívoca sobre o ator político que tem o dever de apresentar a proposta de marco regulatório a ser discutido com a sociedade: o governo brasileiro (SCHRÖDER, 2013).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que o movimento pró Conferência Nacional de Comunicação, que foi composto por grande parte de militantes que acompanham o movimento pela democratização da comunicação do Brasil desde os anos 1970 e 1980, luta contra o oligopólio dos conglomerados de comunicação que conta com a articulação de políticos para manter a hegemonia do poder, é possível observar disputas políticas também dentro do movimento contra-hegemônico.

Diante da força dos grandes grupos de comunicação para manter o campo sem regulação, a sociedade civil precisa de organização e consistência para prosseguir na busca pelo direito à comunicação, previsto pela Constituição Federal. Após 25 anos fazendo parte do movimento social, Orlando Guilhon demonstrou desânimo ao analisar o comportamento infantil de muitos militantes e declarou estar se afastando desta luta.

Várias entidades de peso, sindicatos etc são chamados para essas atividades da semana de comunicação, na panfletagem do ano passado havia três pessoas para trabalhar: eu, um companheiro do intervozes e um do Barão de Itararé. E a reação das pessoas é positiva! Elas querem entender, fazem perguntas pertinentes, querem participar e eu me pergunto: E se fossemos 30 aqui? Cadê as pessoas? (...)
E eu pergunto para eles... Vocês querem derrubar o império da Rede Globo assim?

Além destes sérios problemas de mobilização dos movimentos sociais, percebem-se sérias disputas políticas dentro da sociedade civil que muitas vezes se assemelham aos jogos políticos do poder hegemônico. “O movimento se divide em momento de disputa”, afirmou o entrevistado Álvaro Britto. Dois exemplos de rupturas relatados pelos entrevistados explicitam este ponto fraco destas instituições contra-hegemônicas: 1) O momento em que a comissão carioca se divide em partidos políticos. De um lado os filiados ao PCdoB e do outro os demais partidos político e integrantes que não são ligados diretamente a nenhum partido político; 2) A articulação política de parte das instituições ligadas ao FNDC em busca de apoios para provocar a saída da Fenaj da direção executiva que culminou no rompimento da instituição com o FNDC.

O estudo da lista de e-mails RioProConferencia apontou um número muito reduzido de mensagens que apresentavam discussão política e, através das entrevistas foi possível concluir que as disputas entre os partidos políticos limitaram a discussão e troca de informação entre os integrantes da lista. Ou seja, o momento político vivido pela própria comissão internamente se refletiu no comportamento dos participantes da lista.

A partir desta análise, torna-se necessário a reflexão: De que política estamos falando? Diferenciação das disputas políticas no sentido de “poder” entre grupos e indivíduos ou as disputas políticas no sentido das orientações e diretrizes políticas das leis, das políticas públicas, daquilo que se pensa como política para a comunicação? Esta autocrítica precisa existir para que não se perca o foco e o enfraquecimento da sociedade civil diante da luta pelo direito á comunicação.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Reinaldo. Dilma encampa projeto petista de regular a imprensa. *Veja.com*. Nov. 2014. <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/dilma-encampa-projeto-petista-de-regular-a-imprensa/>. Data de acesso: 06/10/2016.

BARROS, Chalini Torquato Gonçalves de. **Democratização da comunicação: discussão teórico-conceitual e análise comparada de ambientes regulatórios para o setor de televisão nos países do Mercosul**. Tese de doutorado, Salvador, BA: UFBA, 2014

BELTRÁN, Luis Ramiro e CARDONA, Elizabeth F. **Comunicação dominada**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1982.

BOLAÑO, César e BRITTOS, Valério. Espaço público midiático e a ideologia do merchandising social da Rede Globo: uma crítica na perspectiva da economia política da comunicação. In: RAMOS, M. e SANTOS, S. (Org). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo, SP: Paulus, 2007. p. 83 – 97.

BRITTES, Juçara. **Estudo comparativo sobre políticas públicas da comunicação na América Latina**. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza, CE: Intercom, 2012.

BRITTOS, Valério. **Comunicação, informação e espaço público: exclusão no mundo globalizado**. Rio de Janeiro, RJ: Papel Virtual, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (1988). **Constituição 1988**, Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação/Câmara dos Deputados, 19ª ed.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci - escritos escolhidos: 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DANTAS, Marcos. **Resultados da Iª Confecom: Uma avaliação preliminar**. XIX Encontro da Compôs. Rio de Janeiro, RJ: PUC/Compôs, 2010. Disponível em <http://compos.com.puc-rio.br/media/g6_marcos_dantas.pdf>. Acessado em: 30/09/14.

_____. A lógica do capital-informação. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2002.

_____. Informação, capitalismo e controle da esfera pública: as determinações produtivas no ordenamento dos meios de comunicação. In: BRITTOS, Valério (Org.). **Comunicação, informação e espaço público: exclusão no mundo globalizado**. Rio de Janeiro, RJ: Papel Virtual, 2002.

- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997
- De LIMA, Venicio (2001). **Mídia, teoria e política**. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2004
- EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 p.146 – 171.
- FISCHER, Desmond. **O direito de comunicar**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1982
- FONTENELLE, Isleide. **O nome da marca**. São Paulo, SP: Boitempo, 2002. P. 279 – 329.
- GIELOW, Igor e NERY, Natuza. Regulação da mídia passa por monopólios, diz Dilma. Folha de S. Paulo. Nov, 2014. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1544287-regulacao-da-midia-passa-por-monopolios-diz-dilma.shtml>. Data de Acesso: 16/12/14
- GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução na Comunicação**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1987
- HAGE, Lara. Comunicação, esfera pública e poder. In: RAMOS, M. e SANTOS, S. (Org). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo, SP: Paulus, 2007. p. 127 - 146;
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005
- _____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009
- IANNI, Otavio. **O príncipe eletrônico**. São Paulo: Revista Perspectivas, nº22, 1999, p.11-29.
- INTERVOZES. **Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação**. São Paulo: Interozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2010
- INTERVOZES e MARINONI, Bruno. **Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2015
- JAPPE, Anselm. **Guy Debord**. Lisboa: Antígona, 2008. P. 11 – 53;
- MARQUES DE MELO, José. **MacBride e a América Latina. Da guerra fria ao espírito de boa vontade**, In: GOICOCHEA, Pedro, ed. – América Latina: las comunicaciones cara al año 2,000, Lima, IPAL,/WACC, 1991. (Reproduzido em MARQUES DE MELO, José - Comunicação e Modernidade. São Paulo: Loyola, 1991, p. 112-124).

_____. **MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação.** In: Faculdade de Comunicação da UERJ, Rio de Janeiro: LOGOS 28, Ano 15, 1º semestre 2008, p. 42-59. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/28/03_josemarques.pdf, Acessado em 15/01/15.

MARX, Karl. **O Capital – livro 2.** São Paulo, SP: Boitempo, 2014

MATTELART, Armand. **Multinacionais e sistemas de comunicação.** São Paulo: L.E.C.H, 1976;

MATTELART, Armand e Michèle. **Histórias das teorias da comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 1999;

MORAES, Denis de. **Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação.** Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011;

RAMOS, Murilo. Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de sociedade. In: RAMOS, M. e SANTOS, S. (Org). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas.** São Paulo, SP: Paulus, 2007. p. 19 - 47;

SANTOS, Suzy e SILVEIRA, Érico. Serviço público e interesse público nas comunicações. In: RAMOS, M. e SANTOS, S. (Org). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas.** São Paulo, SP: Paulus, 2007. p. 49 - 79;

SFEZ. Lucien. **A comunicação.** São Paulo. Martins, 2007;

STEVANIM, Luiz Felipe. **Democratização da comunicação: controvérsias teóricas e práticas políticas.** V Encontro Nacional da ULEPICC-Br. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/ULEPICC, 2014.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes.** Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1983;

WILDEN, Anthony. **Comunicação.** In: Enciclopédia Einaudi, vol. 34 Comunicação – Cognição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001. p. 108-203

ANEXO 1: Entrevista Orlando Guilhon

Presidente Arpub

Membro da coordenação executiva do FNDC

Tatiana Salviano: Quando e como iniciou a luta pela democratização da comunicação até chegar no Marco da Confecom e seus desdobramentos? Qual foi o seu papel nesta luta?

Orlando Guilhon: Para entender o que está acontecendo hoje vou precisar fazer um registro histórico desde a construção da constituinte, entre 1987 e 1988. Nesta época um grupo da sociedade civil, que grande parte, posteriormente, se tornou o FNDC - com a participação de Daniel Hertz, Peninha, Bete Rocha, entre outros - começa a se organizar nesta época para lutar pela aprovação de um capítulo dedicado a comunicação. Isto mobilizou muitas pessoas e a vitória foi nossa. Este capítulo foi aprovado, mas até hoje ele não foi regulamentado.

TS: Os movimentos sociais utilizam o termo “democratização da comunicação”, o que significa este termo? Este é o melhor termo, em sua opinião?

OG: Quando o FNDC surge já estava mais claro para uns e nem tanto para outros que para “democratizar a comunicação” não haveria apenas uma estratégia, mas seria a junção de várias lutas, o que na linguagem atual falamos: “juntar vários tribos”. Costumamos dizer que o FNDC é um guarda-chuva que abriga várias tribos, várias campanhas, vários movimentos porque não há uma única via, uma única estratégia para a democratização da comunicação. Existem outras campanhas, estratégias mais macros, mais amplas e aí o PLIP, na medida que se deseja regulamentar este capítulo fundamental sobre comunicação da constituição, representa uma luta mais ampla. Todo mundo desta luta quer e entende que é fundamental democratizar a comunicação, mas a gente trava pequenas guerras de guerrilhas (concepção gramsciana “guerra de posição” – conquistada através da hegemonia e da coerção de um grupo) que também são parte deste grande mosaico que é a comunicação.

Então, quando você conquista uma legislação específica, por exemplo: o marco civil da internet que foi aprovado no ano passado e, agora, a sua segunda etapa que é a regulamentação dos três artigos que ficaram pendentes e dizem respeito à luta da internet livre e democrática... Quando você conquista isso, você não está mexendo na

constituição, mas é uma baita de uma batalha e uma grande vitória para a luta pela democratização da comunicação.

Quando você conquista, por exemplo, a lei do acesso à informação que permite a qualquer cidadão brasileiro entrar num órgão do governo e pedir explicações também é mais uma batalha. Pesquisas já mostram que no âmbito federal a LAI já é muito utilizada como mecanismo de controle social.

Outro exemplo de batalha é o processo de ampliar o acesso banda larga (Plano Nacional de banda larga 2) para garantir o acesso de todos a internet.

A questão das rádios e televisões comunitárias, a mudança da lei das rádios comunitárias brasileira, pois consideramos que esta é uma lei que não resolve os problemas destas rádios e as limitam. Ampliar esta capacidade e conseguir uma forma de financiamento, pois estas rádios estão sempre fechando e não conseguem se manter...

O empoderamento de um conjunto de mídia livre, jornais comunitários etc é uma outra frente de luta nossa. Onde eu incluo a EBC (uma empresa federal, mas a comunicação pública no Brasil não é integrada – existe a necessidade de se integrar e isto já está acontecendo), a consolidação desta empresa que é muito nova. Por isso, organizamos vários fóruns para consolidar várias tribos que o FNDC tenta agregar e fazer com que olhem para as outras lutas e não apenas as suas, pois se continuarem sozinhos não vai haver empoderamento e estas vozes não serão escutadas sozinhas. Não é a toa que já fizemos dois encontros nacionais pelo direito à comunicação, além das nossas plenárias (estamos criando agora a nossa 19ª plenária), que junta este universo de mídias, especialistas de telecomunicações etc.

TS: Como você percebe a sociedade civil nesse processo?

OG: Participava através de seminários, de uma forma muito mais ampla, embora tenha sido coordenada pelo FNDC, mas vai além dela.

Essa discussão no Brasil de quem é a sociedade civil. Ela está organizada em diversos movimentos sociais. Eu hoje represento a Frente Brasil Popular, que é um movimento novo que abrange diversos outros movimentos sociais de lutas diversas e que nunca tinham ouvido falar do PLIP, que defende a regulação da mídia como uma de suas principais lutas. E como eu represento o FNDC, chamo muitas entidades para conhecerem esta luta e muitos me procuram interessados: pequenos agricultores, coletivos LGBTs, coletivos de jovens etc. De certa forma isso se capitalizou e acho que

isso foi uma conquista dessa nossa mobilização. Agora, nós somos um país muito diversificado e todo dia sou apresentado por um movimento social novo, uma ONG deferente, muitos jovens e não existe e nem vai existir um espaço que consiga unir todos os movimentos. Claro que pode existir algum movimento que não conhece e todos acham a sua luta a mais importante, mas estamos fazendo esta costura.

Percebi que ficou muito claro para as principais cabeças dos movimentos sociais que existem três principais reformas que precisam avançar no país: reforma da mídia não apenas o PLIP, mas todo o mosaico que falamos aqui, a outra é a reforma política que já conseguimos um pouquinho derrubando o financiamento privado das campanhas eleitorais e a terceira é a reforma tributária – captação para fazer políticas públicas. Uma das piores distribuição de renda do mundo. Estas três são os pilares.

A saída do Brasil da ditadura foi negociada, tanto que políticos vindos da ditadura continuam no governo.

TS: Você acha que falta a população ir para a rua, seguindo o exemplo da Argentina?

OG: Nós estamos na rua. Dei vários exemplos de manifestações que estão acontecendo. O que falta é um movimento de massa e isso, na Argentina aconteceu quando o governo da Cristina Kirshner chamou para a si esta luta, pois achou importante para o governo dela. É preciso ganhar visibilidade. O governo tem que querer e fazer uma campanha paga educativa para informar sobre a importância desta regulamentação. E o governo não tem esta vontade. Enquanto isto não acontecer acho muito difícil que a sociedade brasileira sozinha consiga. A não ser que consiga através de um movimento de massa muito maior. Por isso que existe a Frente Brasil Popular atualmente. Pois percebemos uma oportunidade para chacoalhar e juntar várias bandeiras diferentes. É melhor se juntar.

Até mesmo os nossos 20 pontos é um exemplo do que a argentina fez através de uma entidade parecida com a do FNDC.

TS: Como o movimento foi organizado no período pré Confecom?

OG: O FNDC já estava num período complicado e organizou o movimento pró Confecom com a ajuda do Intervozes, do Barão de Itararé e o outras entidade que ainda não estavam no FNDC também. O FNDC queria ser dono deste movimento pró Confecom e a comissão que era mais ampla peitava porque eles não representavam todos

e não tinham condições de negociar sozinhos com o governo. Havia um grupo de trabalho com 6 vagas para negociar com o governo, antes da Confecom ser marcada. O FNDC reservou 5 vagas para as entidades da coordenação executiva do FNDC e apenas 1 vaga de fora que na época foi ocupada pelo Intervozes. Mas na executiva do FNDC já estava ruim e a CUT já enfrentava as decisões tomadas pela executiva que era composta pelo CRP, Aneart, Fenaj etc. Já havia este tensionamento que quase explodiu na Confecom.

TS: Como o grupo de e-mail era utilizado pela maioria?

OG: Era uma confusão, pois você construir uma lista de e-mails é a coisa mais fácil do mundo mas fazer a gestão é uma maluquice. O FNDC tinha um mailing um pouco desatualizado e mal organizado. E essa comissão nacional organizou uma lista paralela, administrado pela Carol Ribeiro (conferencia.comunicacao), na época era do Intervozes que acabou sendo mais rápido e vazavam informações importantes.

Lista Rio Pro Conferencia foi uma junção após o racha, pois tinha uma lista mais concentrada entre o PCdoB e outra PT, PSOL e eu fui um dos que tentou costurar esta lista com delicadeza para unir e na véspera do seminário estadual houve um racha novamente. Havia muita desconfiança na troca de informação.

TS: A sua avaliação hoje (6 anos depois) é a mesma que teve logo em seguida a conferência?

OG: Eu te confesso que eu saí com um sentimento muito ambíguo... 2010 foi um ano de eleição...

Por um lado, o resultado da Confecom foi muito bom, acima das expectativas, pois chegamos com uma certa desconfiança, com medo do governo vacilar. Por outro lado, percebemos a responsabilidade pós Confecom. A pergunta que pairava era se tínhamos competência para levar adiante. Será que vamos dar um salto na qualidade desta mobilização e eu acho, modéstia parte, que o FNDC cresceu, ampliou, nós agregamos muitas entidades, levamos estes temas para outros atores sociais.

Mas eu acho que apesar das nossas semanas de comunicação e várias outras mobilizações eu me sinto cansado, pois com 63 anos, após atividades de rua, eu me vejo no meio da praça segurando 6 faixas, 10 mil panfletos, um carro de som e eu sozinho esperando, depois de meia hora chega um militante, 40 minutos o terceiro e assim atividade que a gente aprova numa reunião com trinta e nem esses trinta vão. Este é o clima do nosso

movimento, com várias pessoas com muitas desculpas de outras coisas para fazer. Há uma falta de formação política, falta de experiência, um certo amadorismo, voluntarismo, falta de consistência. Se você vai discutir um tema pesado e delicado como este com empresários, senadores, ministros, representantes do judiciário no STF e vai chegar falando “eu acho que”... se “você acha que” tem que ficar em casa... tem que chegar preparado, se ponderar, pois você vai dialogar com juristas que tem conhecimento de causa, empresário não brinca em serviço. Quando as pessoas reclamam da direita tem que saber que ela é extremamente competente para estar ali, o problema está aqui na esquerda que não sabe se é esquerda ou se é direita. Quando a gente conseguir tomar vergonha na cara e conseguir fazer o papel institucional histórico que se espera aí eu acho que vamos (talvez) chegar lá.

Várias entidades de peso, sindicatos etc são chamados para essas atividades da semana de comunicação na panfletagem do ano passado havia três pessoas para trabalhar: eu, um companheiro do intervozes e um do Barão de Itararé. E a reação das pessoas é positiva! Elas querem entender, fazem perguntas pertinentes, querem participar e eu me pergunto: E se fossemos 30 aqui? Cadê as pessoas?

Encontro estadual conseguimos colocar 120 pessoas numa manhã na UFRJ, depois um encontro nacional em Minas setecentas e poucas pessoas - levamos 42 pessoas para BH, duas semanas depois apareceram 7 pessoas na reunião! Nosso movimento é assim. Depois das eleições e do episódio da presidente contra a Revista Veja apareceram 80... Vai coordenar um movimento desse com altos e baixos. E eu pergunto... Vocês querem derrubar o império da Rede Globo assim?

Sou um dos fundadores do FNDC e tenho mais de 25 anos nessa luta e chegou o meu limite. Precisa de mais profissionalismo. Vou me afastar do movimento este ano para tocar outros projetos.

TS: Acredita na regulação da comunicação no Brasil?

OG: A Confecom só aconteceu no fim do governo Lula e no último ano do presidente o que nós conseguimos foi um compromisso do Franklin Mratins, que deixou um projeto de lei engavetado que até hoje não tomamos conhecimento, pois não foi levado a diante pelo ministro Paulo Bernardo, além de um seminário internacional que trouxe exemplos de como fizeram a regulação: Espanha, Portugal, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra – que também ajudou na formulação deste projeto de lei.

Todo debate que o Franklin Martins participava ele defendia a mesma coisa a regulação dos artigos da constituição e nós seguimos esta orientação dele. Lógico que nós queremos mais e que já estamos conseguindo através de outras leis, como o marco civil da internet, por exemplo.

A esquerda brasileira é muito fragmentada. É muito complicado.

TS: Se houver como esta luta continuará atuando?

OG: Quando conquistarmos a regulamentação da comunicação acabará a nossa luta? Não! **Por que chamamos de “Marco Legal”?** Porque não é uma lei. O PLIP seria uma lei focada no diálogo com os artigos da constituição brasileira dedicados à comunicação. O PLIP nada mais é que uma lei de radiodifusão tentando convencer a grande mídia em alguns momentos, mas não dá conta da complexidade. Por isso a necessidade de outras leis, como: o marco civil da internet, lei do cabo, lei que criou a EBC. Marco legal porque é um conjunto de leis que para terem coerência precisam se complementar e dialogar umas com as outras. Quando a gente pede uma nova lei de rádios comunitárias é porque o PLIP chega a citar as rádios comunitárias, mas não entra nos problemas que impedem estas emissoras de operarem. O PLIP sozinho não resolve os problemas da comunicação comunitária, ele precisa de um conjunto de lei que dialoguem com ele. Neste sentido, *a democratização da comunicação é a soma de pequenas lutas*. A impressão que temos é que ela nunca vai acabar. Inclusive o avanço da tecnologia da comunicação, como a convergência das mídias, exige um acompanhamento das legislações existentes. A lei que temos é o Código Brasileiro de telecomunicações de 1962 que não acompanha as modificações da comunicação no país. Como alguns “Barões da mídia” podem defender que já existe uma lei se nem eles cumprem o que está escrito ali?

O PLIP já responde em parte, mas não abrimos mão das outras legislações que complementam este marco legal das comunicações. Nós precisamos do PLIP, pois o capítulo dedicado a comunicação ainda não foi regulamentado e enquanto isso não acontece estes artigos da constituição não servem para nada.

TS: E no momento encontra-se na busca por assinaturas?

OG: Sim. Isso é uma outra história! Nós continuamos coletando assinaturas. Percebemos que não é nada fácil. Chegamos a conversar com outras pessoas que fizeram campanhas similares para coletar assinaturas e percebemos que a campanha foi muito bacana para promover muitos eventos com debates e reflexões sobre o tema e ajudou a esquentar o

nosso movimento. Muita gente agregou muito chegando para a nossa luta, através dos debates sobre o PLIP.

Mas por outro lado, todo mundo quer ajudar a coletar as assinaturas, mas as folhas se perdem e não chegam até nós, muitas vezes. Então, o retorno é muito lento.

Coleta pelo site:

A legislação não prevê isso. É preciso levar as assinaturas. Poderíamos ter enviado o projeto de lei através de um senador que nos apoia para apresentar, mas a gente queria mostrar a pressão da população, mobilizar as pessoas a participarem e se informarem. Confesso que, no momento, estamos mais preocupados com o debate do que em levar estas assinaturas para o congresso do jeito que está, devido a toda crise institucional que estamos vivendo. Por outro lado, nós não conseguimos chamar o governo para a causa, para que ele estimulasse o debate. Precisamos fazer pressão no governo para isso.

Surgimento FNDC:

OG: Entre 1991 e 2009 o FNDC trava várias dessas batalhas, como: a lei que cria um Conselho de Comunicação associado ao congresso. Ou seja, vários pedaços da construção deste mosaico que complementa este marco regulatório o país. Daí vai se montando isso no marco legal... E as propostas do PLIP? Vão dialogando o tempo todo entre estudiosos, acadêmicos, deputados, senadores, entidades nacionais dentro e fora do FNDC foram acumulando essa discussão. Ao chegar na Confecom não é a toa que aquelas propostas aparecem. Várias das nossas entidades de forma articulada se organizam para dentro da Confecom defender um conjunto de propostas que ainda não era o PLIP mas era a “ante sala” do PLIP.

Já havia este diálogo, pois o FNDC já existia; o Intervozes que ainda não estava dentro do FNDC, o Barão de Itararé, além de outras entidades e outros atores sociais que não eram diretamente ligados ainda às questões da comunicação também se juntam para discutir sobre a Confecom. E aí se aproximam da temática da comunicação e muitos acabam entrando para o FNDC também.

No momento pós Confecom nós percebemos que precisávamos de um instrumento de pressão, pois se deixássemos nas mãos do governo... Aquelas mais de 600 propostas discutidas na Confecom precisavam ser organizadas e traduzidas para colocar em prática. Assim, criamos um grupo de trabalho com entidades que também não estava dentro do FNDC para dialogar conosco, realizamos um seminário no Clube de Engenharia, aqui no

Rio de Janeiro, traz a experiência de vários companheiros da argentina e experiências latino americanas internacionais (Uruguai, Equador...) e faz estudos comparativos e tira dali grupos de trabalhos para começar a redigir com muito esforço o que seria uma nova lei, Lei da Mídia democrática que nós só fomos dar este nome mais na frente. Este grupo passa meses discutindo, elabora uma minuta, coloca na internet para recolher sugestões, críticas, opiniões etc. E, finalmente, chega-se a construção, lança uma campanha (Para expressar a liberdade). Quando a campanha é lançada não existia ainda o PLIP e é no interior da campanha que a gente agrega novas entidades que não estavam e algumas ainda não estão no FNDC, mas formam vários fóruns que dialogam com o FNDC, mas que não estão dentro do FNDC. E, assim, começam a discutir uma estratégia... E eu me lembro que quando lançamos a campanha, a deputada Luisa Erundina (SP) lança uma ideia: Por que a gente não constrói um projeto de lei de iniciativa popular? Isso não é aprovado inicialmente, mas um grupo de trabalho se debruça sobre isso e começa a discutir a necessidade e isso vai sendo construído a várias mãos, consultas públicas, enfim... finalmente é lançado 01 de maio de 2013 o PLIP. Como resultado deste longo processo, o PLIP dialoga com a constituição, dialoga com a história do FNDC e todo seu debate sobre a regulamentação, sobre o marco regulatório, dialoga com a Confecom. Veja como há um fio condutor que vai levando a discussão desta lei. E muitas pessoas acabam perguntando se a gente acha que não se pode mexer no PLIP... Não. Até porque para ser transformado em lei precisará ir para debate no congresso nacional. Por ser um projeto de lei que dialoga com muitas tribos fica difícil agradar totalmente a todas elas.

A Grã Bretanha que é pátria mãe do liberalismo econômico acaba de aprovar (através da Elisabeth II) uma lei muito mais complicada e progressista que a nossa e chegaram a entrar na mídia imprensa, coisa que evitamos nos aproximar.

Polêmica Fenaj:

OG: Houve um momento tenso na Confecom de quase ruptura entre os movimentos em que o governo (liderado pelo ministro Franklin Martins - Secom) para tentar atrair os empresários, que ameaçavam o tempo todo a não participar, negocia com os movimentos detalhes sobre o regimento. Havia um regimento interno que só poderia aprovar por unanimidade ou por aprovação de pelo menos 2/3 e isso foi uma situação que assustou os movimentos sociais. Acabou que não foi isso... O governo tinha razão e nós conseguimos boas condições para estabelecer diálogos com os setores empresariais que estavam lá.

A Fenaj fazia parte do conselho executivo e detinha a coordenação geral do movimento desde 1991 (Daniel Herz, Beth Costa, Celso Shroder) e eles sabiam que estavam sofrendo um desgaste enorme... Quem acompanhou a Confecom sabe que ela quase não aconteceu. Na noite de abertura houve um movimento de rebeldia que tivemos que fazer uma plenária. Mas no pós houve uma entrada em massa de várias entidades para ter voto, a Fenaj sentiu e anunciou que estava saindo da coordenação geral, mas foi para a última plenária querendo impor a sucessão de uma pessoa muito forte deles do CRP, a Roseli Goffman, nós não aceitamos e indicamos o nome da Rosane Bertotti, da CUT, que está terminando o seu segundo mandato, como principal liderança. Mas não descartamos a Fenaj da liderança executiva. E nessa plenária a Fenaj sai da executiva e fica dois anos fora e na última gestão voltaram a participar.

ANEXO 2: Entrevista Oona Castro

Representante do Intervozes

Tatiana Salviano: Quando e como iniciou a luta pela democratização da comunicação até chegar no Marco da Confecom e seus desdobramentos? Qual foi o seu papel nesta luta?

Oona Castro: Este interesse vem desde o movimento estudantil e ainda na faculdade entrei para o Intervozes (2003). Mas desde 2006 eu era muito ligada ao debate sobre propriedade intelectual e internet. Desde antes, na verdade, pois eu trabalhei com inclusão digital e software livre desde 2000. Então sempre fui vista no Intervozes como uma pessoa ligada a internet. Fiz curso sobre governança na internet em 2007, discutindo estrutura de rede que é algo que nem nacionalmente é desenvolvido. Queria ajudar, pois achava este debate importante. E quando o Intervozes assumiu o debate sobre o Marco civil como protagonista eu estava completamente afastada (no wikimedia) não podia falar publicamente pelo Intervozes, eu não podia falar sobre marco civil e wikimedia, pois o wikimedia não queria entrar na discussão de políticas públicas, de legislação brasileira sem saber onde estava pisando. Por outro lado, eles acharam importante a minha participação e eu comecei a representar o coletivo neste debate na época da I Confecom.

TS: Como o movimento foi organizado no período pré Confecom?

O.C: Existia um setor que não era do PSOL, mas tinha alguns integrantes do PSOL eram mais associados a uma esquerda petista que tem um partido menos alinhado com o governo que era o PMDB, mas que na época quem era dos altos cargos do PT e do PCdoB conseguiam dialogar bem com o PMDB naquela época, pois eram aliados a nível nacional. Quem não era não conseguia, principalmente, por uma disputa com o PCdoB. Pois o PSdoB entendia que a sociedade civil precisava ser dividida entre quem era PCdoB e quem não era PCdoB. As pessoas do nosso campo que já vinha mais articulado no movimento pela democratização da comunicação entendiam que não que o mundo não estava dividido entre PT, PCdoB, PSOL. Então de um lado ficou PT, PSOL e apartidários e do outro lado o PCdoB. Por outro lado a proporção não foi meio a meio e não foi proporcional a expressão que aquelas pessoas tinham. Se eu não me engano, foi 40%, 60% na hora da divisão entre delegados. Nessa hora pega quando vai

dividir o número de delegados. Em relação ao processo, do que a gente queria, menos cadeiras, a divisão era muito parecida.

Você tinha a representação, por exemplo, da Cláudia Abreu – uma pessoa que milita neste campo há mais de 30 anos sem largar o osso e construiu uma legitimidade.

Por outro lado, pessoas que estavam ligadas a uma estrutura maior, como um partido político, ganhavam poder de fala e de articulação com o governo, como a escolha do número de delegados para a conferência.

Acho que houve um rebaixamento do debate político e a Confecom saiu perdendo com isso. Houve um rebaixamento das disputas com as empresas e com o governo sobre quais as propostas e a gente estava dividido internamente, por outro lado, algumas entidades conseguiram formular algumas propostas, como o Intervozes. Aliás, nós ganhávamos muito por isso, pois conseguíamos colocar no papel 20, 30 propostas para serem defendidas com argumentos.

O FNDC (direção) tinha um canal muito direto com o governo petista, tinha a CUT lá dentro. Postura de sempre compor para não fragilizar o governo diante de inimigos mais fortes. Mas acabava entrando numa postura muito complacente. Grande parte das questões sobre comunicação que debatemos são reguladas e legisladas nacionalmente. Pouco se define sobre gestão de comunicação pública e concessões no município e no estado.

Essa conferência acabava sendo vista menos pelo sua importância política (pautas políticas propostas), mas era mais importante passar as pautas que nós queríamos que fossem passadas na nacional.

Era mais importante passar as pautas nacionais. Dificilmente nós discutíamos as pautas, nós tínhamos um certo acordo sobre as pautas. Seja por acúmulo dos movimentos que chegaram e construíram caminhos semelhantes e chegaram num lugar mais ou menos parecido. Nós tínhamos disputas em alguns poucos pontos de conteúdo.

Pouco interesse das pessoas em debater essas pautas. E falavam: “a gente concorda com tudo que o Intervozes diz” e tudo bem... Por falta de reflexão; por falta de um coletivo que formulasse junto; um certo interesse automático em disputas e interesses políticos. Pessoas que nem tinham o costume de debater as políticas de comunicação, mas que viam este espaço como um que não podiam deixar de ser ocupado. Elas estavam ali menos pela identidade com a discussão, mas por identidade com o processo.

Não havia tantas polêmicas, a situação era tão dramática, e ainda é, que existia ali umas 30 prioridades que estavam uns 30 anos defasadas pelo menos. Então você defender, por exemplo, a não renovação automática das concessões... era muito tranquilo. Aonde talvez haveria um pouco de polêmica eram pontos que nem nós estávamos muito preparados para enfrentar, como, por exemplo, a comunicação.

Naquele momento, o movimento de comunicação ignorava muito a pauta da internet. A gente, do Overmundo e do Intervozes, já falava de um marco civil da internet, mas o Intervozes nem conseguiu pautar o tema no processo da conferência de comunicação, se eu não me engano.

O Rio como grupo, entidade nunca existiu. Na verdade nós éramos um grupo para apoiar o movimento pró-conferência nacional. Ajudou a criar volume, massa de pressão. Apenas isso.

TS: Como o grupo de e-mail era utilizado pela maioria?

O.C: As disputas aconteciam muito nos bastidores e algumas vezes aconteciam reuniões entre grupos para pensar juntos. Mas a minha preocupação e a do Intervozes era, principalmente, com a transparência.

Muitos e-mails de discussão eram trocados fora da lista.

TS: Como foi o clima entre os integrantes do movimento pró-conferência nacional nos dias que antecederam a I Confecom?

O.C: Ambiente, na época, era um ambiente de disputa no nosso campo, mas a gente conseguiu sim superar uma série de dificuldades no campo da sociedade civil para construir uma conferência menos submetida aos interesses empresariais do que poderia ter sido se a gente não tivesse conseguido se articular. Isso no nível nacional. No nível estadual, embora a gente tenha as empresas muito fortes – a própria Abert que trabalhou muito no nível nacional, no nível estadual ela não estava presente - os empresários, tanto do Sindtele Brasil, como tantos empresários de telecomunicações e radiodifusão não estavam tão presentes no ambiente da conferência estadual. Então nós da sociedade civil não tínhamos um inimigo tão forte e num dado momento pareceu que o nosso maior inimigo era o governo, mas ao mesmo tempo o governo precisava ser aliado para poder construir. E daí você tinha pessoas de dentro da sociedade civil que conseguiam

se articular melhor com o governo, como: o Marcos Dantas, Guilhon e, especialmente o pessoal do PCdoB

Houve uma discussão antes da conferência da divisão de 1\3 para cada. O Intervozes defendeu 40% (sistema público- participação social – não separava governamental do público), 40% (sistema privado), 20% (governo), mas mesmo assim .. (Enecos, comunicativistas... – chamávamos de “franja”). O FNDC defendia 33, 33,33. Esta foi uma disputa nacional que refletiu aqui no Rio. A gente não achava justo a mesma proporção dos empresários e da sociedade civil. Do ponto de vista de representação da população não faz sentido, mas do ponto de vista político sim. Pois estamos falando de duas forças. Até porque a sociedade civil ali eram os politicamente engajados. Existe um problema de representatividade: super representação no ambiente empresarial, do mesmo jeito que houve uma super representação do PCdoB dentro da sociedade civil na comissão do Rio. Justo não está sendo de qualquer forma. Não é justo os empresários terem 40% da representação. O Intervozes tinha maturidade política para entender essas coisas. Por isso nós conseguíamos agregar muita gente solta que não tinha interesse mais, instituições que nos respeitava, como a Fiocruz – que olhava para o que a gente estava fazendo -, organizações da sociedade civil, como o Barão de Itararé, por exemplo. Na nossa relação com o PCdoB era boa também.

TS: Qual é a sua avaliação sobre a I Confecom?

O.C: Sou muito cética. Esta não é a visão do intervozes, pois ele vê um grande saldo político na organização nacional da sociedade civil e um grande saldo organizativo da pauta – conseguir aprovar mais de 600 teses.

A primeira conquista foi a concretização da conferência em si, dialogar com os empresários e fazê-los “sair do armário”, até para entender quais eram (diferenciar) as pautas do governo e dos empresários. Até isso era difícil entender.

Já no Rio, eu acho que o saldo político da organização da sociedade foi quase negativo pelos desgastes que aconteceram as vésperas da Confecom e muita gente ficou sem fôlego para retomar. Não vejo nada que foi aprovado localmente que tenham alterado alguma coisa.

A constituição é progressista. É boa, garantidora de direito, mas 20 anos depois nada foi regulamentado, termina a Confecom... Se fizesse o que a Constituição a regulamentação já estaria boa, um belo avanço... Se você olhar as 600 propostas várias são parecidas.

Era assim... “é melhor aceitar muitas propostas do que ficar discutindo entre amigos”. Mas é horrível do ponto de vista estratégico e tático aprovar 600 propostas é pedir para nenhuma ser implementada. Aquilo virou um grande cardápio. Por isso organizamos um documento com 30 propostas prioritárias.

Lei dos Meios não houve consulta pública. Para enviar comentários. Debate público é quase sempre melhor. Precisa buscar legitimidade pública. Nossos interesses são mais transparentes que os dos empresários.

TS: E o clima pós Confecom?

O.C: Logo depois da confecom o Intervozes se integrou com o FNDC, assim como a Arpub, Barão de Itararé (PCdoB) e outras instituições.

Na verdade, acaba sendo a disputa por um espaço entre os grupos.

Guilhon fez um diagnóstico parecido de que nossas lideranças dos movimentos eram muito desagregadas, muito infantilizadas, e que eles precisariam assumir a liderança. Eu concordo com o diagnóstico. Há um desgaste pelo tema e é particular do Rio. Foi muito infantilizado. Pela maneira que se desenvolveu aqui. O nacional não tem essa visão. Nível de comprometimento do debate político.

A gente se articulou muito pouco com a câmara e com a Alerj. Tentamos, mas foi muito pouco. E o que a Confecom mais poderia ter ajudado. No âmbito nacional integrou, ajudou, reacendeu, mas no Rio dilacerou (resultado do desgaste da Confecom). As reuniões pós Confecom tinham 5 pessoas. No pré tinham 200.

TS: Qual a importância da Confecom para a formulação deste projeto de lei?

O.C: Eu acho que este projeto de lei foi um esforço do Franklin Martins, no apagar das luzes dele (pois ele sabia que não teria como levar isso adiante). E foi importante para o Intervozes estar dentro do FNDC para ajudar na formulação em algumas coisas. Nós fizemos os 30 pontos prioritários, material para debater, quais as teclas deveríamos bater, quais eram as prioridades.

Mas no Rio? Não teve papel nenhum nosso... Pós Confecom não teve influencia nenhuma.

Eu (Oona) fazia mais a relatoria das reuniões e puxava pauta. E o Guilhon começou a nos ajudar com a organização na reta final pré Confecom. E de fato organizou. Neste ponto foi importante. Como articulador e gente que sabe fazer política macro. Porque quando estávamos só eu, Roseli, estudantes, academia, movimentos, Olga (TV

comunitária) – fazíamos reuniões mais pacíficas – antes de chegar o PCdoB, Dantas, Guilhon. Mas a gente não saía muito do nosso mundo, não tínhamos articulação com o governo. Guilhon é referência articulação política no PT até hoje. Antes dele ninguém sabia. Eu articulava aqui o que o Intervezes estava fazendo nacionalmente, eu falava em nome do Intervezes. Por isso que estou falando que Rio como grupo, entidade nunca existiu... Dificilmente a gente opôs como grupo pró-conferência.

TS: Qual foi a sua participação na formulação do PLIP?

O.C: Não participei. No Rio como representante não acompanhei as pautas do 20 pontos, mas sempre tinha alguém do Intervezes para fazer este debate. Acho que eu cheguei a falar em algum debate, mas substituindo alguém porque não tinha ninguém para falar.

João Brants, Jonas Valente, principalmente, participaram da formulação do projeto de lei. Que bebe muito nas propostas da conferência – disputas...

O Marco civil na internet foi aprovado, mas foi algo que aconteceu paralelamente. E mesmo assim só foi pra frente e deu uma virada no jogo após a divulgação de que os emails da presidenta e da Petrobras estavam sendo espionados pela NSA.

Mas não há pressão que consiga fazer a presidenta se movimentar para a regulação dos meios de comunicação. Por mais que um escândalo reacenda a discussão existe um lobby muito grande convencendo o contrário.

TS: Como avalia o resultado do PLIP?

O.C: Apoio à lei dos meios. Mas vale a pena acompanhar o que está acontecendo com a Argentina, após a eleição do novo presidente (Macri). A Argentina que conseguiu com o apoio e mobilização da população favorável. Acho que no Brasil é mais difícil devido a uma tradição autoritária que tivemos e que dá medo, principalmente, das mãos que a regulação de conteúdo dos meios de comunicação vai cair. Levar este processo adiante aqui no Brasil vai ser mais difícil.

Na Argentina já há uma tradição.

Houve um período no início do governo Lula que a popularidade dele estava alta e a mídia estava mais pianinha com ele que não houve uma defesa pela regulamentação. Depois, com a pressão dos movimentos ele resolve marcar a conferência tripartite, com

a participação do governo, sociedade civil empresarial e sociedade civil não empresarial.

TS: Os movimentos sociais utilizam o termo “democratização da comunicação”, o que significa este termo? Este é o melhor termo, em sua opinião?

O.C: O Intervozes há muito tempo adotou o termo “direito à comunicação”. Embora a gente ainda use o termo “democratização da comunicação” – achamos que tem uma importância o termo -, mas não a toa adotamos o termo “direito à comunicação”, pois nós queríamos materializar o que a gente entendia o que era democratizar a comunicação para torná-la em direito.

Além das pessoas terem uma certa preguiça do termo, uma questão até mesmo de branding (risos), mas caba que você terceiriza, fala de algo externo e não como algo sobre o qual você tem um papel e vai impactar na sua relação com o mundo. Por outro lado, quando a gente adotou o termo “direito à comunicação”, a gente também conseguiu dialogar mais com a perspectiva liberal – no sentido liberal político – dialoga com a questão dos direitos individuais. E acreditamos que seja um direito difuso e coletivo, mas só a expressão “direito à comunicação” não dá conta de expressar que entendemos este direito como difuso e coletivo e acaba dialogando bastante com direitos da comunicação . E falamos sobre democratização para não perdermos a ideia do que é uma sociedade democrática: espaços iguais, direitos iguais, respeitando as diferenças e diversidade, mas com lugar de fala equânimes para diferentes setores, gêneros, classes sociais, raças... Sem dúvidas a gente associa este termo a um movimento antigo, mas não ultrapassado porque não foi superado.

Antes da internet se popularizar as pessoas, em geral, não entendiam este movimento pela “democratização da comunicação” e se questionavam “o que você vai fazer? Vai fazer um programa de TV?” ou achavam que seria apenas ter um jornal de bairro... E não entendiam sobre regulamentar a comunicação. Fazer audiovisual, na época, era muito caro: equipamentos etc. Quem ocuparia estes espaços. As pessoas não se viam como agentes de comunicação pública, mas sim individual – ela e a família dela. A internet trouxe a perspectiva de falar para muitos. Para quem você quiser... De questionar a notícia do jornal, de escolher a música que você quer ouvir. A internet permitiu as pessoas entenderem que esta pauta não estava superada, que elas eram agentes de

comunicação, que os veículos de comunicação não expressavam necessariamente a realidade.

Não sei se essa é a sensação de quem está vivendo a história num determinado momento ou se houve um gás de volta mesmo. Intervenções em 2003 retomam o fôlego deste debate.

TS: Acredita na regulação da comunicação no Brasil?

O.G: Não acho que a regulação vai acontecer. Não existe vontade política para isso. O PT não governa mais o país, depende do Congresso.

ANEXO 3: Entrevista Roseli Goffman

Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Integrante da comissão organizadora da Conferência Nacional de Comunicação

TS: Como e por que o CFP se sensibilizou pelo tema das comunicações e qual foi o seu papel nisso?

RG: O CFP tinha uma vaga no FNDC (entidade composta por outras entidades) e eu fui como representante do CFP.

TS: Como você percebeu a sociedade civil nesse processo? Como eram construídos os consensos?

RG: A grande liderança do FNDC durante a Confecom foi a Fenaj. E junto a Fenaj (formulando) tinha alguns movimentos, por exemplo: a ABRAÇO (Associação brasileira de rádios comunitárias – as rádios comunitárias são as que mais sofrem, pois a própria regulação dificulta que as pessoas tirem o seu sustento deste trabalho); Aneart? (associação dos artistas...); CFP; depois entrou a CUT. Quando a CUT entra para o FNDC a Fenaj briga com FNDC e sai. Começa a frequentar as reuniões timidamente.. Pois ali foi uma disputa. Depois da Confecom... E o Intervezes que veio depois a fazer parte do FNDC. E tinha também o Barão de Itararé. ABCcom (que estavam na Confecom) e Abpec (Ass. Das emissoras públicas – representado pelo Bola da TV Bahia – pelo governo; ministério da cultura – pelo governo).

Quem liderou este movimento pelo Marco Regulatório... foi a CUT e o Intervezes já pelo FNDC. E a Fenaj ficou fora. Então foi um racha... Um racha feio! Não foi uma coisa legal... A Aneart também saiu. O CFP só não saiu porque era uma entidade grande demais para tomar esta decisão de sair como se estivesse representando todos os psicólogos.

O Coordenador executivo [do FNDC] era a Fenaj. Depois da conferência há uma eleição no FNDC. Daí entram entidades para apoiar a CUT na coordenação do executivo, pois como era uma chapa inteira.. E a CUT toma a liderança da Fenaj e o assunto é o que?! Comunicação! Você imagina a droga que foi isso. Aí a Fenaj sai porque diz que a CUT não é a entidade capacitada para fazer a liderança do processo de democratização da comunicação no país. E eu penso que não é mesmo, embora o CFP não tenha saído e tenha sido base do FNDC junto na direção. Eu acho que tem coisa que não é para sindicalismo. Que quem pode discutir o assunto de comunicação no país não é a CUT, mas a Federação nacional dos jornalistas ou

dos atores. Sabe como é? Eu acho que nem a psicologia esteja capacitada para ser dirigente desta entidade, mas a CUT muito menos. E a CUT aparelhou o FNDC e ao invés de fazer a nossa luta avançar ela fez a nossa luta se apequenar, pois a CUT não formula. Ela não é formuladora de ideias para a comunicação. Inclusive a comunicação da CUT é frágil, é antiga, está vencida, é uma “senhora gorda” (com dificuldade de mobilidade). [Isso que eu estou te falando ninguém mais vai falar, pois como eu estou fora eu sigo tranquila] Então ela se associa ao Intervozes que é um grupo de meninos muito competentes, todos jornalistas, mas são fortemente ligados ao PSOL e eu diria que não tem base e nem representatividade para fazer sozinho o processo de democratização e eles sabem disso. Se junta com a CUT, pois ela tem dinheiro e se junta com o Barão de Itararé, um outro grupo minoritário em termos de base. A CUT, então, oferece a base para a luta, a capacidade de formulação do Intervozes é maravilhosa, mas é radicalizada. Eles eram aquele que na hora da votação da comissão organizadora falava: “Bota o meu voto aí contra fazendo constar”. Sabe essas coisas do sindicalismo que ainda é usado pelo PSOL, PSTU. “Estou fora, estou limpo... Sujo são eles...”. Isso é difícil, pois a democracia precisa sujar a mão também. Fazer acordos, eu digo. Não adianta você querer ser hegemônico. Hegemônico pro bem ou pro mal, isso é tipo, pois não existe o bem e o mal. E o Barão de Itararé que também não tem base se juntam para puxar o FNDC. Porque o FNDC tem patrocínio da Fundação Ford, tem um informe muito lido, distribuído para vários movimentos sociais, ele é uma referência em termos de informação. Então CUT e Barão se juntam, CFP vai a reboque porque não pode sair, Aneart sai, Fenaj sai e eles estão levando até hoje. E eu acho que isso enfraquece... A Abraço continua e a Abepec... A associação brasileira de rádios públicas (Arpub), do Orlando Guilhon, se junta com a da Rosane Berttotti, a do Miro, Barão de Itararé para tirar a Fenaj – “Fenaj, você dá ou desce, nós queremos a coordenação se você não nos der a coordenação o você nos propõe”. Daí a Fenaj fala “vamos sair!”. E essa briga está até hoje. E isso enfraquece o movimento. Na verdade se juntam não para tirar a Fenaj, mas para ganhar mais força dentro do FNDC. Daí a Fenaj diz “Não. Esta é uma entidade que nós criamos e se vocês desejam se juntar com a CUT nós estamos fora”. O FNDC está mais fraco do que na época da Confecom. Continuam com o informativo, mas eu não vejo eles fazendo eventos de muita repercussão. Acho que perdeu muita força com a saída da Fenaj.

Eu não concordei com a entrada da CUT na coordenação, pois eu entendia que para a gente fazer a regulação dos meios de comunicação a gente tinha que levar gente para a rua, como a Argentina levou. E a Cut queria entrar com um grupo para a rua, pois como a Cut tem

dinheiro, tem os trabalhadores.... só que a CUT só fez tirar gente da rua. Inclusive teve que sair tocada da no meio dos movimentos de 2013. Tanto a bandeira da CUT quanto a do PT eram todos dos movimentos de rua. Mas não tem força para levar as pessoas para a rua. Eu achei que eles fossem conseguir trazer gente para o movimento, mais do que os 15 mil da Confecom. Mas eu estava enganada, pois a CUT virou um aparelho de ocupação de cargos e de gestão de movimentos, mas ela na verdade é a indigestão dos movimentos.

As pessoas trabalhavam no FNDC por puro idealismo, não ganhavam dinheiro para estarem ali. A gente trabalhava de graça.

TS: Quais temas pareciam mais polêmicos e quais mais "tranquilos"?

RG: Cada entidade tinha pontos prioritários que queriam defender para o marco regulatório. O nosso (CRP) era a questão da publicidade como ponto mais forte. O capitalismo selvagem e uma certa perversidade que há na publicidade.

O ABRAÇO, por exemplo, era reivindicar o lugar das rádios comunitárias. Quer dizer... cada um tinha uma tendência. A CUT era a democratização da comunicação mesmo. A Fenaj era todos os pontos, todo esse apanhado, pois o jornalista, muitas vezes tinha o seu trabalho alterado devido a questões editoriais – a lei da imprensa... que agora que saiu... a questão de diploma... que se você for olhar nos *20 pontos* tem um pouco de cada uma dessas lutas específicas. De todos os pontos aqueles são os inegociáveis.

TS: Qual a experiência em grandes cidades e cidades menores nas diferentes regiões do país?

RG: Para fazer a Confecom tiveram discussões no âmbito municipal, estadual e, por final, a Conferência. Então, você ia discutir nos municípios... quando ia fazer a discussão estadual tinha que ter um representante da comissão organizadora, para ajudar na votação e na escolha de quem iria para a conferência, de forma que obedecesse o edital. Como eu estava na comissão, eu ia para alguns lugares. Daí a gente distribuía o Brasil pelas entidades. Tanto o Brasil com o governo. Foi muito bonito o movimento! Foi um processo legítimo e democrático, pois tínhamos um edital para obedecer.. Então as empresas privadas tinham que obedecer, os movimentos sociais tinham que obedecer e o governo tinha que obedecer. Então era a nossa lei para eleger os delegados. Então a gente ia para ajudar neste processo. Quantos delegados tinham que ir, explicar a legitimidade desses conceitos e como que tinha que ser.

Este processo foi muito impactante! Eu acredito que tudo isso tenha influenciado para o despertar dos jovens para a crítica à comunicação que temos hoje, às manifestações que ocorreram em 2013. Tudo isso foi muito debatido na Confecom!

TS: Como o grupo de e-mail era utilizado pela maioria?

RG: A gente conseguiu em 2009, antes até, introduzir alguns mecanismos de listagens de e-mails. A gente já usava uns recursos tecnológicos das listas de e-mails antes. E, por isso, o FNDC já tinha por volta de 2 mil pessoas cadastradas que só foi crescendo. E a tecnologia nos ajudou muito neste sentido. O FNDC também tem um clipping que vai para milhares de pessoas. É uma contra hegemonia. As listas que temos acesso hoje são do FNDC.

Serviam para marcar reuniões, para combinarmos o que iríamos debater nas reuniões, era uma lista de propostas, de proposições e de agendamento de reuniões.

E também esta lista de contatos ia aumentando esta base de contatos do FNDC que deve ter hoje mais de 5 mil, 7 mil pessoas cadastradas.

TS: Em Julho/Agosto de 2009, meses antes da Confecom, foi um momento tenso principalmente devido às ameaças dos empresários de abandonarem a conferência e o atraso do regimento por parte do governo. Poderia detalhar esta situação?

RG: O momento mais lindo foi o momento “MIB: Homens de preto”, você viu aquela comédia? O filme?

Pois é... o que nos diferenciava era que o pessoal do governo às vezes usava terno e às vezes não (o 1/3 deles); o pessoal dos movimentos sociais nunca usava terno, eram mais coloridos, de camiseta de central sindical, roupas do movimento negro, tinham mulheres, também muito interessantes do movimento comunista. Então a gente era sempre muito colorido e tinham os representantes das empresas, sempre de terno preto. Quem eles tinham para colocar (funcionários, câmeras etc) eles colocaram, pois eles tinham um número para levar para combater. E eles queriam este voto de minerva, pois eram a minoria. O Lula estava chegando, pois já havia anunciado que ele estava vindo para abrir a conferência e saíram todos os “homens de preto” e disseram que não iriam participar se gente não desse o tal voto de minerva para eles. Alguma coisa que eles considerassem que não era razoável, eles tinham que ter direito a um voto de minerva de “não”. Como a gente estava numa situação, em que o Lula estava chegando na conferência, então, haveria ou não haveria se não tivesse o 1/3 dos

homens de preto. Então a gente conversou com eles e aceitou... uma robalheira, uma coisa horrorosa...

Imagina... todos aqueles “homens de preto” saíram, parecia aquela cena, pois falaram que teria a invasão daqueles “homens de preto”. Era ridículo, totalmente ridículo...

TS: Como foi o clima entre os integrantes do movimento pró-conferência nacional nos dias que antecederam a I Confecom? Qual era a expectativa?

RG: Uma expectativa enorme de que o presidente Lula conseguiria implementar algumas das pautas ali discutidas antes do término do seu governo. A gente sabia que não daria tempo para implementar tudo, mas pautas que forma consensuais pelos três grupos e que por isso que seguiram como um projeto de marco regulatório pelo FNDC, através do abaixo assinado. Quem fez uma conferência que envolveu 15 mil pessoas no Brasil inteiro não merece um abaixo assinado! É muito pouco avanço!

TS: A sua avaliação hoje (6 anos depois) é a mesma que teve logo em seguida a conferência?

RG: É uma emoção! Uma emoção por estar negociando pela primeira vez no país com as empresas privadas e com o governo que estava lúcido e queria escutar o debate da comunicação e que colocou sua força e fez seu esforço para ouvir o movimento social. De todas as críticas que se fazem ao Lula hoje, eu acho que uma é irretocável! Ele fez um esforço primeiro no país de ouvir os movimentos sociais. Foi uma grande época para os movimentos sociais no país! A gente não conseguiu muito porque a gente vê hoje. Mas foi muito feliz a ação dos movimentos sociais, inclusive no sentido de aumentar a capacidade de elaboração de ideias e ideais do povo brasileiro. O resgate da auto estima. A gente tinha o movimento social das mulheres. Era o happening dos anos 2000.

Eu acho que isso teve um impacto importante na queda de audiência das TVs, não só a internet... pois houve uma distribuição de informação circulando. Quando as pessoas iam fazer as discussões elas ficavam sabendo de coisas que elas nunca tinham ouvido falar. Eu fui para o Amapá pela Conferência e discuti com as pessoas sobre isso. No Amapá que tem uma emissora que não tem um prédio acima de três andares, entendeu? E as pessoas com interesse nesta discussão! De ouvir pela primeira vez aqueles temas. Gente que só gostava de ver novela e que não entendia o custo no Brasil que tinha aquelas novelas. Neste ponto foi maravilhoso! Agora... o que foi ruim foi a captura dos movimentos sociais que lutavam pela

democratização da comunicação pela .. é um... ocupar um lugar, empoderar e não ter preparo para estar neste lugar. Um empoderamento de entidades que não tinham muito a ver com esta discussão. E que foram para o FNDC para fazer a marca até para as suas próprias carreiras. Muita gente se elegeu: sindicalistas etc. Pessoas que estavam mais preocupadas com as suas trajetórias do que com o coletivo, projetos individuais. Isso me chateia! Pessoas mais preocupadas com seus projetos individuais do que com os projetos coletivos.

TS: Qual foi a sua participação na formulação do PLIP?

RG: As reuniões eram públicas e as entidades ligadas ao FNDC participaram. A partir do caderno com as propostas aprovadas na Confecom nós apontávamos as propostas que eram inegociáveis. Discutiam entre a coordenação e depois levávamos para plenária e lá eram discutidas.

Inclusive um dos motivos do racha foi o abaixo assinado, pois eu dizia: “não é abaixo assinado é gente na rua”. A gente acha que abaixo assinado não funciona no Brasil, pois só ia gastar dinheiro das entidades e não ia bater do outro lado. E 1 milhão e 500 assinaturas que não iam conseguir. E foi isso que aconteceu. Mas fui voto vencido, pois um grupo achava que ia conseguir este número de assinaturas. Não preciso dizer que é o grupo que está no FNDC até hoje. E vamos esperar sentados, pois nem isso garante que o projeto seja aprovado, pois ainda precisa ser votado no congresso. E o congresso ainda está na mão dessa base.

TS: Qual a importância da Confecom para a formulação deste projeto de lei?

RG: Assim que terminou a Confecom e nós estávamos com mais de 600 propostas aprovadas começamos a nos mobilizar para ver o que faríamos com este material. Até que condensamos nas 20 propostas que embasaram o marco regulatório.

TS: O que significa o termo “democratização” para você?

RG: Eu acho esta palavra problemática!

Democracia é uma palavra problemática, pois democracia é uma coisa que estamos tentando desde a Grécia e não sabe quando consegue. Quando a gente acha que está perto a gente se distancia novamente. A democracia é um paradoxo!

O professor Luiz Martino fala que a comunicação que acontecia na Ágora, na Grécia, só participava quem escutava a discussão. Os escravos, as mulheres, as pessoas que não tinham

acesso a ágora e não discursavam estavam fora da democracia. E isso continua até hoje. A ágora são os meios de comunicação que também atingem a determinados grupos com determinadas vozes. Essas vozes são subordinadas ao capital. E o melhor nome que esta luta encontrou foi a “democratização da comunicação”. Mas é uma luta que continua... O Estado só pode ser democrático se a informação pode circular democraticamente. Quando falam que a gente quer censura... É a coisa mais ridícula que falam, pois a censura existe. O que temos hoje é uma censura velada.

A informação que circula nos canais hegemônicos pela audiência que são, é claro, a Rede Globo, a Band.. São informação de pequenos grupos para formar subjetividades. Que já é o discurso da psicologia. Elas amoldam subjetividades. Elas modelam subjetividades. Elas fazem as pessoas ficarem reacionárias, fazem as pessoas lutarem lutas que não são delas, lutas equivocadas. Elas usam massa de manobra, fazem as pessoas virarem carneiros. Porque elas formulam aquela informação e vai convencendo.

Não há uma democracia real neste país. Informação e comunicação é democracia. E enquanto a informação e a comunicação estiverem nas mãos de tão poucos nós não viveremos uma democracia.

E nem o Lula nem a Dilma conseguiram mexer com estas corporações.

TS: Este é o melhor termo, em sua opinião?

RG: Não.

TS: Acredita na regulação da comunicação no Brasil?

RG: Eu sinceramente torço por um governo bolivarialista no Brasil. É a única maneira, pois essa falsa democracia que a gente vive com PM batendo na rua, nos movimentos espontâneos. Se o contrário da democracia é o governo bolivarialista, eu torço por um governo assim. Eu acho um absurdo eu estar te falando isso! É um contra senso. Mas para que lado a gente vai correr se o governo democrático pega a juventude joga na cadeia, espanca, coloca pinho sol na mochila dos caras e prende, arrebeta... pega criança mata! Essa é a polícia militar. No congresso com o Jair Bolsonaro, um político criticado pela ONU que nos envergonha o tempo todo. Uma comissão de direitos humanos nas mãos de evangélicos não são qualquer evangélicos, mas evangélicos fascistas e reacionários.

Um governo mais forte que consiga implantar regulações que o Brasil carece há muito tempo. Neste sentido que eu “brinquei” com a palavra bolivariasta.

Com o governo sem força no congresso não tem como. Um congresso com os lobbies super determinados, conservadores... Esses lobbies já vêm desde a constituinte. Tem político se elegendo pela quinta vez com o dinheiro de plano de saúde. O compromisso dele não é com o cidadão, mas com a empresa de plano de saúde. O compromisso de quem se elege com o dinheiro da Rede Globo é com a Rede Globo... Não é comigo ou com o bolsa família, mas com a empresa que o ajudou.

Eu acho que a gente precisa polir a democracia até ela virar um diamante. E pra polir a democracia é informação (conhecimento, leitura) e comunicação.

Esse avanço desmesurado das telecomunicações (proposta do Helio Costa) no Brasil não foi bom para o avanço da educação, embora você possa fazer o que quiser com a telecomunicação, como difundir a informação. Mas na verdade é uma repetição das hegemonias (Facebook, Google) só que dessa vez internacionais.

Tenho amigos que fazem queixas no facebook contra exploração e não conseguem nada e, por outro lado tem seus blogs retirados do ar.

TS: Qual é a principal mudança que esta lei poderá trazer para a população brasileira?

RG: A principal mudança seria a informação circular. Informação é quando tem feedback, dos encontros, das relações do conhecimento. Se a informação não circula você vai prometer o que para um jovem com bolsa família? O acesso a universidade? Isso é muito pouco se a informação não circula. Por isso que a religião avança no nosso país, pois é uma forma socialização para grandes contingentes da população. Não existe pátria educadora se a informação não circula.

TS: O que é o Marco Regulatório?

RG: Que a gente consiga cada um terço para uma camada da sociedade brasileira: 1/3 governo, 1/3 empresas privadas, 1/3 empresas públicas (movimentos sociais, sindicatos dos trabalhadores etc) – também utilizado pela lei dos meios da argentina.

O Marco regulatório foi montado através de várias reuniões depois da Confecom onde participou massivamente os movimentos sociais, pois é óbvio que naquela altura as empresas não queriam mais participar de nada.

Nesse um terço, na comissão organizadora, eles deram um jeito de virar o jogo logo no início: A Globo estava acostumada a ser sempre hegemonia. Então, ela não aguentou ter nenhum tipo de equivalência na ordem das propostas. Então ela virou a mesa logo nos primeiros meses de reunião e saiu da Confecom. Porque a Globo é assim: ela é maioria na Associação brasileira das emissoras de rádio e televisão (Abert). Ela domina a Abert. Brigaram para ter hegemonia não conseguiram e então agiram como “se a bola não é minha não vai ter mais jogo”. Só que o jogo continuou, pois como o Lula já havia convocado a conferência não havia mais como recuar. A Band continuou (emissora de rádio e televisão) e a Record também que já tinham, nesta época, uma outra organização representativa. Já tinham brigado com a Abert. Inclusive o presidente da Abert é, até hoje, um representante da RBS, que é uma “repetidora” da Rede Globo.

Aí foi isso... convocamos. Fizemos um edital de convocação, dizendo como era o processo de representação, tiveram reuniões pelo Brasil inteiro. Essas reuniões envolveram quase 15 mil pessoas (ao todo), em vários estados. Eu, pela comissão organizadora era responsável por visitar alguns estados para ajudar a organizar essas convocações.

E aí surgiu a conferência da maneira como pode com as entidades que foram. Com grandes dificuldades para conseguir negociações com as empresas privadas. Porque na verdade o governo fazia um voto em que ele não podia apoiar direto os movimentos sociais, ele tinha que fazer um acordo também com as empresas. Era muito difícil passar qualquer coisa que as empresas não quisessem. E até tinham formulações, como o voto de minerva, que impediam que passassem coisas que as empresas não quisessem. E a essas alturas as empresas já eram a Band e a Record. Como eles eram apenas 30% a gente teve que aceitar essa proposta de unidade.

Mas acabou que nada foi perdido, pois conseguimos aprovar centenas de propostas que se tivessem entrado em vigor iriam balançar muito! E essas propostas estão ali na Confecom, que foram aceitas com 50% + 1 dos votos. Então o episódio dos homens de preto foi esse que saiu todo mundo para a gente aceitar que para passar teria que ter 50% dos votos mais um do total...

Aí depois disso, como nós sabíamos das dificuldades do governo de passar isso no congresso... A gente sabia, pois os lobbies das empresas de radiodifusão no congresso são enormes. Você vê, por exemplo, por que o Cunha não cai, não é?! Por causa de alguns lobbies muito poderosos que seguram ele ali. São os lobbies da bancada religiosa (que inclui a TV Record), ele tem lobby das empresas de plano saúde e de telecomunicações também, pois ele foi presidente da Telerj... Então, interessa a determinados grupos manter ele no congresso. E da mesma forma, a legislação da comunicação (Marcos conta magnificamente sobre isso, pois ele participou da constituinte de 88) o único capítulo que não foi regulado foi o da comunicação. Tem uma frase de Marx que é: “a história hora se repete por tragédia, hora como farsa”. Pra gente a gente já está no episódio da tragédia, não é... porque é tanta repetição. Então esta regulação não passaria porque a gente não tem maioria no congresso e nem nunca teve, nem no governo Lula. E são propostas que tem momentos que ela contraria a constituição. São muito avançadas as propostas. Então.. essas propostas do marco regulatório são uma decorrência do que o movimento social ficou fazendo enquanto a gente era lesado em nossos interesses pelos grupos privados e pelo próprio governo que não tinha no congresso a força política para estabelecer no congresso aquelas atribuições. A gente continuou as reuniões entre os grupos mais fortes que estavam ligados ao FNDC. E falávamos... nós temos que lutar por uma regulação mínima. Ainda que a gente não consiga passar todas as propostas aprovadas na Confecom, que foram mais de 600! Mas vamos fazer um princípio mínimo aceitável da regulação e daí saiu a proposta do marco regulatório.

O Conselho Federal de Psicologia lutou muito pela regulação da publicidade direcionada a crianças, a publicidade de bebidas alcoólicas que é outra... que os radiodifusores argumentam que é algo que dá sustentação a empresa privada que eles são, mas e isso é a maior mentira... pois se você souber quanto eles pagam para ter o direito de usar o espaço para a transmissão é capaz de ser menos do que um aluguel de apartamento. Isso é preciso ser divulgado. Se eles precisam disso para operar... porque a parte que eles distribuem para o governo é menor que o aluguel de uma pessoa... como eles podem ter como argumento que este dinheiro dá sustentação, quando, na verdade, o que dá sustentação é quanto o governo não cobra deles para eles terem de continuar com o monopólio da comunicação no país. E isso já caiu, por exemplo, nos EUA. Os Eua tem uma regulação muito forte no meios de comunicação e inclusive no enfrentamento do monopólio. A Inglaterra tem enfrentamento do monopólio, a França também tem. Todos os países democráticos têm. Só a gente que não tem porque somos “colônia”. E aqui a bagunça está justamente nos meios de comunicação.

Então o que é o marco regulatório... É a síntese, um apanhado importante daquilo que é inegociável pelos movimentos sociais. No próprio site do FNDC tem as propostas.

ANEXO 4: Entrevista Álvaro Britto

TS: Quando e como iniciou a luta pela democratização da comunicação até chegar no Marco da Confecom e seus desdobramentos? Qual foi o seu papel nesta luta?

AB: Comecei no movimento da igreja (pastoral da juventude) e através de ONGs começamos a discutir lá dentro sobre a Nomic, documento formado pela Unesco (início dos anos 80). Apesar do Rio ser mais conservador, havia um grupo mais progressista no Andaraí, do qual eu fazia parte. Iniciei minha faculdade de comunicação na UFF e estou até hoje.

Eu fui da primeira coordenação do Fale-Rio. Sou representante da região fluminense do Rio. Criamos um fórum lá depois da conferência. Saí da coordenação, mas continuo divulgando o projeto.

TS: Como você percebe a sociedade civil nesse processo?

AB: Essa é a nossa grande dificuldade. Porque existem momentos em que o movimento social assume essa bandeira. Por exemplo: no momento da manipulação do debate da Globo nas eleições Collor X Lula, que foi tão escancarado com casos até de pedidos de demissão de jornalista da Globo na época, houve uma aglutinação, mas depois caiu (até o FNDC foi criado nesta época). Outro exemplo: agora, com o movimento do impeachment, uma parte da população tá percebendo o comportamento golpista da imprensa e está se manifestando; em 2013, que houve manifestações na porta da Globo no Rio e em São Paulo. Mas é uma questão complexa. Nossa dificuldade é perceber como popularizar essa luta, pois são as pessoas que mais sofrem com a mídia (as minorias marginalizadas, quem sofre com os Direitos Humanos. A Confecom foi um desses momentos. Algumas entidades estão dentro do FNDC, mas ainda são poucas.

Na época da Constituinte, nós fizemos um movimento para colher assinaturas. O sindicato dos metalúrgicos assumiu esta luta e foi para a porta das fábricas para coletar assinaturas. Estamos precisando de um movimento desse.

TS: Como você acha que a sociedade civil se apropriou da pauta da Confecom ou construiu a pauta da Confecom?

AB: O movimento se divide em momento de disputa. No caso: quem ia ser a delegação do Rio... Uma discussão super tensa na Conferência Estadual do Rio, na Uerj. Tinha o

pessoal do interior, do partidos, estudantes... uma confusão! Portanto, ali, antes mesmo da Confecom, houve o racha na comissão do Rio.

Essa conferência era presidida por um representante da secretaria do governo de estado.

TS: Como o movimento foi organizado no período pré Confecom?

AB: Depois da conferência a comissão do Rio se dividiu em dois grupos: um mais ligado ao PT, Psol, CUT e outro dirigido pelo PCdoB. Depois o movimento sofreu um queda e posteriormente conseguiu se unificar na Fale-Rio que se transformou no comitê estadual do FNDC.

Comissão Rio: FNDC, sindicatos (jornalistas, petroleiros,), Arpub, Enecos, Centros acadêmicos das universidades, ABI.

Nós do Sul Fluminense fomos os primeiros a fazer uma conferência no interior. Fomos pioneiros. E nós continuamos depois com o comitê pela democratização.

TS: Como o grupo de e-mail era utilizado pela maioria?

AB: A discussão acontecia lá também, nosso grande instrumento de mobilização, às vezes debatíamos previamente a pauta da reunião. Foi muito útil.

Mas nem todo mundo que se expressava e participava bem das reuniões participava muito desse grupo.

TS: Como foi o clima entre os integrantes do movimento pró-conferência nacional nos dias que antecederam a I Confecom?

AB: Antes de começar a conferência o governo precisou se reunir com os movimentos para negociar, devido a pressão dos empresários. As pessoas mais próximas ao governo: Fenaj, PCdoB.. bancou e convenceu que esta seria uma oportunidade única e que aceitaríamos a negociação. No fim, valeu a pena!

TS: Qual é a sua avaliação sobre a I Confecom?

AB: Foi um marco histórico! Nunca havia acontecido uma reunião como esta para discutir sobre comunicação. Não saiu do papel até hoje, né...

TS: A sua avaliação hoje (6 anos depois) é a mesma que teve logo em seguida a conferência?

AB: A Confecom aconteceu no fim de 2009 e Lula sai em 2010. O Franklin Martins chegou a fazer um projeto do marco regulatório e quando a Dilma assumiu ela engavetou. Estava lendo um artigo que falava sobre a atitude de Lula e Dilma terem apostado na conciliação das classes, mas esqueceram de avisar aos Barões da Mídia.

TS: Qual foi a sua participação na formulação do PLIP?

AB: Participei bem no início quando determinamos alguns eixos antes de decidir pelo projeto de lei, ainda em 2010, 2011.

Mas quando eles já tinham quase todo o projeto de lei pronto eu consegui participar de umas reuniões para decidir os últimos ajustes.

Quem liderou?

FNDC, após o racha com a Fenaj. Mas nem todos do sindicato foram a favor disso. É porque a Fenaj estava na direção executiva desde a fundação e perderam nas eleições. Daí houve uma renovação e a entrada de várias entidades. Posteriormente, a Fenaj foi contra o projeto de lei, pois achava que a função dos movimentos era pressionar o governo.

TS: Como avalia o resultado do PLIP?

AB: É um acordo, na verdade, não poderia agradar a todos.

Mas eu acho que se 50% dele for colocado em prática a gente muda a comunicação brasileira. Só de fortalecer o sistema público de comunicação e de comunicação comunitária. Além disso, ele regulamentar a constituição, pois a única parte que conseguimos regularizar foi a criação do Conselho de Comunicação, em 2012, e como barganha, pois as empresas de comunicação queria abrir para capital estrangeiro.

TS: Acredita na regulação da comunicação no Brasil?

AB: Você já viu o que está acontecendo na Argentina? E lá houve mesmo a participação da população na Lei dos Meios. O novo presidente entrou já acabando com a agência reguladora e coloca em dúvida a própria lei. Claro que vai ter que passar pelo Congresso, mas o “cara” é tão autoritário...

Acho que depende da sociedade empurrar o governo, mas acho que na situação atual do governo Dilma, ela não vai querer se meter em mais um vespeiro. E com o PT conciliador do jeito que está e o congresso como está... seriam muitas lutas. Eu vou

continuar nela. É nosso papel enquanto liderança e os jovens precisam se envolver, pois o Brasil precisa mudar isso.

Claro que lutamos pela inclusão digital, banda larga... mas estamos muito longe disso! Eu que saio muito para o interior vejo como os brasileiros ainda não têm acesso.

TS: Fale mais sobre a necessidade do apoio do governo?

AB: Este governo foi uma decepção. Houve a criação da EBC que está sucateada, foi sucateada, é gerida de forma autoritária. Emissora pública com sinal ruim... Mas é importante existir. A sociedade precisa participar.

A Confecom foi outr avanço que desandou.

Marco civil da internet foi um avanço.

Lei de Tv por assinatura teve avanço, mas não é o filé mignon.

TS: Os movimentos sociais utilizam o termo “democratização da comunicação”, o que significa este termo? Este é o melhor termo, em sua opinião?

AB: No ponto de vista conceitual, eu não acho incorreto, pois na medida em que você democratiza a comunicação você está criando novos atores, pluralizando, traz a diversidade, multiplicidade de opiniões. Pois não é apenas a regulação.

Acho que ela faz um link com a democratização do Brasil.